



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA**

LEANDRO NASCIMENTO DE SOUZA

**UMA EXPERIÊNCIA PERNAMBUCANA EM ANGOLA: o
governo de João Fernandes Vieira, 1658 a 1661**

**RECIFE
2013**

LEANDRO NASCIMENTO DE SOUZA

**UMA EXPERIÊNCIA PERNAMBUCANA EM ANGOLA: o
governo de João Fernandes Vieira, 1658 a 1661**

Dissertação de mestrado, apresentado por Leandro Nascimento de Souza ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, integrado a linha de pesquisa: Norte-Nordeste Mundo Atlântico.

Sob orientação do prof^o Dr^o. José Bento Rosa da Silva.

**RECIFE
2013**

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

- S729e Souza, Leandro Nascimento de.
Uma experiência pernambucana em Angola : o governo de João Fernandes Vieira, 1658 a 1661 / Leandro Nascimento de Souza. – Recife: O autor, 2013.
110 f. : il. ; 30 cm.
- Orientador: Prof. Dr. José Bento Rosa da Silva.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós Graduação em História, 2013.
Inclui referências e anexos.
1. Pernambuco - História. 2. Angola - História. 3. Cultura política. 4. Governo. 5. Vieira, João Fernandes, 1613-1681. I. Silva, José Bento Rosa da (Orientador). II. Título.
- 981.34 CDD (22.ed.) UFPE (CFCH2013-135)



ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO ALUNO LEANDRO NASCIMENTO DE SOUZA

Às 14h. do dia 28 (vinte e oito) de agosto de 2013 (dois mil e treze), no Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, reuniu-se a Comissão Examinadora para o julgamento da defesa de Dissertação para obtenção do grau de Mestre apresentada pelo aluno **Leandro Nascimento de Souza** intitulada “**UMA EXPERIÊNCIA PERNAMBUCANA EM ANGOLA: o governo de João Fernandes Vieira, 1658 a 1661**”, em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder ao mesmo o conceito “**APROVADO**”, em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: José Bento Rosa da Silva (orientador), George Felix Cabral de Souza, Virgínia Maria Almôedo de Assis e Wellington Barbosa da Silva. A validade deste grau de Mestre está condicionada à entrega da versão final da dissertação no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar da presente data, conforme o parágrafo 2º (segundo) do artigo 44 (quarenta e quatro) da resolução Nº 10/2008, de 17 (dezessete) de julho de 2008 (dois mil e oito). Assinam a presente ata os professores supracitados, o Vice-coordenador, Prof. Dr. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho, e a Secretária da Pós-graduação em História, Sandra Regina Albuquerque, para os devidos efeitos legais.

Recife, 28 de agosto de 2013.

Prof. Dr. José Bento Rosa da Silva

Prof. Dr. George Felix Cabral de Souza

Prof^a. Dr^a. Virgínia Maria Almôedo de Assis

Prof. Dr. Wellington Barbosa da Silva

Prof. Dr. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho

Sandra Regina Albuquerque

Para Edna Nascimento

“Ao homem, todas as escaladas, todas as transferências são permitidas. Nada pode travá-lo, a ele e a seus bens, materiais e espirituais, que ele transporta, quando está só e quando atua em seu nome.”

Fernand Braudel

AGRADECIMENTOS

O início dessa pesquisa se deu ainda no fim do meu curso de graduação, em 2008, realizado na Universidade Federal Rural de Pernambuco, conversas com a professora Suely Almeida, me encorajaram para o aprofundamento dos estudos sobre o tema, lembro que Suely me recomendou conversar com a professora da Universidade Federal de Pernambuco, Virgínia Almoedo, a quem recebi primeiras indicações de leituras e o primeiro acesso aos documentos do Arquivo Histórico Ultramarino. Outra indicação de Suely foi o curso de especialização em História da África, na Fundação de Ensino Superior de Olinda-FUNESO, a qual tive um contato maior com os estudos sobre temas africanos, e a necessidade de pesquisas nessa área. Então, esse primeiro momento agradeço a essas duas professoras que me colocaram no início do longo caminho a ser percorrido.

Na FUNESO, conheci as professoras Gloria Medeiros e Eva Maria, a quem agradeço pela oportunidade de lecionar nos cursos de graduação e pós-graduação da mesma instituição, local onde adquiri experiências que me ajudaram bastante na forma de desenvolver a pesquisa. Através da FUNESO, pude conhecer o professor Marcus Carvalho, da UFPE, a qual sou muito grato pelos direcionamentos para o desenvolvimento do projeto.

Em um momento difícil dessa caminhada, quando fui reprovado na seleção de mestrado na UFRPE, em professor em especial me deu força para prosseguir. Agradeço ao professor Wellington Barbosa, da mesma instituição, que me aconselhou a seguir adiante e não mudar de tema para futuras seleções.

Em um primeiro contato por e-mail, conversei com o professor de história da África da UFPE, José Bento, a qual aceitou o convite de ser orientador na monografia de especialização na FUNESO. Com a monografia defendida e aprovada, pudemos conversar sobre o projeto da seleção de mestrado da UFPE, a qual tive êxito no final de 2010, com o professor José Bento sendo meu orientador para essa dissertação. Gostaria de agradecer muito a Bento, que em toda a orientação teve muita paciência e compreensão com as dificuldades que me apareceram ao longo do mestrado e prolongaram a conclusão do mesmo. Agradeço também pelas orientações durante a pesquisa e na construção textual dessa dissertação.

Gostaria de agradecer também a todos os professores que tive contato durante o mestrado e que contribuíram de alguma forma para o desenvolvimento e conclusão da pesquisa. Em especial ao professor George Cabral que conseguiu uma cópia da coleção Monumenta Missionária Africana digitalizada, a qual foi a base documental para essa pesquisa. Agradeço também ao professor Marcus Carvalho que ao longo do mestrado tive

algumas conversas esclarecedoras sobre a pesquisa. Agradeço principalmente a Banca de qualificação desse mestrado, formada por Virgínia Almoedo e George Cabral, a qual pude reavaliar várias questões sobre a dissertação.

Agradeço pelo bom atendimento das pessoas nos lugares de pesquisa. A Levi do Laboratório de Pesquisa e Ensino em História da UFPE (LAPEH). A Virgínia Barbosa da Fundação Joaquim Nabuco. A Denise Paraíso do Gabinete Português de Leitura no Recife. A Brianda, Eliza e Ylka da biblioteca Florestan Fernandes da USP. A Livia, Marita e Marcia do Instituto de Estudos Brasileiros também na USP. E a Sandro Vasconcelos, amigo do Museu da Cidade do Recife, que em varias conversas me ajudou bastante sobre o percurso acadêmico.

As amizades que foram construídas ao longo da minha formação também sou muito grato pelos momentos de desabafo e descontração. Agradeço aos amigos de graduação Adonias Ferreira (anão, hobbit), Erivelton Freitas (pooh, gordo, fofinho) e Rafael (pateta), a qual nos tornamos amigos pra toda vida. Agradeço ao amigo de especialização Luiz Henrique, aos amigos de mestrado Josetalmo, Vanessa, Laércio, Daivyson e Bruno Veras.

Agradeço em especial a minha esposa Edna, que me deu força em todos os momentos, principalmente nos mais difíceis, não me deixando desistir, se privando da sua vida profissional para que eu pudesse concluir essa fase da minha vida.

E por ultimo e mais importante agradeço a Deus e a espiritualidade amiga que me ajudou nos momentos de negatividade.

RESUMO

Desde o início da expansão marítima portuguesa, e a interligação entre os continentes, o mundo Atlântico surge como um espaço de trocas e experiências entre a Europa, a África e a América. Questões econômicas, políticas, culturais e religiosas fazem parte da circularidade de experiências Atlânticas. E é nesse contexto que indivíduos se apropriam dessas experiências e agem de acordo com seus interesses. É o que aconteceu com muitos personagens vindos da Europa, sobretudo Portugal, e conseguem ascender socialmente num jogo de poderes a qual a flexibilidade régia e a cultura política da mercê proporcionaram. Através de documentos entre a colônia e o reino de Portugal, acrescentando relatos de cronistas militares e religiosos, analisamos o governo em Angola de João Fernandes Vieira, homem do século XVII, saído da Ilha da Madeira, adquire prestígio e poder na luta contra os holandeses em Pernambuco, e leva seus aprendizados, suas experiências, para o seu governo em Angola, a qual administra a situação de acordo com seus interesses no tráfico de escravos, para abastecer de mão de obra os seus engenhos de açúcar em Pernambuco e na Paraíba.

Palavras chave: Cultura política. Mundo Atlântico. Século XVII.

ABSTRACT

Since the beginning of the Portuguese maritime expansion, and the interconnection between the continents, the Atlantic world appears as a space of exchange and experience being Europe, Africa and America. Economic, political, cultural and religious part of circularity experiences Atlantic. It is in this context that individuals appropriate these experiences and act according to their interests. This is what happens with many characters from Europe, particularly Portugal, and can rise socially in a power game which flexibility royal and political culture of Mercy provided. Through documents between the colony and the kingdom of Portugal, adding reports of military and religious chroniclers, we analyze the government in Angola João Fernandes Vieira, man of the seventeenth century, left the island of Madeira, acquires prestige and power in the fight against the Dutch in Pernambuco, and takes their learning, their experiences, to his government in Angola, which manages the situation according to their interests in the slave trade to fuel their sugar plantations in Pernambuco and Paraíba.

Keywords: Atlantic World. Political culture. Seventeenth century.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1: CULTURA POLÍTICA PORTUGUESA NO SÉCULO XVII.....	17
1.1 A restauração portuguesa de 1640.....	17
1.2 As estruturas político-administrativas portuguesas no ultramar.....	21
1.3 As estruturas militares portuguesas no ultramar.....	25
1.4 A cultura política da mercê.....	28
1.5 Em busca do absolutismo monárquico português.....	31
CAPÍTULO 2: PERNAMBUCO, ANGOLA E O MUNDO ATLÂNTICO.....	33
2.1 A Capitania de Pernambuco.....	33
2.2 A Capitania de Angola.....	40
2.3 Conflitos luso-holandeses.....	50
2.4 A reconquista de Angola.....	58
2.5 Problemas em Pernambuco.....	64
CAPÍTULO 3: JOÃO FERNANDES VIEIRA: GOVERNADOR GERAL DE ANGOLA.....	68
3.1 Algumas biografias.....	68
3.2 De caixeiro a governador.....	69
3.3 Primeiras medidas para o governo de Angola.....	73
3.4 Primeiras ações como governador e capitão-general.....	76
3.5 A guerra preta na África Central.....	79
3.6 Os conflitos com Massangano.....	87
3.7 Vieira e as Ordens Religiosas.....	88
3.8 O retorno para Pernambuco.....	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	99
REFERÊNCIAS.....	102
ANEXOS.....	106

INTRODUÇÃO

Essa dissertação de mestrado tem como objetivo geral a análise do governo de João Fernandes Vieira em Angola, realizado no período de 1658 a 1661. O título “UMA EXPERIÊNCIA PERNAMBUCANA EM ANGOLA”, faz referência a questão da “experiência humana” do historiador inglês Edward Palmer Thompson, em que o “fazer-se” dos membros da sociedade estava atrelado ao interesse dos homens e mulheres em suas ações e relações sociais. Como relação histórica, um grupo relaciona-se com outro. Os grupos se definem pela sua história e como formação social e cultural, que só adquire existência ao longo de um processo histórico que envolve as experiências dos indivíduos.¹ A experiência permite perceber e reconhecer as ações humanas fazendo a história. Esta é feita por agentes efetivos e não uma história em que predomina estruturas sem sujeito. São as experiências cotidianas “herdadas ou partilhadas” e de lutas das pessoas que contribuem para seu “fazer-se”. Logo, os grupos não são só determinados pela posição econômica que o indivíduo assume dentro da estrutura de produção em sua sociedade. E nem precisam de um guia para pensar por eles, pois sua experiência e interesse próprio são fundamentais para o seu “fazer-se” em um grupo ou em outro². Apesar de ter nascido na Ilha da Madeira, Vieira se fez Pernambucano, pois foi a experiência adquirida por Vieira nos acontecimentos, antes, durante e depois da guerra contra os holandeses em Pernambuco que influenciou nas suas ações no governo de Angola. Vieira agiu conforme os seus interesses na produção açucareira do Brasil, onde tinha vários engenhos e outros negócios adjacentes adquiridos com o decorrer da expulsão flamenga. A ação principal foi expandir o território português para o interior da África-central, com o intuito de realizar um controle maior no tráfico de escravos, através da força político-militar vinda de Pernambuco. Essa situação causou um grande conflito entre os poderes do Império luso, pois houve vários interesses envolvidos que vão se chocar, principalmente no controle do tráfico de escravos africanos.

Nos séculos XV e XVI, a estratégia portuguesa foi usar o máximo de exploração econômica com o mínimo de ocupação territorial, com feitorias e fortalezas localizadas em pontos importantes na costa africana. Portugal manteve seu negocio negreiro, negociando com

¹ THOMPSON, E.P. **A Miséria da Teoria ou um planetário de erros**: Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 2009, 223.

² THOMPSON, E.P. **A formação da classe operaria inglesa I: a árvore da liberdade**. São Paulo: Paz e terra, 1987, p 10.

os reinos, e chefes locais africanos, através dos Lançados ou Pumbeiros³, realizando várias alianças comerciais com tribos africanas. Com a união Ibérica iniciada em 1580, esse tipo de negociação não sofreu muitas mudanças, como explica Eduardo de Oliveira França “A exploração do Império pela burguesia portuguesa se fez graças ao tráfico de escravos que por meio dos asientos e das licenças lhe concedia a Coroa espanhola”⁴. Nessas condições, o trato negreiro era feito de forma indireta, o tráfico de escravos dependia de terceiros para que o sistema continuasse ativo, inclusive dos próprios africanos fornecedores de escravos para os agentes portugueses. Essa situação “confortável” se modificou com as invasões holandesas no Norte do Brasil em 1630, controlando a produção açucareira, e posteriormente a invasão da costa africana iniciada em 1637, controlando o fornecimento de escravos. A perda das colônias foi um dos motivos para a restauração portuguesa de 1640.

Com a retomada de Angola em 1648, Portugal teve outro desafio, recuperar o trato negreiro. Com poucos territórios e pequenas alianças realizadas, Portugal enfrentou uma grande concorrência mercantil, o Reino do Congo, com o rei Quimpaco, e o reino de Matamba, com a rainha Nzinga. Aliados dos holandeses, Quimpaco e Nzinga haviam feito alianças comerciais e militares com uma grande parte dos chefes locais, muitas vezes pela força, invadindo territórios, aprisionando escravos e influenciando a África Central com um sentimento antilusitano. A posição de Portugal com relação a essa situação foi de extrema cautela, pois havia um alto risco de outras invasões na Costa africana e no Brasil, além de que, o Reino ainda estava em conflito com a Espanha e a Holanda, logo não poderia realizar investidas no interior africano e enfraquecer as defesas das outras regiões. Mas a importância do trato negreiro para a produção açucareira, e os negócios da prata em potosí, na América, fez com que os governadores luso-brasileiros em Angola investissem na expansão territorial no sertão africano. No governo de Salvador de Sá, de 1648 a 1652, como o Norte do Brasil ainda estava sob domínio flamengo, houve uma ampliação no tráfico negreiro no eixo Sul do Brasil, sobretudo o Rio de Janeiro. No governo de João Fernandes Vieira, é que foram colocadas em prática ações que ampliaram o tráfico de escravos no Atlântico português, sobretudo no eixo entre Pernambuco e Angola.

Esse trabalho se propõe justamente a analisar as ações de Vieira em seu governo em Angola, e como ele conseguiu administrar a região de acordo com os seus interesses em

³ Agentes na sua maioria formados por mestiços. Os lançados ou pumbeiros trabalhavam negociando com os grandes chefes tribais ou reis africanos. Durante um tempo, internavam-se no interior da África-central, trocavam os escravos por tecidos, vinho e objetos de quinquilharias, voltando com uma centena de escravos para serem negociados com os agentes no litoral africano.

⁴ FRANÇA, Eduardo D'Oliveira. **Portugal na época da restauração**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997, p 384.

Pernambuco, através das experiências e prestígios adquiridos na expulsão holandesa do Brasil, em uma situação de grande conflito entre os vários interesses envolvidos na administração angolana desse período, como os conflitos e alianças com as Ordens religiosas, os problemas com os colonos lusos que já estavam na região, e as guerras e alianças nos sertões de Angola com os governantes locais, sobretudo os conflitos com o reino do Congo.

Para compreender esses conflitos de interesses, e como Vieira conquista vários de seus objetivos, fizemos uso das teorias do historiador português Antonio Manuel Hespanha, segundo a qual, em Portugal do século XVII, há uma monarquia corporativa, ou seja, um pluralismo político, que reduz as funções da Coroa a uma administração que limita-se a tentar fazer justiça, preservando os direitos locais adquiridos. A flexibilidade monárquica leva os direitos locais a se imporem ao direito geral, de acordo com as particularidades regionais, até mesmo porque os governadores ultramarinos estavam isolados da fonte de poder por viagens que chegavam a levar anos⁵.

Não fazendo uso de uma história política tradicional-factual, essa dissertação está vinculada a “nova história política”, relacionando o poder e suas diversas práticas, como explica Francisco Falcon: “o estudo do político vai compreender a partir daí não mais apenas a política em seu sentido tradicional mas, em nível das representações sociais ou coletivas, as mentalidades, bem com as diversas práticas discursivas associadas ao poder”⁶.

No primeiro capítulo foi analisado e discutido as estruturas da governança de Portugal perante as possessões ultramarinas após a restauração de 1640. Como a restauração influenciou as questões políticas de Portugal, as guerras e as alianças foram determinantes para as conjunturas políticas lusas, e o fortalecimento da cultura política das mercês, ou favorecimento pelos apoios de momento, e como isso vai ser expandido e administrado no ultramar.

No segundo capítulo foi realizado uma descrição da expansão marítima portuguesa, a chegada e o desenvolvimento dos portugueses em Angola e Pernambuco, bem como as formas de governança das mesmas e as relações com os grupos locais. É analisado o contexto da guerra entre Portugal e a Holanda, sobretudo nas invasões flamengas as possessões portuguesas na África e na América, bem como os portugueses conseguiram reverter a situação a seu favor. O contexto de reconquista de Angola é analisado,

⁵ HESPANHA, António Manuel. *Às vésperas do leviathan*: instituições e poder político em Portugal, século XVII. Coimbra: Almedina, 1994.

⁶ FALCON, Francisco. **História e poder**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo. (orgs). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p 76.

principalmente no que se refere ao tráfico de escravos, que vai beneficiar os colonos do Rio de Janeiro, e prejudicar os de Pernambuco após a expulsão dos holandeses.

No terceiro capítulo foi feito uma descrição e análise das ações e acontecimentos do governo de João Fernandes Vieira em Angola. Os conflitos de interesses na África Central, entre os reinos africanos, eclesiásticos, colonos locais e a Coroa lusa. E como os acontecimentos influenciam Pernambuco. Além de uma breve biografia, analisando sua ascensão social, bem como seu retorno para Pernambuco e as suas relações com a Corte portuguesa.

A metodologia da pesquisa foi principalmente analisar fontes primárias, documentos do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, em cópias microfilmadas pertencentes ao Laboratório de Ensino e Pesquisa de História - LAPEH, da Universidade Federal de Pernambuco, documentos com diversos assuntos como: pedidos de patente e de soldos atrasados, de soldados e oficiais que tinham lutado em Angola; pedidos de socorro dos governantes angolanos aos governantes de Pernambuco; notas e recibos das mercadorias comercializadas entre Pernambuco e Angola; solicitação de cargos governamentais e militares em Angola; solicitações de soldados e armamentos para guerra contra o reino do Congo; entre outros.

Também foi analisado parte da coleção “Arquivos de Angola”, são vários documentos do Arquivo Nacional de Angola, publicados pela Agência Geral do Ultramar, envolvendo as questões políticas da ocupação portuguesa em Angola, do século XVI ao XIX, documentação localizada na Fundação Joaquim Nabuco-FUNDAJ, e no Instituto de Estudos Brasileiros- IEB.

A principal documentação analisada foi a coleção organizada pelo Padre Antonio Brásio, chamada de “Monumenta Missionária Africana”, são duas séries, a primeira com quinze e a segunda com sete volumes. São documentos relacionados a ocupação Lusa na África-central. A coleção foi microfilmada e distribuída pelo Instituto de Investigação Científica e Tropical de Lisboa.

Com relação aos cronistas a serem utilizados existem dois textos que foram primordiais para a pesquisa. Um deles é a *Descrição histórica dos três Reinos do Congo, Matamba e Angola*, do capuchinho italiano Giovanni António Cavazzi de Montecuccolo. O outro é a *História geral das guerras angolanas*, escrita pelo militar português Antonio de Oliveira de Cadornega. Apesar da abordagem etnocêntrica, ambos os textos desses cronistas são fontes riquíssimas para compreender as sociedades e espaços africanos, além de trazerem

informações sobre as missões católicas e a administração portuguesa durante os séculos XVI e XVII na região.

É justamente esse período do século XVII que sentimos falta nos livros didáticos⁷, essa perspectiva atlântica da história de Pernambuco, sobretudo do personagem João Fernandes Vieira que é lembrado apenas pela “expulsão holandesa do Brasil”. Com essa dissertação pretendo trazer uma análise mais ampla da influência pernambucana no sistema escravista português, perante práticas de Vieira em Angola entre 1658 a 1661. Esse esclarecimento é fundamental para analisarmos como o tráfico negreiro atingiu os números dos séculos XVIII e XIX. Além de analisar a aproximação entre Pernambuco e Angola, fazendo uso da perspectiva atlântica da história de Pernambuco e seus personagens. E de acordo com a lei nº 10.639/03, onde obriga o ensino da história da África na educação brasileira, temos nessa dissertação de mestrado a contextualização da história africana com a de Pernambuco, facilitando a compreensão e discussão histórica.

⁷ Referente aos livros escolares brasileiros do ensino fundamental e médio da disciplina História.

CAPÍTULO 1: CULTURA POLÍTICA PORTUGUESA NO SÉCULO XVII

“Em política, os aliados de hoje são os inimigos de amanhã.”

Nicolau Maquiavel

1.1 A restauração portuguesa de 1640

Desde a morte de D. Sebastião em 1578, e do seu tio-avô D. Henrique em 1580, e da fracassada tentativa de D. Antonio assumir a Coroa portuguesa, o Rei espanhol, Felipe II, através de força militar e de alianças com grande parte da nobreza lusa, estabelece a união das duas Coroas, se tornando Felipe I de Portugal. Esta “união” Ibérica duraria sessenta anos, de três gerações filipinas. No início, grande parte de Portugal teve algumas vantagens nesta união⁸, mas com a quebra do Juramento de Tomar⁹ pelos sucessores de Felipe II da Espanha, as manifestações de independência ganharam cada vez mais força.

Perda da individualidade cultural, crise no Império ultramarino¹⁰, perseguição espanhola ao crescimento português, altos impostos, são alguns dos problemas a qual o povo culpa a Espanha como responsável. Esse pensamento foi evidenciado na revolta de 1637, na qual o povo entra em conflito com parte da nobreza, exigindo ações e medidas para a separação Ibérica. A revolta popular é reprimida, mas deixou a sociedade em alerta e a nobreza preocupada em realizar a independência antes que o próprio povo a realizasse, ou melhor, “quando se pretende evitar os horrores de uma revolução, é preciso querer fazê-la diretamente”¹¹.

⁸ Houve um conjunto de interesses econômicos comuns entre Portugal e Espanha, um grande Império Ibérico surgiu, o fim dos direitos alfandegários, sobretudo o trigo, a prata, os escravos, ou seja, um complemento de negócios ultramarinos. Além das questões militares, a Espanha tinha uma grande esquadra marítima “a armada” e essa questão foi muito interessante para os portugueses num momento de grande pirataria por parte de ingleses e franceses. Essa possibilidade é muito discutida pelos autores A.H. de Oliveira Marques, no Livro História de Portugal volume I, e Charles Boxer no Livro “O Império marítimo português”.

⁹ Por meio deste documento, Felipe II assumia uma série de compromissos com o povo português, entre os quais a manutenção da exclusividade de navios portugueses no comércio colonial, a permanência de funcionários portugueses no plano administrativo; o respeito às leis e aos costumes, bem como o compromisso da preservação da língua portuguesa. Além disso, a principal cláusula de compromisso reportava-se à colônia, vetando aos espanhóis a possibilidade de intromissão nos negócios portugueses com suas possessões de além-mar.

¹⁰ No reinado de D. Manuel, Portugal atinge seu ápice na expansão marítima, com territórios na América, África e Ásia. Grande parte desses territórios foi invadida pelas Companhias Holandesas das Índias Orientais e Ocidentais durante a União Ibérica.

¹¹ Conselho de Antonie Rivarol ao monarca francês Luís XVI pouco antes da revolução francesa de 1889. Ele reprovava a conduta de Luís XVI, que, a seu ver, devia ter feito a revolução, com o povo, contra a nobreza, mas preferiu ficar com a nobreza, contra o povo, perdendo a si mesmo a aos aristocratas.

A revolta da Catalunha em 1640 enfraqueceu militarmente os espanhóis em Portugal, sendo o momento propício para os lusos, liderados por parte da nobreza, investirem na restauração. A nobreza aclama o 8º Duque de Bragança, D. Diogo de Melo, Rei de Portugal, com o título de D. João IV¹².

Em 1º de dezembro de 1640, Portugal proclama sua independência, e aclamam seu novo Rei, entrando num conflito com a Espanha que duraria até 1668. Nesse período de 28 anos, Portugal teve vários desafios, consolidar sua independência perante a Espanha e recuperar suas colônias ultramarinas. Nesse contexto, Portugal encontra-se sem recursos suficientes para tais enfrentamentos. Como nos explica o historiador Jaime Cortesão:

D. João IV, ao ocupar o trono, via-se na dura contingência de defender o Reino dum inimigo infinitamente mais poderoso, que o invadia com frequência por todas as fronteiras; e tinha ainda que defender e reconquistar parte duma província já nesse tempo tão vasta como o Brasil e, por assim dizer, as costas de dois continentes, a África e a Ásia, dos ataques das nações marítimas mais fortes daquela época. Quando se compara a grandeza desmesurada da tarefa com a insignificância dos meios humanos, espanta que ainda pudéssemos conservar tanto.¹³

As “nações marítimas mais fortes” que Jaime Cortesão informa, teve como a Holanda seu principal representante. A partir de 1598 as possessões portuguesas no ultramar começam a ser invadidas pelos flamengos, em um conflito que só teve o tratado de paz assinado em 1663. Além de que a Europa estava passando por um conflito chamado de Guerra dos Trinta Anos, 1618 a 1648, a onde morreram em torno de 4 milhões de pessoas¹⁴. Sobre a guerra dos trinta anos o historiador Henrique Carneiro escreveu:

A Guerra dos Trinta Anos foi, por um lado, uma guerra civil alemã, entre regiões que queriam autonomia diante do poder imperial e outras que sustentavam o Império, cuja capital estava em Viena. Por outro, foi um conflito internacional entre os defensores católicos do imperador austríaco do Sacro Império Romano Germânico aliado a seu parente espanhol, Felipe II, ambos da dinastia Habsburgo, contra uma coligação protestante de principados alemães, a Holanda, a Dinamarca, a Suécia e mais a católica França.¹⁵

Nesse contexto turbulento em que passa a Europa, encontra-se Portugal com os seus interesses. Sem estrutura militar suficiente, Portugal vai usar de todo o seu poder político

¹² Para uma melhor análise da história da união Ibérica e os motivos que levaram a restauração de 1640 ver: MARQUES, A. H. de Oliveira. **História de Portugal**. V-1. Lisboa: Palas editora, 1980. Ver também: SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **História de Portugal**. Volumes IV e V. Lisboa: Editorial Verbo, 1996.

¹³ CORTESÃO, Jaime. **O ultramar português depois da restauração**. Lisboa: Portugália editora. 1971, p. 17.

¹⁴ CARNEIRO, Henrique. **Guerra dos trinta anos**. In: MAGNOLI, Demetrio (org). História das guerras. 3ª Ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 163.

¹⁵ Ibid., p. 166.

numa série de alianças e negociações com países e instituições. Podemos destacar o Rei D. João IV e sua esposa, a Rainha D. Luisa de Gusmão nesse jogo político.

D. João IV, trineto de D. Manuel, o venturoso, deixou muitas duvidas sobre sua participação no movimento de restauração. Entre os historiadores portugueses há uma discussão a respeito de sua liderança. O historiador A. H. de Oliveira Marques tem a perspectiva de que D. João IV ficou indeciso em apoiar o movimento, ou até mesmo ele tinha certa preferência em manter a União Ibérica. Ele foi pressionado e convencido por grande parte da nobreza lusa, que teriam oferecido mais vantagens no caso dele ser o Rei restaurador. Algo que possa argumentar essa suposta falta de interesse inicial foi justamente a demora em aderir ao movimento, sempre alegando de que não era o momento. Outra questão é que seu pai, D. Teodósio II, tinha sido agraciado por Felipe II da Espanha, com o cargo de 13º Condestável de Portugal¹⁶, herdado por D. João IV, o que deixou sua Casa de Bragança em uma situação confortável durante a União Ibérica. Portanto para os historiadores dessa linha de pensamento, a Coroa caiu em sua cabeça, sendo chamado de “o afortunado”¹⁷.

Outra linha de pensamento historiográfico, a qual podemos citar o historiador Joaquim Veríssimo Serrão, explica que essa perspectiva que expõe D. João IV de afortunado, tenta diminuir o papel dele como restaurador. Serrão afirma que não cabia a D. João IV liderar a revolta, cabia exercer a realeza, ele estava acima da organização, era a alma do movimento, e a sua relutância foi pelo fato de esperar o momento certo, pois sabia da superioridade espanhola, e se o movimento desse certo ele estaria disposto a assumir o seu papel, por essa linha de pensamento ele foi chamado de “o prudente”¹⁸. A Rainha D. Luisa de Gusmão, apesar de ser espanhola, deu grande apoio ao movimento, inclusive influenciou muito na decisão de D. João IV aderir a restauração. Durante o reinado ela foi muito participativa nas decisões, incluindo as regências de 1643, quando o Rei foi liderar os conflitos nas fronteiras. Essa situação nos mostra que apesar das duvidas iniciais, D. João IV esteve sempre a frente nas decisões, sobretudo militares, e que confiava muito em sua esposa, pois em sua morte em 1656, deixou em testamento que a rainha assumiria a regência do Reino, pois D. Afonso VI tinha apenas 13 anos e era considerado incapaz mentalmente.

No período de 1640 a 1662, D. João IV e sua Rainha, Tiveram muita cautela nas relações internacionais, usaram de muita perspicácia nas suas alianças, pois seus mesmos

¹⁶ O Condestável era o segundo na hierarquia militar nacional, depois do Rei de Portugal, e tinha como responsabilidades comandar uma campanha militar na ausência do rei e manter a disciplina do exército. Era, portanto, perante o Condestável que passavam todos os inquéritos militares.

¹⁷ MARQUES, A. H. de Oliveira. **História de Portugal**. V-1. Lisboa: Palas editora, 1980, p. 439-444.

¹⁸ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **História de Portugal**. volume V. Lisboa: Editorial Verbo, 1996, p 13-16.

aliados no continente eram seus inimigos no ultramar, como o caso de Inglaterra e Holanda. Portugal fez uso dos inimigos que a Espanha tinha acumulado durante a guerra dos 30 anos, como a França, Inglaterra, Escandinávia e Províncias Unidas, sobretudo a Holanda, e teve como barganha os interesses ultramarinos, a diplomacia e o comércio externo tiveram fundamental importância para consolidar a soberania lusa, como explica Serrão: “A diplomacia lusa da restauração foi a grande escola em que nobres, militares, juristas e letrados fizeram uma aprendizagem que a muitos cobriu de renome e serviu o interesse nacional”¹⁹.

A França apoiou Portugal nos primeiros anos da restauração, mas com o fim da guerra dos 30 anos houve um abandono político francês, o que fez Portugal procurar outras alianças, sobretudo com a Inglaterra, em 1661. Por se tratar de uma potência militar, os britânicos foram fundamentais nos tratados de paz com a Holanda em 1663, e com a Espanha em 1668, ajudando Portugal a reestabelecer parte do seu império ultramarino. Em troca houve uma aliança matrimonial entre o Rei Inglês Carlos II e a filha de D. João IV, D. Catarina²⁰, e o reino luso pagando um dote de 2 milhões de cruzados²¹, além de transferir para a Inglaterra a posse de Tânger, no atual Marrocos, e Bombaim, na Índia, além de privilégios aos mercadores ingleses nas possessões ultramarinas portuguesas.

Restaurar e consolidar o Ultramar estiveram sempre nas intenções da nova dinastia lusa. Soldados nas guerras e os embaixadores nas negociações diplomáticas usaram de vários meios para assegurar os territórios portugueses na África, Ásia e América. A luta se desenvolveu de formas diferentes nas várias regiões globais, mas um dos grandes méritos que se pode dar nas vitórias foi a participação dos colonos, com a ajuda de comerciantes, missionários e nativos foram os grandes responsáveis pela restauração no Ultramar²².

¹⁹ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. Op. Cit., p 59.

²⁰ A vida de D. Catarina de Bragança na corte inglesa não foi muito fácil, primeiro, devido às relações amorosas do rei, depois porque a sua fé católica, gerou alguma suspeição por parte dos Anglicanos. Mesmo assim, durante os 30 anos que viveu na Inglaterra D. Catarina notabilizou-se pelos bailados e teatros que organizou, pela sua perícia com o arco e setas, tendo sido a patrona da *Honorable Company of Bowmen*. Foi igualmente pela sua mão que foi introduzida a moda do chá na corte britânica. Por outro lado, foi o alvo das querelas e conspirações entre católicos e protestantes. Estes últimos tentaram por várias vezes obrigar o rei a divorciar-se, apoiando-se na infecundidade da rainha que teve quatro partos prematuros. Carlos II não cedeu, todavia, mostrando sempre grande amizade pela esposa, que o converteu ao Catolicismo, apesar de ter tido inúmeras amantes e quinze bastardos. Após a morte do rei, em 1685, D. Catarina ainda permaneceu em Inglaterra, regressando à pátria portuguesa apenas em 1692, ainda interferiu nos negócios do reino, assumindo a regência por duas vezes. Encontra-se enterrada na igreja do Mosteiro dos Jerónimos. O seu casamento com Carlos II acabou por não dar os frutos que a Coroa portuguesa desejava, saldando-se pela perda das possessões cedidas e pela abertura ao comércio das colónias a mercadores ingleses. SERRÃO, Joaquim Veríssimo. Op. Cit., p 49-50 e 66-68.

²¹ O pagamento do dote vai ser repassado para os colonos no além-mar, causando uma série de conflitos entre as câmaras no império. Em Pernambuco temos um exemplo disso, na documentação do Arquivo Histórico Ultramarino temos esse assunto abordado de 1663 até 1736.

²² Para um estudo mais aprofundado sobre a participação dos colonos na restauração das possessões portuguesas no ultramar ver: SCHWARTZ, Stuart B. **Prata, açúcar e escravos: de como o império restaurou Portugal**. Tempo vol.12 no.24 Niterói 2008. Ver também: CORTESÃO, Jaime. Op. Cit.

1.2 As estruturas político-administrativas portuguesas no ultramar

As primeiras medidas de Dom João IV, nas questões políticas no reino foram em caráter emergencial por conta da guerra, grande parte das ordenações filipinas foram mantidas ou adaptadas. O conselho de guerra foi criado como primeira medida emergencial, composto por dez homens com experiência militar e confiança do Rei, realizavam decretos e resoluções sob a consulta do Rei e a chancela real. Uma das principais características do reinado de D. João IV, era que apesar dele estar sempre à frente nas decisões, governava com muita flexibilidade, escutando os procuradores e Conselhos. A análise que se tem da sua administração política, no sentido de centralidade, é de que a restauração exigiu que o Rei realizasse varias alianças, com muitos grupos como a nobreza, o clero, os comerciantes e colonos, para ter o apoio desses grupos houve uma troca de vários conjuntos de interesses a qual a Coroa portuguesa teve que ceder em várias situações, ou seja, “circunscrever um próprio num mundo enfeitiçado pelos poderes invisíveis do outro”²³

Vários órgãos foram criados para uma melhor organização do reino e do além-mar como o Conselho Ultramarino²⁴, em 1642, o Tribunal da Junta dos Três Estados, em 1643, o Tribunal do Conselho Ultramarino, em 1643, a Companhia da Junta de Comercio, em 1649, além da Regulamentação dos Negócios da Secretária de Estado responsável pelas mercês e expediente e uma abundante legislação levando em consideração as questões regionais na metrópole e no ultramar²⁵. Os negócios públicos corriam por intermédio dos secretários de Estado e das mercês.

No reino, um dos grupos que acumularam poderes e privilégios foi as Cortes, sem o apoio desses nobres a restauração não ganharia força. No reinado de D. João IV as cortes foram convocadas em varias oportunidades, em 1641, 1642, 1645 e 1653. O estado de guerra que se encontrava Portugal ocasionou nessas convocações das Cortes que em outros momentos demoravam mais à acontecer. O motivo das reuniões desses conselhos era a tentativa de D. João IV levantar militares e capitais para manter a guerra contra Espanha e Holanda. Firmando assim as trocas de interesses e a política de privilégios, ou das mercês como será analisado adiante²⁶.

²³ Para um estudo mais aprofundado sobre estratégias e táticas no mundo cotidiano ver: CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. 1. Artes de fazer. Rio de Janeiro: Vozes, 1998, p. 97-100.

²⁴ Pelo conselho passaram todas as grandes questões, toda a burocracia e negócios relativos ao ultramar. foi a ligação entre os colonos e a Coroa.

²⁵ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. Op. Cit., p 40.

²⁶ Um estudo mais aprofundado das relações entre as Cortes e os poderes políticos do reino encontra-se em: CARDIM, Pedro. **Cortes e Cultura Política no Portugal no Antigo Regime**. Lisboa: Edições Cosmos, 1998.

Outro “poder” analisado nesse contexto seria o espiritual, o Clero também teve seus privilégios nas decisões do reino. A princípio o Papado e o Santo Ofício não apoiaram a restauração, com intuito de manter uma Ibérica unida, sobretudo no além-mar. Uma das ordens eclesiásticas que apoiaram a independência de Portugal foi a Companhia de Jesus²⁷, em troca do apoio tiveram privilégios nas colônias ultramarinas, causando conflitos com as outras ordens religiosas e com a Santa Inquisição. Com a morte de D. João IV os Jesuítas começaram a perder parte dos seus privilégios, que resultou em vários conflitos até a expulsão da Ordem nas possessões ultramarinas, no reinado de D. José, em 1759. A Coroa se utilizava desses vários grupos como ferramentas para manter a sua soberania no vasto território.

Há uma grande discussão a respeito de que tipo de centralidade política Portugal usava em seu Reino. Quais os critérios na escolha dos governadores e na tomada de decisões? para o historiador português Antonio Manuel Hespanha a administração portuguesa era:

Um sistema feito de uma constelação imensa de relações pactadas, de arranjos e troca entre indivíduos, entre instituições, mesmo de diferente hierarquia, mesmo quando um teoricamente pudesse mandar sobre o outro. Como se, sendo o mando tão difícil de fazer valer, se preferisse o entendimento recíproco, às boas, com lucros para as duas partes.²⁸

Logo, uma administração de territórios tão vastos, intercontinentais, ficaria muito difícil de praticar um poder político e de direito igual para todas as regiões, por ser regiões diferentes em climas, pessoas nativas, alimentação, costumes, políticas, enfim, situações bem distintas de uma região para a outra. Como explica Russell-wood:

Um império desta vastidão constituiu um desafio para os agentes metropolitanos de governo e para a coroa. Esse desafio foi duplo. Em primeiro lugar, foi necessário encontrar a maneira mais eficaz de afirmar e de manter o controle real sobre uma teia constituída por territórios que incluíam desde fortes a entrepostos comerciais e ilhas isoladas, até massas territoriais como o Brasil ou Angola.²⁹

Assim os cargos de governança, distribuídos pelas possessões portuguesas, tinham suas particularidades, as quais os governadores tinham certa autonomia em decisões, levando em consideração a situação local, Hespanha expõe que:

²⁷ A Companhia de Jesus foi criada por Inácio de Loyola, cavaleiro da Espanha no século XVI, ao transcorrer do ano de 1534. Objetivando como principal razão de sua criação, o combate contra o movimento protestante, utilizando como método o ensinamento religioso especialmente preparado para tal finalidade. Eram os religiosos consagrados para pregações, realizavam pesquisas em âmbitos teológicos e exegéticos, aplicavam-se às suas missões, direcionavam retiros espirituais dentre outras atividades. Também ensinavam em universidades e colégios.

²⁸ HEPANHA, Antonio Manuel. **Por que é que foi “portuguesa” a expansão portuguesa? Ou O revisionismo nos trópicos.** In: SOUZA, Laura de Mello. FURTADO Júnia ferreira. BICALHO, Maria Fernanda. (org). O governo dos povos. São Paulo: Alameda, 2009, p 47.

²⁹ RUSSEL-WOOD, A. J. R. **Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América.** Lisboa: Difel, 1998, p 11.

De acordo com a doutrina da época, os governadores gozavam de um poder extraordinário, semelhante ao dos supremos chefes militares. Tal como o próprio rei, podiam derrogar o direito em vista de uma ainda mais perfeita realização da sua missão. Nos regimentos que lhes eram outorgados, estava sempre inserida a cláusula de que poderiam desobedecer às instruções régias aí dadas sempre que uma avaliação pontua do serviço real o justificasse.³⁰

Além de que os governadores estavam de certa forma, distantes e isolados do poder central, os problemas locais não podiam esperar meses de viagem por uma resposta, cabendo ao governador local resolver tais embargos.

A administração das colônias portuguesas, no curso de sua expansão, estava ligada a conceder privilégios a indivíduos ou grupos que realizassem serviços em prol da Coroa. Com a União Ibérica houve uma institucionalização da governabilidade, através de instituições de controle e organização dos territórios. Com a restauração portuguesa de 1640 e a reconquista dos territórios perdidos para os holandeses na América portuguesa e na África, a política de privilégios é bem mais viabilizada, como explica a historiadora Maria de Fátima Gouvêa:

Dinamizava-se uma economia política de privilégios viabilizada pela concessão de mercês e privilégios dispensados tanto no Brasil – enquanto área privilegiada no interior das hierarquias espaciais do conjunto imperial – quanto aos homens inter-relacionados pelo conjunto de políticas então articulada pela Coroa e seus vassalos.³¹

Em suma, para retratar a administração do império português percebemos na ação política um pluralismo, e uma redução das funções da Coroa do centro à periferia, analisando que o poder jurídico estava atrelado a tradições locais, mostrando uma flexibilidade no centro do poder real e que surge um espaço de negociação, que edifica as relações múltiplas entre a autonomia das câmaras municipais, instituições eclesiásticas ou senhoriais e o poder Real, que se beneficiava do bom andamento dos negócios coloniais. A economia política dos privilégios, institucionalizada pelas monarquias do Antigo Regime nas colônias, estava relacionada numa cadeia de negociações entre redes pessoais e institucionais do poder local e o trono metropolitano, hierarquizando os homens e o acesso aos bens imperiais. E mesmo os historiadores que discordam dessa flexibilidade portuguesa, admitem que para o século XVII, ela é bastante coerente, como é o caso de Laura de Mello e Souza:

³⁰ HESPANHA, Antonio Manuel. **A constituição do Império português**. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, João. BICALHO, Maria Fernanda. Gouvêa Maria de Fátima. (org). O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001, p 174-175.

³¹ GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808)**. In: FRAGOSO, João. BICALHO, Maria Fernanda. Gouvêa Maria de Fátima. (org). O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001, p 174-175.

Por tudo isso, parece-me que os pressupostos teóricos abraçados por Antonio Manuel Hespanha funcionam bem no estudo do seiscentos português, mas deixam a desejar quando aplicados ao contexto do Império setecentista, em geral, e das terras brasílicas em específico.³²

De acordo com essa perspectiva, os governadores gozavam de um grande poder, sobretudo por que nos regimentos régios havia sempre inserida a clausula de que poderiam desobedecer ao regimento sempre que uma avaliação pontual do serviço Real o justificasse³³. Assim tinham uma grande autonomia, apesar de serem obrigados na maior parte dos casos a consultarem o Rei ou o conselho ultramarino.

Outro tipo de organização institucional de fundamental importância em todo império ultramarino português foram as câmaras municipais³⁴, era justamente nas câmaras que a nobreza local se fazia representar nas decisões políticas das colônias, gerando em várias situações conflitos com o governador. No ultramar, ao longo do século XVII, diante da dificuldade da Metrópole em financiar as despesas militares da colônia, não raro se transferiu aos colonos os custos de sua própria defesa. Dada a falta de recursos da Fazenda Real, exausta de rendas devido ao desgaste financeiro representado pelo movimento de Restauração, os habitantes da colônia assumiram, através de tributos e trabalhos, os altos custos da manutenção do Império. Cabia-lhes administrar, através das Câmaras, o pagamento de impostos perenes e temporários lançados pela metrópole em ocasiões especiais, impor taxas ocasionais, arrendar contratos e arrecadar contribuições. Cabia também àqueles moradores arcar quase que inteiramente com os custos da defesa, recaindo sobre suas rendas, ou sobre as rendas arrecadadas pelas Câmaras, a obrigatoriedade do fardamento, sustento e pagamento dos soldos das tropas e guarnições, a construção e o reparo das fortalezas, o manutenção de naus guarda-costas contra piratas, a manutenção de armadas em situações especiais e em momentos de ameaças concretas, a execução de obras públicas e de outros melhoramentos urbanos³⁵.

O corpo jurídico do ultramar português era muito burocrático e hierarquizado sendo composto por Juizes da Terra, eleitos pela comunidade, não sendo letrados, que

³² SOUZA, Laura de Mello e. **Política e administração colonial: problemas e perspectivas**. In: SOUZA, Laura de Mello. FURTADO Júnia ferreira. BICALHO, Maria Fernanda. (org). O governo dos povos. São Paulo: Alameda, 2009, p. 81.

³³ HESPANHA, Antonio Manoel. **As Estruturas Políticas em Portugal na Época Moderna**. In: TEMGARRINHA, José. (org.). História de Portugal. São Paulo: Portugal: Instituto Camões, 2001, p. 133.

³⁴ Para a atuação da câmara do Recife no período colonial ver: SOUZA, George F. Cabral de. **Elite y ejercicio de poder en el Brasil colonial: la Cámara Municipal de Recife (1710-1822)**. Tese de doutorado. Universidade de Salamanca. Salamanca: 2007.

³⁵ BICALHO, Maria Fernanda. **As câmaras ultramarinas e o governo do Império**. In: FRAGOSO, João. BICALHO, Maria Fernanda. Gouvêa Maria de Fátima. (org). O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001, p 191-221

apreciavam as causas em que se aplicavam os forais, isto é, o direito local. Juízes de Fora, nomeados pelo rei dentre bacharéis letrados, com a finalidade de ser o suporte do rei nas localidades, garantindo a aplicação das ordenações gerais do Reino. Juízes de Órfãos, com a função de serem guardiões dos órfãos e das heranças, solucionando as questões sucessórias a eles ligados. Provedores, colocados acima dos juízes de órfãos, para o cuidado geral dos órfãos, instituições de caridade, hospitais e irmandades, e legitimação de testamentos. Corregedores, nomeados pelo rei, com função primordialmente investigatória e recursal, inspecionando, em visitas às cidades e vilas que integravam sua comarca, como se dava a administração da Justiça, julgando as causas em que os próprios juízes estivessem implicados. Desembargadores, magistrados de 2ª instância, que apreciavam as apelações e os recursos de suplicação, para obter a clemência real. Despachavam diretamente com o rei as petições formuladas pelos particulares em questões de graça e de justiça, preparando e executando as decisões régias. Aos poucos, os reis foram lhes conferindo autoridade para tomar, em seu nome, as decisões sobre tais matérias³⁶.

No século XVII, A monarquia portuguesa não admitiu o princípio de que os cargos públicos, oficiais e servidores, podiam ser vendidos, ao contrário do que aconteceu com os exemplos típicos da Espanha e de França. A venda privada de cargos era formalmente proibida, esses cargos por nomeação gerou uma forma singular de combinar interesses sociais e poderes administrativos. O que aconteceu em toda a estrutura político-administrativa no Império, as trocas de favores foi o que manteve a unidade portuguesa no ultramar em equilíbrio.

1.3 As estruturas militares portuguesas no ultramar

A estrutura militar lusitana, que se transferiu para grande parte das possessões ultramarinas, se dividia em três tipos específicos de força: os Corpos regulares, as Milícias ou Corpo de Auxiliares e as Ordenanças ou Corpos Irregulares.

Os Corpos Regulares, criados em 1640, em Portugal, constituíam-se no exército “profissional” português, sendo a única força paga pela Fazenda Real. Essa força organizava-se em terços³⁷ e companhias, cujo comando pertencia a fidalgos de nomeação real. Cada terço

³⁶ HESPANHA, António Manuel. *Às vésperas do leviathan*. Op. Cit., p. 192-195.

³⁷ Um terço, enquanto “termo militar”, responde ao que os romanos chamavam Legião e os alemães e franceses chamam Regimento. Raphael. BLUTEAU, Pe. *Vocabulário português e latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712. Edição fac-símile, CD-ROM, Rio de Janeiro: UERJ, 2000, p 110.

era dirigido por um mestre-de-campo³⁸ e seus membros estavam sujeitos a regulamentos disciplinares. Teoricamente, dedicar-se-iam exclusivamente às atividades militares. Seriam mantidos sempre em armas, exercitados e disciplinados³⁹.

As Milícias ou Corpos de Auxiliares, criados em Portugal, em 1641, eram de serviço não remunerado e obrigatório para os civis constituindo-se em forças deslocáveis que prestavam serviço de apoio às Tropas Pagas. Organizavam-se em terços e companhias, sendo seu enquadramento feito em bases territoriais, junto à população civil. Os Corpos de Auxiliares eram armados, exercitados e disciplinados, não somente para operar com a Tropa Regular, mas também para substituí-la quando aquela fosse chamada para fora de seu território. Esta força era composta por homens aptos para o serviço militar, já que eram “treinados” para tanto e que sempre eram mobilizados em caso de necessidade bélica. Entretanto, não ficavam ligados permanentemente à função militar como ocorre nas Tropas Regulares. Sua hierarquia se organizava da seguinte forma: mestres-de-campo, coronéis, sargento-mores, tenentes- coronéis, capitães, tenentes, alferes, sargentos, furriéis, cabos-de-esquadra, porta-estandartes e tambor⁴⁰.

Os Corpos de Ordenanças que possuíam um sistema de recrutamento que deveria abranger toda a população masculina entre 18 e 60 anos que ainda não tivesse sido recrutada pelas duas primeiras forças, com exceção dos fidalgos e eclesiásticos. Conhecidos também por paisanos armados possuíam um forte caráter local e procuravam efetuar um arrolamento de toda a população para as situações de necessidade militar. Os componentes das Ordenanças também não recebiam soldo, permaneciam em seus serviços particulares e, somente em caso de grave perturbação da ordem pública, abandonavam suas atividades. O termo paisanos armados carrega em si a essência do que seria a qualidade militar dos integrantes das Ordenanças, isto é, um grupo de homens que não possuía instrução militar sistemática, mas que, de forma paradoxal, eram utilizados em missões de caráter militar e em atividades de controle interno. Também se organizavam em terços que se subdividiam em companhias. Os postos de Ordenanças de mais alta patente eram: capitão-mor, sargento-mor, capitão. Os oficiais inferiores eram os alferes, sargentos, furriéis, cabos-de-esquadra, porta-estandartes e tambor⁴¹.

³⁸ Mestre-de-campo é equivalente a coronel de infantaria, tem a jurisdição civil e criminal do seu terço com apelação ao general. Ibid., p. 457.

³⁹ SILVA, Kalina Vanderlei. **O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial: militarização e marginalidade na Capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII**. Recife: Fundação de Cultura Cidade de Recife, 2001, ver capítulo 2.

⁴⁰ Idem.

⁴¹ Idem. Ibidem.

Em momentos de crise, as tropas eram compostas pelos grupos locais, pois a alta mortalidade dos soldados europeus contribuiu para a crença de que recrutas da América portuguesa ou de outras regiões de clima tropical, São Tomé, por exemplo, estavam adaptados ao ambiente climático, alimentar e epidemiológico. Por tanto soldados vindo da Europa tinham péssima reputação, a prioridade do recrutamento dos militares no ultramar eram dos colonos. Além dos próprios grupos nativos que tinham um grande conhecimento geográfico local, como por exemplo os grupos indígenas na América portuguesa, que além da fatores já citados tinham uma enorme mobilidade e táticas específicas para o ambiente, a guerrilha, que fazia muita diferença nos conflitos. A “guerra preta” onde grupos de africanos lutavam com os europeus contra tropas de reinos inimigos na África central, além da participação de escravos ou ex-escravos africanos nos conflitos na América. Temos como exemplo as batalhas na “expulsão dos holandeses” de Pernambuco e os conflitos entre os portugueses em Angola com os reinos vizinhos⁴².

Após a expulsão holandesa da capitania de Pernambuco, via-se um cenário de grandes oportunidades no campo militar. Com prestígio na Corte, os colonos em Pernambuco aproveitaram a situação para ascender socialmente através das forças militares. Sempre houve o risco de uma nova invasão e a ordem tinha que ser restabelecida, logo a necessidade de ter um bom contingente militar era fundamental.

A experiência holandesa mostrou que grandes feitos tinham grandes recompensas e a expansão portuguesa em Angola foi a grande oportunidade para muitos soldados e recrutas melhorarem de vida, além de que os governadores de Angola que tinham vindo do Brasil incentivaram muito essa travessia atlântica. Muitas solicitações de cargos em Angola eram realizadas, como o caso do capitão de infantaria Antonio de Andrade⁴³.

Muitos retornavam de Angola e solicitavam aumento de patentes e de soldos, recompensa pelos seus feitos. Através das solicitações escritas ao Reino, alguns militares

⁴² Sobre os que fazem parte das tropas no ultramar português ver: MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda restaurada: Guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654**. São Paulo: Editora 34, 2007, p. 177-219. E, ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das letras, 2000, capítulos 6 e 7.

⁴³ Consulta do Conselho Ultramarino ao Rei D. Afonso VI, sobre o requerimento do capitão de infantaria, Antonio de Andrade, natural da Capitania de Pernambuco, pedindo mercê do cargo de feitor de fazenda do Reino de Angola ou Capitão da fortaleza de Ambaca por tempo de três anos. AHU-ACL-CU-015, Cx. 8, D. 758.

conseguiram o reconhecimento, como o caso do tenente-coronel Manuel Dias de Andrada⁴⁴, do capitão de infantaria Antonio Botelho da Silva⁴⁵ e do ajudante Domingos Ferreira⁴⁶.

Outros que tinham uma chance de nova vida foram os degredados, devido a "crimes" e motivos religiosos. Vistos como perigosos, tinham em grande parte, cometido crimes relativamente menores e tiveram na força militar a oportunidade de recomeçar. Outro caso importante é a questão dos negros, muitos tiveram sua alforria na luta contra os holandeses. Podemos dizer que a primeira tropa militar de negros no Brasil fora em Pernambuco, com o Terço dos Henriques⁴⁷. Aproveitando esse prestígio, muitos negros embarcaram para Angola e tinham a oportunidade de ter uma vida relativamente melhor no exercito ou até mesmo uma chance de fuga e deserção no retorno ao seu continente natal.

1.4 A cultura política da mercê

Através do livro “Raízes do Brasil”, do historiador Sergio Buarque de Holanda, podemos analisar as origens da cultura política do Brasil atual, que seria o conjunto de normas, crenças, valores e atitudes políticas inerentes e presentes na sociedade. Os questionamentos atuais sobre a falta de seriedade das instituições públicas e privadas podem ser compreendidas pelo fato da sociedade brasileira possuir o “homem cordial” dito por Sergio Buarque. Esse homem cordial que tem dificuldade de se desvincular dos laços familiares, que procura intimidade em todos os lugares, e esses “laços” de amizade geram privilégios nos círculos de influencia, ocasionando uma funcionabilidade social em troca de favores. Essa cultura política-social é um reflexo da colonização, apesar dos atuais 191 anos da “independência” brasileira, não tivemos grandes modificações nas estruturas sociais da ocupação colonial, tanto na emancipação quanto na primeira república o Brasil potencializou

⁴⁴ Informação do Conselho Ultramarino sobre os serviços do tenente-coronel, Manoel Dias de Andrada, filho de Francisco Berenguer de Andrada, desde 1657 até 1674, no Reino de Angola e Pernambuco. AHU-ACL-CU-015, Cx. 10, D. 1014.

⁴⁵ Informação do Conselho Ultramarino sobre os serviços do capitão de infantaria da capitania do Curupá, Antonio Botelho da Silva, no período de 1644 a 1675, no Reino de Angola e Pernambuco. AHU-ACL-CU-015, Cx. 11, D. 1047.

⁴⁶ Informação do Conselho Ultramarino sobre os serviços prestados pelo ajudante Domingos Ferreira, no período de 1635 a 1662, no Reino de Angola e Pernambuco. AHU-ACL-CU-015, Cx. 7, D. 654.

⁴⁷ Surgindo em Pernambuco, no contexto dos conflitos contra os holandeses, mantidos pela coroa após seu término, e utilizados nos mais diversos empreendimentos do império português o Terço dos Henriques constituir-se-á em uma força militar numericamente restrita, socialmente respeitada, e responsável por oferecer aos pretos forros um status social diferenciado das tropas regulares. SILVA, Kalina Vanderlei. **Os Henriques nas vilas açucareiras do estado do Brasil: tropas de homens negros em Pernambuco, séculos XVII e XVIII**. Estudos de história, Franca, v. 9, n. 2, 2002, p. 145-163.

ainda mais a cultura de patriarcalismo, apadrinhamentos e sobretudo a mercê, ou melhor, a cultura política de troca de favores⁴⁸.

Na cultura política do Antigo Regime, em que a separação entre as esferas públicas e privadas eram muito frágeis, o papel das relações interpessoais era determinante em qualquer projeto de ascensão social. Numa sociedade regulada pela lógica do favorecimento pessoal, a amizade se tornou elemento essencial. Nesse quadro emergem as personalidades marcantes que se atrelam umbilicalmente ao centro do poder, chegando em muitos casos a desfrutar da centralidade da graça régia, o que lhes permitiu atuar decisivamente como instância de poder decisório⁴⁹.

A economia da mercê, isto é, a disponibilidade para servir, pedir, dar, receber e agradecer, era importantíssima no Portugal do Antigo Regime e vinculante de toda a sociedade política, constituindo um poderoso instrumento flexível de integração política, não obstante a mercê assumir, com frequência, um caráter de negociação, além disso, dava ao monarca um protagonismo notório.

As ações que os colonos faziam em favorecimento a Coroa podiam ter e recompensa em várias manifestações como concessões de comendas, terras, foros, patentes militares e pensões. Mas a mercê mais agraciada pelos colonos foi a das Ordens Militares, tendo como principais a de Cristo, a de Avis e a de Santiago.

A nascente dinastia dos Bragança precisava restabelecer os laços da monarquia com seus vassalos e garantir a produção dos serviços essenciais para a manutenção do império. Neste contexto, portanto, havia grandes oportunidades de se realizar serviços nas guerras ultramarinas e também um empenho da Coroa em satisfazer as demandas dos vassalos. Os serviços militares tornavam-se, assim, uma das principais vias de ascensão social legitimada, reconhecida e reforçada pelo centro político. Entretanto, no Antigo Regime, ser militar não excluía outras posições sociais concomitantes, como a de senhor de engenho ou de proprietário de ofícios régios.

A larga distribuição de hábitos pela Coroa para recompensar os serviços dos seus súditos foi um dos aspectos principais da “economia de mercê”. A concessão de benesses, ofícios e honrarias pela monarquia foi uma maneira de criar e reforçar os laços entre o centro e suas diversas periferias, dentro de uma lógica de Antigo Regime de manutenção de uma sociedade estratificada, mas móvel, fundada em privilégios e, portanto, na desigualdade. O

⁴⁸ Outra análise sobre esse tema podemos ver em: FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 3. ed. rev. São Paulo: Globo, 2001.

⁴⁹ HESPANHA, António Manuel. **Às vésperas do leviathan**. Op. Cit., p. 307-311.

rei, ao conceder mercês, reforça sua posição e tenta estabelecer o monopólio da hierarquização social. O vassalo, ao pedi-las, reconhece a preeminência do centro e ao recebê-las reforça sua própria posição superior frente ao restante da sociedade. Portanto, além de um espaço de dominação, este era também um espaço de negociação entre as elites das colônias portuguesas e a Monarquia⁵⁰.

De fato as forças militares foram as mais agraciadas pelas mercês, justamente pelo contexto de conflitos em que o Império passava. Muitos militares ascenderam socialmente, sobretudo em Pernambuco, no período do conflito com os holandeses de 1630 a 1654. Na documentação do Arquivo Histórico Ultramarino, constatamos, várias solicitações de mercês ao longo da segunda metade do século XVII, solicitando graças pelos serviços prestados na guerra da Capitania de Pernambuco, inclusive pelos seus familiares⁵¹.

O sentimento de orgulho foi muito grande entre os restauradores pernambucanos, e os critérios de recompensa Real não foram bem aceitos, principalmente entre os líderes do movimento, pois além dos títulos e honras, eles queriam cargos de poder. Várias cartas são enviadas ao conselho ultramarino, replicando e insistindo em mercês mais honrosas. Com muita astúcia a Coroa portuguesa concedeu mais privilégios aos que lhe pareciam mais leais, causando certa inveja entre os restauradores. Em troca de recompensas mais generosas mestres-de-campo como João Fernandes Vieira, tornaram-se leais vassalos, o que lhe proporcionaram cargos de governança na América e em Angola.

A Ordem de Cristo além de uma honraria militar era também uma honraria religiosa, por tanto havia uma investigação na genealogia do solicitante para o recebimento do título. Em momentos de guerra, houve várias situações em que essa genealogia era burlada, sobretudo pelos cristãos-novos, o que depois, com a dinastia de Bragança consolidada, várias investigações retomaram e várias titulações foram perseguidas⁵².

⁵⁰ Para um estudo mais aprofundado sobre as mercês e as ordens militares ver: KRAUSE, Thiago Nascimento. **Em busca da honra: a remuneração dos serviços da guerra holandesa e os hábitos das ordens militares (Bahia e Pernambuco, 1641-1683)**. São Paulo: Annablume, 2012.

⁵¹ A data mais longa de solicitação da mercê em relação ao conflito com os holandeses em Pernambuco é em 1695, no requerimento do capitão Manoel Gomes da Silva ao rei, D. Pedro II, pedindo mercê do hábito de Cristo e um dos Almoxarifados do Reino, em remuneração dos serviços prestados na guerra da capitania de Pernambuco e pelos serviços de seu tio Antônio Dias Sodré. AHU_ACL_CU_015, Cx. 17, D. 1676.

⁵² Um estudo aprofundado sobre esse tema pode ser encontrado em: CABRAL DE MELLO, Evaldo. **O nome e o sangue: uma parábola familiar no Pernambuco colonial**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

1.5 Em busca do absolutismo monárquico português

A Monarquia Absoluta ou o Antigo Regime teve como característica a autoridade plena e divina da realeza nas formas de governar. Esse tipo de regime, que iniciou em meados do século XVI e foi até o século XVIII, tinha uma estrutura política-administrativa de dependência dos órgãos governamentais com o poder do soberano. A expansão marítima foi uma oportunidade para Estados-nações imporem a sua presença no mundo, buscando uma hegemonia política, militar, comercial e religiosa. O Antigo Regime teve seu caráter mais forte na França, sobretudo no reinado de Luis XIV. Mas o regime se deu de formas diferentes entre os Reinos europeus, pois as experiências e interesses de cada região proporcionaram adaptações e até mesmo a chegada tardia da monarquia absoluta.

Em Portugal, as condições da restauração de 1640 deram uma expressão própria ao reinado de D. João IV, como já analisamos nesse capítulo, apesar de estar a frente em grande parte das ações, D. João IV escutava os conselhos e usava de muita flexibilidade nas decisões. Na sua morte em 1656, a Rainha assume a regência do seu filho D. Afonso VI, que era considerado incapaz. D. Luisa de Gusmão mantém a mesma política corporativista até ser afastada em 1662⁵³ por um golpe comandado pelo Conde de Castelo Melhor, que se tornaria primeiro ministro do Rei D. Afonso VI. Pela incapacidade do Rei, Castelo Melhor toma as decisões do reino, o por motivo de tentativa de centralização nas decisões é afastado em 1667, onde D. Pedro II, irmão mais novo do Rei, assume a regência até a morte de D. Afonso VI em 1683, a qual D. Pedro II se torna Rei de Portugal até sua morte em 1706⁵⁴.

O reinado de D. Pedro II é marcado pela consolidação da nova dinastia, e por ações de centralidade política, principalmente na diminuição da política das mercês. Além de trazer a decisão final das questões administrativas, judiciais e de política externa para o Rei. Com sua morte, seu filho D. João V assumiu a Coroa. Ele vai encontrar em seu reinado o apogeu do Portugal barroco⁵⁵ e da extração de ouro do Brasil⁵⁶, vai tentar impor a figura do Rei tirando como exemplo a ostentação de Luis XIV na França, a representação espetacular

⁵³ Apesar de afastada ela continua como Rainha mãe, mas sem qualquer poder de decisão política, faleceu em 1666.

⁵⁴ MARQUES, A. H. de Oliveira. Op. Cit., p. 566-568. Ver também: SERRÃO, Joaquim Veríssimo. Op. Cit., p. 47-48.

⁵⁵ O Barroco foi uma expressão que refletiu certo declínio da Igreja Católica diante da Reforma Religiosa empreendida no século XVI. Na arte se traduz o confronto entre a esfera espiritual medieval e a racionalidade do Renascimento; entre teocentrismo e antropocentrismo, velhos e novos valores. Esta revolução no estilo, na filosofia e na arte teve espaço no Ocidente, do século XVI ao século XVIII, influenciado pelas tentativas de renovação e pelo fanatismo religioso da Contra-Reforma.

⁵⁶ O auge da extração do ouro na colônia do Brasil se dá justamente na primeira metade do século XVIII.

do poder do Rei. Vai realizar alianças com a santa inquisição, e fazer uma reforma no poder das Cortes, a onde começa o declínio da influência dos conselhos, enxugando o corpo político-administrativo e diminuindo as concessões de títulos⁵⁷. Apesar dessas medidas centralizadoras, os conselheiros, ministros e secretários integravam-se numa situação em que o Rei tinha um papel fundamental, mas não o único, e apesar da ausência das Cortes desde 1698, só com o reinado de D. José a partir de 1750, com o ministro Marques de Pombal, é que Portugal se aproximou mais do que foram as monarquias absolutistas europeias⁵⁸.

De fato, é que a administração ultramarina, a partir da regência de D. Pedro II, tem outro caráter. Os poderes adquiridos pelos colonos na política das mercês, sobretudo pelos feitos na restauração dos territórios coloniais, começam a diminuir, e a Coroa começa a se fazer mais presente nas colônias, principalmente nas ligações atlânticas entre Angola e o Brasil.

⁵⁷ MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas. **A consolidação da dinastia de Bragança e o apogeu do Portugal barroco: centros de poder e trajetórias sociais (1668-1750)**. In: TEMGARRINHA, José. (org.). *História de Portugal*. São Paulo: Portugal: Instituto Camões, 2001, p. 206-214.

⁵⁸ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Op. Cit.*, p. 195.

CAPÍTULO 2: PERNAMBUCO, ANGOLA E O MUNDO ATLÂNTICO

“Sem Angola, não há negros e sem negros não há Pernambuco.”

Padre Antonio Vieira

2.1 A Capitania de Pernambuco

Na primeira quinzena de março de 1501, zarpa de Lisboa a terceira armada da Índia⁵⁹, dentre as instruções do capitão-mor João da Nova, estava a intenção do Rei, D. Manuel I, de integrar funcionalmente os domínios do Novo Mundo, no caso o que viria a ser o Brasil, ao reino português. Essa esquadra chegou no que hoje é o Cabo de Santo Agostinho e atracou no que seria hoje a costa pernambucana. Nesse período foram realizados os primeiros levantamentos econômicos da região. Em 1502, D. Manuel I arrenda a terra de Santa Cruz⁶⁰ a uma associação de mercadores encabeçada por Fernão de Loronha⁶¹ concedendo o monopólio da exploração econômica da terra por três anos, sobretudo a exportação do pau-brasil⁶². Em 1504, a primeira doação efetuada pela monarquia portuguesa em território americano, à capitania da Ilha de São João⁶³, foi concedida pelo prazo de duas vidas ao próprio Fernão de Loronha com a obrigação de povoar e aproveitá-la economicamente⁶⁴.

Nessa primeira fase, 1500 a 1530, os portugueses e os grupos comerciantes criaram feitorias no litoral brasileiro fixando a prática do escambo com grupos nativos e algumas tentativas missionárias dos franciscanos. A capitania da Ilha de São João foi de

⁵⁹ As Armadas da Índia foram as frotas de navios enviadas anualmente por Portugal para a Índia, principalmente para Goa. Estas armadas faziam a chamada Carreira da Índia, seguindo a rota do Cabo iniciada por Vasco da Gama em 1497-1499 com a descoberta do caminho marítimo para a Índia.

⁶⁰ O primeiro nome dado ao Brasil pela esquadra de Cabral em abril de 1500 foi Terra de Vera Cruz, fica evidente o caráter de cruzada que mobilizava a expansão marítima. D. Manuel I altera o nome para Terra de Santa Cruz, e no reinado de D. João III é elevada a Província de Santa Cruz.

⁶¹ Rico empreendedor, comerciante e armador, natural das Astúrias, Loronha era representante de banqueiros venezianos na Península Ibérica. Foi um judeu português convertido a cristão-novo, e se tornou um dos primeiros grandes exploradores de pau-brasil nas terras recém-descobertas do Brasil pelo reino de Portugal. Para saber mais ver: CORDEIRO, Hélio Daniel. **Gaspar da Gama: um judeu no Descobrimento do Brasil**. Revista Judaica, n. 63, abril/2003.

⁶² Árvore que produz um corante vermelho utilizado na indústria têxtil e uma madeira resistente de cor forte e muito semelhante a brasas em fogo.

⁶³ Primeiro nome dado a ilha que hoje se chama Fernando de Noronha, atualmente administrada pelo Estado de Pernambuco.

⁶⁴ COUTO, Jorge. **A gênese do Brasil**. In: MOTA, Carlos Guilherme(org). Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000). Formação: histórias. São Paulo: SENAC, 2000, p 48-63.

fundamental importância para essa fase, pois ela era utilizada como entreposto para os primeiros grupos mercantis do Atlântico.

Devido as ameaças de outras nações marítimas em invadir o território português na América, inconformadas com o Tratado de Tordesilhas⁶⁵, e de também oferecer uma resposta mais eficiente as resistências de vários grupos ameríndios⁶⁶, e de principalmente aproveitar melhor o novo território agregando-o a economia geopolítica mundial, agora o Rei D. João III⁶⁷, tem o intuito de povoar de forma mais efetiva o Brasil⁶⁸. Elevada a condição de província, a terra de Santa Cruz teve tentativas de modelos administrativos. O Primeiro modelo, que seria “exclusividade Regia”, 1530-1533, fracassou pela falta de recursos financeiros e demográficos de que dispunha a Coroa por conta das outras empreitadas nos outros continentes. O segundo, “exclusividade particular”, 1534-1548, foram as capitanias hereditárias, que também trouxeram vários problemas administrativos, pelo acúmulo de poder do donatário e a ausência de fiscalização regia. A terceira opção foi “o governo geral”, a partir de 1548, a qual a Coroa mantém as capitanias-donatarias reduzindo as atribuições iniciais dos donatários⁶⁹. Apesar dessas medidas, a presença da Coroa se faz muito fragilizada, e os grupos locais continuam com certas autonomias, gerando conflitos e alianças com o governador geral, de acordo com os vários interesses em jogo.

⁶⁵ Em 1492, com a ascensão dos espanhóis na exploração de novas terras, o clima de disputa com os portugueses se acirrou. Para que um conflito de maiores proporções fosse evitado, o papa Alexandre VI foi convocado para negociar os limites de exploração colonial entre essas duas potências europeias. Inicialmente, Portugal buscava garantir seu monopólio na costa africana e a Espanha preocupava-se em legitimar a exploração nas terras localizadas a oeste. No ano de 1493, o papa então anunciou a assinatura da Bula Inter Coetera, que fixava uma linha imaginária a 100 léguas da Ilha de Açores. No entanto, no ano seguinte, o rei português Dom João II exigiu a revisão desse primeiro acordo, que não satisfazia os interesses lusitanos. Buscando evitar o desgaste de um conflito militar, os espanhóis aceitaram a revisão dos acordos com uma nova intermediação do papa. Com isso, o Tratado de Tordesilhas foi assinado em junho de 1494. Nesse novo acordo ficava estabelecida a demarcação de um novo meridiano localizado a 370 léguas a oeste da ilha de Cabo Verde. Os territórios a oeste seriam explorados pelos espanhóis; e as terras a leste deveriam ser controladas pelos lusitanos. Dessa forma, o novo acordo assegurou a exploração lusitana em parte dos territórios que hoje compõem o Brasil. MARQUES, A. H. de Oliveira. Op. Cit., p. 312.

⁶⁶ Para uma análise dos grupos indígenas no Brasil no século XVI ver: OLIVEIRA, João Pacheco de. ROCHA FREIRE, Carlos Augusto de. (orgs). **A Presença Indígena na Formação do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006. E também ver: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org). **Índios no Brasil**. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1994.

⁶⁷ Filho do Rei D. Manuel I, reina Portugal de 1521 a 1557.

⁶⁸ Desde os primeiros momentos de exploração do pau-brasil, os navegantes começaram a denominar o território de Brasil por causa dessa árvore, o nome Brasil fixou-se no imaginário dos viajantes e dos colonizadores e prevaleceu sobre as outras nomenclaturas a partir de 1527. Isso causou um grande desconforto pelos eclesiásticos, pois substituíam um nome cristão por um popular. Existe uma hipótese de que esse nome está relacionado à existência de uma ilha imaginária na costa da Irlanda. Essa ilha irlandesa era um local cercado por misticismo e sua existência real não foi comprovada e era denominada de Brazil.

⁶⁹ COUTO, Jorge. Op. Cit., p. 60-64.

As relações entre Portugueses e os ameríndios se deu de forma diferente em cada região brasileira, mas de uma forma geral, no século XVI, os grupos indígenas foram classificados pelos portugueses ou de aliados ou de inimigos, e não existia em quaisquer das duas classificações um reconhecimento da relatividade das culturas nem de espaços significativos de autonomia. Os povos e as famílias indígenas que se tornavam aliados dos portugueses necessitavam ser convertidos à fé cristã, enquanto os “índios bravos” deviam ser subjugados militar e politicamente de forma a garantir o seu processo de catequização. Este tinha por objetivo justificar o projeto colonial como uma iniciativa de natureza ético-religiosa, preparando a população autóctone para servir como mão de obra nos empreendimentos coloniais, o “domínio” territorial luso foi conquistado na base de muitas negociações e de guerras de conquista durante um longo tempo, sobretudo nos sertões.

Em remuneração dos serviços que havia feito na Índia, sobretudo na tomada de Malaca⁷⁰, A Capitania de Pernambuco, antiga feitoria de Cristovão Jaques, foi outorgada a Duarte Coelho Pereira, por Carta de Doação lavrada a 10 de março de 1534, recebendo o título de Capitão e Governador das terras de Pernambuco. A Capitania, a que o donatário chamou de Nova Lusitânia⁷¹, homenagem à pátria de origem, se estendia entre o rio Igarassu e o rio São Francisco.

Duarte Coelho Pereira recebeu a doação e partiu para o Brasil, trazendo a esposa Brites de Albuquerque, e muitos parentes e amigos: o cunhado Jerônimo de Albuquerque, casado com Filipa de Melo, que havia ficado em Portugal. Duarte Coelho desembarcou no porto da Ilha de Itamaracá, chamado de Pernambuco Velho, em 9 de março de 1535, e tomou posse da Capitania.

O donatário incumbiu a Afonso Gonçalves, seu parceiro na jornada da Índia, que erguesse a Vila de Igarassu, após a vitória dos portugueses, sob o comando do capitão Afonso Gonçalves, sobre os índios Caetés e por ordem deste se ergueu no local da batalha uma capela consagrada aos Santos Cosme e Damião⁷². Gonçalves incentivou a vinda de muitos parentes com suas mulheres e filhos, que passaram a lavrar a terra, plantando mantimentos. Não sendo a povoação de Igarassu local adequado onde as defesas pudessem resistir a ataques indígenas

⁷⁰ Península na região da atual malásia, que foi colônia de Portugal de 1511 a 1641.

⁷¹ Nome dado pelo primeiro donatário a Capitania de Pernambuco, mas os navegadores e colonos preferiam chamar pelo nome popular de origem tupi: pa'ra'nã = "mar" mais buka = ("furo de mar"), referência dada aos índios no canal de Santa Cruz que cercava a região da atual Ilha de Itamaracá. Esse nome causa desconforto aos eclesiásticos, da mesma forma que já tinha acontecido com a nomenclatura Brasil. MELLO, Evaldo Cabral de. **Uma Nova Lusitânia**. In: MOTA, Carlos Guilherme(org). Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000). Formação: histórias. São Paulo: SENAC, 2000, p 73-74.

⁷² A igreja mais antiga do Brasil em funcionamento, ganhou sua forma definitiva no século XVIII e foi reformada no XIX.

e de corsários, seguiu Duarte Coelho em direção ao Sul, procurando um sítio adequado à edificação de uma povoação que se tornasse o centro da sua administração. Encontrou nas sete colinas situadas em frente ao mar, onde existira a aldeia dos Caetés. Houve lutas entre eles e os portugueses aos quais cessaram com a ajuda de Vasco Fernandes Lucena, que vivia entre os ameríndios, e após a união do cunhado Jerônimo de Albuquerque com a filha do cacique tabajara Arcoverde, que foi batizada cristã com o nome de Maria do Espírito Santo Arcoverde. Cessando as lutas com os naturais da terra, edificou Duarte Coelho a povoação de Olinda⁷³, lugar alto e com ampla visão do oceano, ideal para a defesa⁷⁴.

Os Caetés, foram grupos nativos que habitaram o litoral brasileiro até o fim do século XVI. Eram aproximadamente 75000 indivíduos. Habitavam o litoral brasileiro entre a Ilha de Itamaracá e o Rio São Francisco. Em virtude do naufrágio da nau Nossa Senhora da Ajuda, na costa de Alagoas, em junho de 1556, quando comeram, em ritual antropofágico, o bispo Pero Fernandes Sardinha e outros náufragos, o governo português empreendeu uma caçada aos Caetés, sendo praticamente dizimados ou escravizados⁷⁵.

Em Olinda, sede administrativa da capitania, se instalaram as autoridades civis e eclesiásticas, o Colégio dos Jesuítas, os principais conventos e o pequeno cais do Varadouro. O pequeno porto de Olinda era pouco significativo, sem profundidade para receber as grandes embarcações que cruzavam o Oceano Atlântico. Por sua vez, Recife, povoado chamado pelo primeiro donatário de "Arrecife dos navios", segundo a Carta de Foral⁷⁶ passada a 12 de março de 1537, veio a ser o porto principal da capitania.

Devido as experiências adquiridas na Ilha da Madeira, Duarte Coelho investe na produção açucareira em Pernambuco. O modelo de produção na Madeira era do tipo de média e pequena propriedade, concentrados no meio urbano o que não permitia uma produção em larga escala, até mesmo pelas condições geográficas, não trazendo grandes lucros para os proprietários. Esse contexto fez com que a mão de obra escrava fosse pouco utilizada, pelos problemas financeiros e de demanda. É justamente esse modelo que Duarte Coelho implanta

⁷³ Além da versão sobre o nome de Olinda ter sido influenciado pela extasiada exclamação do criado de Duarte Coelho ao sítio que se erguia a vila, o nome poderia ter vindo de alguma casa, quinta ou burgo cara a Duarte Coelho, ou ainda de uma das personagens femininas de uma peça europeia chamada de "Amadis de Gaula". MELLO, Evaldo Cabral de. **Uma Nova Lusitânia**. Op. Cit., p. 73-75.

⁷⁴ Sobre as informações da chegada de Duarte Coelho e a fundação da Capitania de Pernambuco ver: Ibid., p. 73-75. Ver também: LORETO COUTO, Dom Domingos do. **Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco**. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981, p 19-22.

⁷⁵ MONTEIRO, John. **O escravo índio, esse desconhecido**. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org). Índios no Brasil. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1994.

⁷⁶ Eram documentos reais utilizados pela Coroa portuguesa aos colonos, que visava estabelecer um Conselho e regular questões relacionadas a administração, limites e privilégios. Era determinante para assegurar as condições de fixação e prosperidade da comunidade, assim como no aumento da sua área cultivada, pela concessão de maiores liberdades e privilégios aos seus habitantes.

na Capitania de Pernambuco, pois até a sua morte em 1554 a produção se resumia a cinco engenhos, entre Igarassu ao norte, e várzea do Capibaribe ao sul. A falta de investimento em uma produção e extensão territorial maior neste período deve-se ao fato de que era um investimento de alto risco, pela própria falta de conhecimento do donatário. Essa situação começa a modificar com a morte de Duarte Coelho, quando seus filhos e principalmente seu cunhado, Jerônimo de Albuquerque, consegue os investimentos e conhecimentos necessários para expandir a produção do açúcar, estendendo os domínios da capitania de Pernambuco, dos atuais estados de Alagoas ao Rio Grande do Norte e ao Oeste do litoral. Esse novo modelo vai necessitar cada vez mais de mão de obra, sobretudo escrava⁷⁷.

A escravidão ameríndia teve vários problemas, primeiro a questão político-econômica em que a Coroa portuguesa incentiva a mão de obra de escravos africanos, pelo fato dela ter muito lucro com as taxas e tributos no embarque e desembarque desses escravos nas duas costas do atlântico. Havia varias pessoas envolvidas na compra e venda de escravos africanos, e elas pagavam a tributação devida⁷⁸. Outro ponto importante é a questão religiosa, os eclesiásticos usaram a teoria bíblica de que os africanos eram amaldiçoados, sem almas, e que teriam que servir aos seus irmãos cristãos⁷⁹, e os ameríndios seriam apenas selvagens que precisavam ser cristianizados. Essas são as principais justificativas para que a escravidão africana se desenvolvesse de uma forma ampla nos setores de produção açucareira. E que segundo Luis Felipe de Alencastro, foi com o tráfico negreiro africano que se desenvolveu a formação histórica brasileira⁸⁰.

A produção açucareira tornou-se muito complexa, uma verdadeira indústria, com vários setores conectados. Desde o plantio da cana, a própria colheita, o fabrico do açúcar no engenho e a sua comercialização, havia uma serie de pessoas, estudos e uma gerencia que conectava todo esse processo, exigindo muita gente, trabalho e supervisão.

Primeiramente o engenho como o coração da produção colonial, era formado pela casa-grande, morada do senhor, senzala onde se abrigava os escravos e a capela onde se rezavam as missas dos domingos e dias santos. Nos canaviais, as lavouras eram do próprio engenho e de terceiros, estes últimos arrendavam terra, pela qual era paga o tributo, além de pagarem da parte que lhe cabiam uma porcentagem pela moagem, estes eram os lavradores da cana. As moendas variavam por ter existido na produção diferentes tipos de engenhos, Reais

⁷⁷ MELLO, Evaldo Cabral de. **Uma Nova Lusitânia**. Op. Cit., p. 76-80.

⁷⁸ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Op. Cit., p. 29-33.

⁷⁹ Essa teoria foi criada através de uma informação extraída da história de Cam, um dos filhos de Noé, que pode ser observada na Bíblia, em Gênesis, capítulo 9, versículos 18-29.

⁸⁰ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Op. Cit., p. 28-29.

que eram próximos aos rios e se utilizavam da força hidráulica, além desse existiram outros movidos a bois, bestas ou cavalos, e tração humana. Depois da moagem vinha o fabrico do açúcar, que assim como a moagem se trabalhava dias e noites entre duas turmas, esse setor era formado pela casa de purga onde se esperava a drenagem natural da aguardente, depois vinha a secagem que era feita ao sol e que após esse processo se obtinha vários tipos de açúcar, fino, branco redondo, branco baixo e mascavado, e por último o encaixotamento, feito depois da pesagem, colocado em caixa de madeira marcadas por tinta e ferro⁸¹.

A produção do açúcar era a atividade mais complexa e mecanizada conhecida até o século XVIII, que contava com trabalhadores e ferramentas especializadas, que se articulavam em um mecanismo único, organizadas em equipes no período de safra onde operava vinte horas seguidas, processo esse voltado para evitar perdas e assegurar a produção, que para se manter funcionando na normalidade era necessário toda uma organização. Essa formada pelos setores de administração: senhor, manutenção: carapina, carpinteiro, pedreiro e calafates, transporte: carros de boi e barcas, e o processamento: feitor-pequeno, levadeiro, mestre do açúcar, banqueiro e caldeireiros, além de muitos escravos que estavam presentes nos dois últimos setores. Nesse cenário havia os trabalhadores livres, pessoas habilitadas que cuidavam da manutenção ou conhecedoras de processamentos do açúcar, atividades desconhecida pelos negros, mas que com o passar do tempo passam a exercer, esses trabalhadores eram, feitor-mor, caixeiro da cidade, cobrador de rendas, escrivão, cirurgião, mestre do açúcar, caldeireiro, carapina, banqueiro, feitor-pequeno, purgador e barqueiro. Destacava-se também em algumas situações o trabalho do índio que foram utilizados em tarefas como limpeza anual da levada, cuidar do sangradouro, cortar lenha, além de capitão-do-mato, caçando escravos fugitivos, estes, os escravos, foram a base de todo o trabalho e sociedade, pois, sem eles nada funcionava por serem fundamentais a todo processo⁸².

No período da administração da capitania de Pernambuco por Duarte Coelho e seus descendentes, houve um acúmulo de poder regional, por conta do prestígio adquirido em fazer do território Pernambucano uma capitania que traz um grande desenvolvimento econômico para a América portuguesa. Com o início da ocupação portuguesa no Brasil cria-se uma certa nobreza da terra, chamada por Evaldo Cabral de Mello de “açúcarocracia”. Diferente da nobreza reinol, essa elite no Brasil, grande parte dela, não advêm de linhagem sanguínea, mais sim das suas ações e recompensas, como explica a historiadora Vera Lúcia Costa Acioli:

⁸¹ FERLINI, Vera Lucia Amaral. A civilização do açúcar. São Paulo: Brasiliense. 1998, p 29-44.

⁸² Ibid., p. 45-62.

A política de ascensão social em Portugal fora evoluindo de modo que uma pessoa de origem plebeia poderia conquistar posições de fidalguia desde que participasse das guerras empreendidas por sua pátria. Tal aconteceu com Duarte Coelho Pereira, que recebeu o alvará de fidalgo e até brasão de armas como recompensa de atos de valor realizados na Ásia no início do século XVI⁸³.

A Coroa costumava ceder largas doações de terras para remunerar os serviços dos colonos, muitos se mostravam fieis vassalos, e outros se irritavam quando não eram reconhecidos e a recompensa não vinha. Nesse contexto vai se gerar conflitos entre os funcionários reais, fidalgos com títulos de nobreza como os “nobres-novos”, pois essa elite recém-formada vai ser usada pela coroa para manter os territórios com algum controle, e essa vassalagem vai aumentar ou diminuir de acordo com as necessidades de momento causando os problemas de administração colonial.

Com a mudança de modelo gestor colonial, cancelando o exclusivismo privado e implantando o governo geral e a tentativa de diminuir o poder dos donatários, se tem um dos primeiros conflitos em Pernambuco. Duarte Coelho em carta ao Rei exige sua autoridade na capitania e a não interferência do governador geral Tome de Souza. Em 1550 a Coroa dá causa a Duarte Coelho, mostrando o seu prestígio e o da capitania. Esse tipo de situação gerava problemas entre os poderes, e Coroa agia com flexibilidade e negociações em ambos os lados.

Com a morte de Duarte Coelho em 1554, e por conta da ausência dos donatários a partir de 1570, a capitania foi administrada por Tenentes e Capitães indicados pelos donatários. A Coroa Ibérica, a partir de 1580, tenta diminuir essa autoridade local, e vários governadores gerais passaram longos períodos em Pernambuco para centralizar mais as ações. Essas medidas vão gerar mais conflitos, aonde o próprio Rei espanhol também vai utilizar das negociações entre os poderes. Em 1620 o capitão-mor Matias de Albuquerque, enfrenta a Coroa Ibérica e resgata grande parte da autonomia da capitania, um grande exemplo foi o alvará de 21 de fevereiro de 1620 aonde coloca que o governador geral não deveria sair da Bahia, e que os governadores nomeados saíssem de Lisboa em direção a Bahia sem tocar em Pernambuco⁸⁴.

Na administração de Matias de Albuquerque vieram muitos parentes dos donatários para Pernambuco com o intuito de expandir os territórios da capitania. Essas medidas foram rompidas pela ameaça e invasão dos holandeses. Mas mesmo assim Matias de Albuquerque comanda a guerra de resistência aos flamengos, e junto com a câmara de Olinda

⁸³ ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **Jurisdição e conflitos: Aspectos da administração colonial, Pernambuco - século XVII**. Recife: Editora universitária da UFPE, 1997, p. 17.

⁸⁴ Ibid., p. 24.

faz um grande recrutamento de pessoas para a guerra e reforça os fortes e trincheiras já existentes. Por conta dessas ações surgem as suspeitas de que ele estaria planejando separar Pernambuco da Coroa Ibérica⁸⁵, por essa suspeita Matias de Albuquerque foi detido e transferido para uma prisão em Lisboa⁸⁶, e quem assumiu a capitania foi Duarte de Albuquerque Coelho até 1635, quando os holandeses dominaram a região.

Com a restauração Pernambucana de 1654, o regime dos donatários foi abolido, e a administração da capitania é entregue á governadores e Capitães régios, mas não sem indenizar os herdeiros do ultimo donatário⁸⁷.

2.2 A Capitania de Angola

Com a conquista de Ceuta em 1415, Portugal se depara com a diversidade de produtos valiosos para o comércio europeu, principalmente ouro, diamantes, marfim e escravos. Esses produtos eram trazidos das caravanas árabes no Saara para as cidades do mediterrâneo no norte da África. Uma das motivações dos portugueses para a expansão marítima em direção da África foi justamente quebrar com o monopólio comercial dos árabes, para tanto os portugueses teriam que adquirir diretamente na fonte os produtos, ou seja, comercializar diretamente com os africanos. O investimento para as expedições foram em curto prazo, cada expedição a uma região da costa africana, obtinha os lucros necessários para uma nova empreitada⁸⁸.

Em 1419, chegam á ilha da Madeira, alguns anos depois tentam pela primeira vez a conquista das Canárias, e chegam aos Açores ainda na década de 1420. Em 1434, o navegador Gil Eanes, atravessa o Cabo Bojador com o objetivo provável de ampliar o comércio africano, negociando diretamente com a fonte dos produtos, o Golfo de Guiné. Essas atividades lusas na costa atlântica africana faz com que em 1436 o Papa emita a bula “Romanus Pontifex”, que dá a suposta missão para Portugal converter os povos “selvagens” e combater os povos pagãos, criando uma característica de cruzada a expansão e atribuindo a

⁸⁵ Ibid., p. 25.

⁸⁶ Libertado com a Restauração da independência em 1640, membro do conselho de guerra real, foi designado governador das armas para o Alentejo, onde complementou as defesas da Praça-forte de Olivença, da praça de Elvas e da praça de Campo Maior. Ao vencer a batalha do Montijo contra os espanhóis, em 1644, confirmou os seus méritos de militar sendo recompensado com o título de 1º conde de Alegrete. SERRÃO, Joaquim Veríssimo. Op. Cit., p. 30-31.

⁸⁷ FERLINI, Vera Lucia Amaral. Op. Cit., p. 26.

⁸⁸ A discussão a respeito das motivações que levaram os portugueses a expansão marítima pode ser visto em: THORNTON, John. **A África e os africanos na formação do mundo atlântico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p 65-72.

Portugal o exclusivismo do comércio africano. A expedição de Nuno Tristão, em 1443, chega a Arguim, onde os portugueses criaram uma feitoria, e traz os primeiros escravos. No ano seguinte executa-se a primeira grande expedição comercial, chaga-se ao Senegal. Resgatam uma grande quantidade de escravos, que serão vendidos em Lagos. São estabelecidos os primeiros contatos com os reis da região, de forma a permitir a continuidade do comércio. O desenvolvimento do comércio atinge uma nova fase com o estabelecimento permanente em Arguim⁸⁹.

Em 1460, os portugueses colonizaram Cabo Verde se tornando um entreposto importante para as expedições que resultaram na chegada a Costa da Mina, e o Golfo de Guiné em 1471. Outro fator importante é a construção do castelo de São Jorge da Mina, consolidando a presença portuguesa na exploração do ouro e de escravos na região a parti de 1482⁹⁰. A Ilha de São Tomé localizada no golfo da Guiné se tornou a grande base de operações de Portugal na região do ouro, e posteriormente na África central entrando no século XVI como a região de maior influência nas ações sobre as questões da costa Atlântica africana, se tornando um lugar de experiências e aprendizados para questões ultramarinas⁹¹.

No século XV houve um grande domínio dos portugueses nos mares, mas isso não representa que eles dominaram os territórios costeiros africanos. O relacionamento diplomático entre a Coroa portuguesa e os reinos, deu-se pela constatação de uma cultura marítima entre os africanos da Costa. As tentativas de conquista da então África ocidental, nos séculos XV e XVI, eram constantemente dificultadas pela frota naval africana que, embora fossem construções menos sofisticadas se comparadas às europeias, funcionavam qualitativamente e suportavam de cinquenta a cem homens incumbidos de proteger a navegação de ataques estrangeiros. Nesse sentido, o estado português adotou uma política de negociação com os africanos, por meio de troca de favores do primeiro para com o segundo, de forma vantajosa para os africanos, dado o recebimento de taxas e outros benefícios regulados pelos reinos locais. Mas nem sempre, a diplomacia, era respeitada pelos navegantes portugueses⁹².

⁸⁹ Para a expansão dos portugueses em direção ao sul do continente africano ver: MARQUES, A. H. de Oliveira. Op. Cit. Ver também: SERRÃO, Joaquim Veríssimo. História de Portugal. Volume II. Lisboa: Editorial Verbo, 1996. E: THORNTON, John. Op. Cit., p. 72-76.

⁹⁰ O relato de Duarte Pacheco Pereira sobre a descoberta da Mina e a Edificação do Castelo pode ser vistas em: **MMA-S1-V1-P 3-6 (Monumenta Missionária Africana-Série 1-Volume 1-página 3 a 6)**.

⁹¹ Sobre São Tomé como um laboratório tropical ver: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Op. Cit., p. 63-70.

⁹² Para as primeiras relações entre portugueses e africanos na Senegâmbia ver: THORNTON, John. Op. Cit. p 80-86. E também: COSTA E SILVA, Alberto. **A manilha e o libambo: a África e a escravidão 1500 a 1700**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2011, p 149-182.

No reinado de D. João II, este fator sofreu um notável incremento. O monarca desenvolve uma política coerente de aproximação e de promoção de alianças com diversos reinos africanos, o que se revelava essencial para o seu plano de expansão ultramarina, permitia uma melhor exploração econômica, com o estabelecimento de acordos de comércio vantajosos para ambas às partes; fortalecia a presença portuguesa em face de uma eventual concorrência castelhana na região da Guiné. A política levada a cabo por D. João II obteve bons resultados junto de diversos reinos africanos. O primeiro foi o dos Jalofo, na região do Senegal, que os portugueses haviam entrado em contato já há várias décadas. Tal aproximação culminou com a conversão do rei africano, em 1488, data em que foi batizado em Lisboa com o nome de D. João Bemoim, após ter sido recebido com todas as honrarias por D. João II⁹³.

De acordo com o historiador Joseph Ki-zerbo, os povos da África ocidental, antes da presença portuguesa, mantinham um ritmo econômico semelhante ao do mundo europeu, exceto os povos das florestas. No Sudão, surgiram grandes reinos e impérios criando uma longa rede de poder e de influências. Gana, Mali e Songai, foram os principais, cada qual na sua época, controlando as rotas comerciais transaarianas entre a Costa da Guiné e as cidades comerciais na costa do mediterrâneo. Nessa região do Magrebe⁹⁴ se constituiu centros econômicos através de cidades comerciais, mercados e entrepostos nas rotas fiscalizadas pelos impérios. Os produtos eram dos mais diversos, pois existiu produção de manufaturas controladas por associações de artífices, além dos produtos naturais como os minérios, tipos de vegetação e, sobretudo, escravos⁹⁵.

A escravidão já existia na África desde a antiguidade, os escravos eram utilizados no interior das sociedades, nas funções de criados, soldados e concubinas, mas também eram vendidos no comércio que vai se intensificar com a expansão muçulmana, a partir do século VII. Entretanto, a maior parte das sociedades africanas praticava a escravidão doméstica, caracterizada como uma forma de dependência pessoal. Em se tratando de pequenas comunidades, a escravidão servia para sustentar o número de componentes da família ou da linhagem, que em média tinha de um a quatro escravos. Em sociedades com características urbanas, como a dos iorubás e a dos hauçás, havia mais escravos do que naquelas basicamente rurais. A principal fonte de escravos era a guerra, os derrotados tinham, em particular, suas mulheres e crianças tornadas cativas. Além da guerra, os sequestros eram comuns. A

⁹³ MARQUES, A. H. de Oliveira. Op. Cit., p. 335-337.

⁹⁴ África ocidental.

⁹⁵ KI-ZERBO, Joseph. **História da África negra – I**. Lisboa: Europa-américa, 2009, 4 ed, p 210-221.

escravidão poderia ser também imposta como castigos penais por assassinato, adultério e roubo. Respalado em seu poder, um rei, um chefe ou mesmo um membro da família de maior respeito, tornava escravo alguém que lhe contrariasse ou ambicionasse um bem. Para se saldar uma dívida ou adquirir um empréstimo, não raro uma pessoa da própria família era entregue a outra comunidade para ser escravizada. Além disso, a fome, em consequência das grandes secas ou da perda da colheita por invasão de pragas, por muitas chuvas ou por incêndios, obrigava, para garantir a sobrevivência, a própria escravização ou a de um familiar⁹⁶.

Na África subsaariana, a terra não era escassa, mas o trabalho sim, pois, proporcionalmente, existiam poucos indivíduos para ocupá-la e cultivá-la. A terra pertencia a todos, mas o seu uso era controlado pelos reis e chefes, que a cediam ao grupo que tivesse braços suficientes para trabalhá-la, era necessário a obtenção de um grande número de escravos. Os tributos aos reis e chefes eram pagos em serviços, dias de trabalho, construção de casas, poços, muros, produtos, cereais, gado, tecidos, e com escravos. Estes também eram utilizados como moeda⁹⁷.

Com a colonização das Américas, um novo mercado surgiu para o comércio africano de escravos. As plantações de açúcar do Brasil e do Caribe expandiam progressivamente, demandando cada vez mais mão de obra. Contudo, as populações nativas do Novo Mundo, dizimadas em grande parte pelas doenças trazidas pelos europeus, mal podiam atender essa demanda. Os europeus, por outro lado, viam poucos motivos para trabalharem voluntariamente nas plantações de açúcar. As condições de trabalho eram geralmente precárias e pouco gratificantes, de maneira que mesmo prisioneiros ou indivíduos obrigados a um termo de trabalho, raramente se sujeitavam a trabalhar nas plantações de açúcar do Novo Mundo. O problema da escassez de mão de obra foi solucionado com o tráfico transatlântico de escravos⁹⁸.

Na região da Mina, onde D. João II mandou erguer o Castelo São Jorge da Mina, tentaram os portugueses obter alianças políticas e fomentar a evangelização, embora com resultados menos satisfatórios. Um pouco mais a Sul, na região do Benim, os contatos foram mais profundos. A importância deste reino do interior era tal que D. João II ali enviou por

⁹⁶ Sobre a escravidão na África antes dos europeus ver: LOVEJOY, Paul E. **A escravidão na África: uma história de suas transformações**. São Paulo: Editora civilização brasileira S/A, 2002. Ver também: MEILLASOUX, Claude. **Antropologia da escravidão: o ventre de ferro e dinheiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

⁹⁷ LOVEJOY, Paul E. Op. Cit., p. 135.

⁹⁸ Sobre o início do tráfico de escravos e seu desenvolvimento na África Central ver: MILLER, Joseph C. **África Central durante a era do comércio de escravizados, de 1490 a 1850**. in: HEYWOOD, Linda. (Org.) **Diáspora Negra no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2008, p 29-46.

duas vezes, em 1486 e 1487, uma embaixada chefiada por João Afonso de Aveiro. Tinha como objetivos a fundação de uma feitoria, a promoção da amizade com Portugal e a preparação para uma futura evangelização naquela região, no que foi bem-sucedido. No entanto, a melhor recepção aos marinheiros portugueses estava reservada para outra região, completamente isolada até então da civilização europeia, o reino do Congo. O Congo foi contatado pela primeira vez por Diogo Cão, em 1483, o mesmo transportou para Lisboa uma embaixada deste reino africano, que presenteou D. João II com peças de marfim e panos de palma⁹⁹.

No Congo, os portugueses encontraram grandes mercados regionais, onde se fazia a troca de produtos como sal, metais, tecidos e derivados de animais. O interesse português se concentrava no comércio, principalmente de escravos, e no controle das minas. Os portugueses ofereceram apoio militar ao Mani Congo¹⁰⁰, o que garantiria sua superioridade frente aos subordinados e inimigos de reinos vizinhos, reforçando seu poder e a administração centralizada. Depois da expedição de 1485, capitaneada por Rui de Sousa, seguiu para Portugal uma embaixada do Mani Congo, agradecendo os presentes e favores, comunicando a conversão, pedindo mais padres para o trabalho missionário, oferecendo-se como seu súdito em troca de apoio militar. O rei do Congo anunciou ainda o envio de um embaixador ao papa para prestar obediência. No Congo seriam criadas instituições nos moldes portugueses; a monarquia congoleza semelhante da lusitana. Além da inusitada receptividade do rei do Congo, justificada pelo interesse de parte da aristocracia congoleza em usar o cristianismo contra linhagens rivais, o contato com este reino se singularizou pela abordagem pacífica e pela importante penetração no interior do continente africano. O Regimento de D. Manuel I, codificado em 1512, estabelecia termos mais de cooperação do que de controle ou dominação entre a Coroa e o reino do Congo¹⁰¹.

O reino era governado por um monarca, consistia de nove províncias e três reinos, Ngoy, Kakongo e Loango, mas a sua área de influência estendia-se também aos estados limítrofes, tais como Ndongo, Matamba, Kassanje e Kissama. Nessa região se encontrava vários grupos da etnia banto, principalmente os bakongo. Apesar da feição centralizada, o reino do Congo contava com a presença de administradores locais provenientes de antigas famílias ou escolhidos pela própria autoridade monárquica. Apesar da existência destas subdivisões na configuração política do Congo, o rei, tinha o direito de receber o tributo

⁹⁹ COSTA E SILVA, Alberto. Op. Cit., p. 309-347.

¹⁰⁰ Título do rei do Congo.

¹⁰¹ Ibid., p. 359-372.

proveniente de cada uma das províncias dominadas. A capital era M'Banza Kongo, rebatizada pelos portugueses de São Salvador do Congo¹⁰².

As divergências internas suscitadas pela submissão de parte da nobreza do Congo aos interesses de Portugal, acabou provocando um cisma de grandes proporções entre os reinos vassalos e a população em geral. Duas correntes principais se formaram. A primeira, que era integrada por aqueles que aceitavam a influência estrangeira, queria modificar as estruturas sociais no Congo, e era comandada por Mbemba, o mais velho, segundo na linha de sucessão. A outra corrente, liderada por Mpanzu, o mais novo, primeiro na linha de sucessão, se esforçava então para combater tudo que fosse estranho aos costumes tradicionais da terra. Mpanzu que é o herdeiro legítimo á sucessão do pai, assume o seu lugar mas é logo deposto pelo irmão, com a ajuda de eclesiásticos e agentes militares de Portugal. Mpanzu acaba sendo expulso tendo que se refugiar no reino vizinho, terras do Muene Nsundi. Mbemba, já cristianizado, recebe então o nome de D.Afonso I e assume o trono em 1506¹⁰³.

D.Afonso I não era simplesmente um rei subserviente, ele se julgava grande amigo de D.Manuel I, com quem trocava ampla correspondência, sob o tratamento mútuo de “Irmãos Reais”, imaginava poder obter certas vantagens comerciais e tecnológicas dos lusos, chega a declarar numa carta á D.Manuel I o seu desejo de obter a tecnologia para a construção de caravelas, com o fim óbvio de expandir suas fronteiras comerciais e se impor diante de reinos vizinhos. É assim que, mesmo tendo que enfrentar o agravamento dos conflitos daqueles que, além de questionar sua liderança, não aceitam de modo algum á sujeição da região ao estrangeiro, D. Afonso I aposta na ligação com Portugal.

A partir de 1514, se intensifica o trafico entre Portugal e o Reino do Congo, a qual tinha uma vasta conexão territorial, exercendo influencia em grande parte dos reinos da África central. De acordo com os trados comerciais, D. Afonso I do Congo sempre tentou manter um monopólio comercial de fornecimento de escravos, grande parte desses tratados eram desrespeitados. Para adquirir maiores lucros, a partir de 1526, os colonos de São Tomé criaram novas rotas paralelas com os reis visinho ao Congo, sobretudo a Ilha de Luanda. Essa ilha tinha as chamadas nzinbu, conhas muito valiosas no comercio da região da África Central. O domínio de Luanda e a parte territorial no continente era exercido pelo reino de

¹⁰² VANSINA, J. **O reino do Congo e seus vizinhos**. In: OGOT, Bethwell Allan (org.). História Geral da África Volume V. Brasília: UNESCO. 2010, p 652-653.

¹⁰³ Ibid., p. 657.

Ndongo a qual seu rei se chamava Ngola¹⁰⁴. O comercio entre São Tomé e a região de Ndongo se intensificou a tal ponto que em 1548, o rei de Portugal D. João III proibiu o comercio na região de Ngola para preservar a aliança com o reino do Congo¹⁰⁵.

Com a morte de D. Afonso I em 1543, surgiu problemas na sua sucessão, a casa real se divide e os afro-portugueses e metropolitanos tentam influenciar na sucessão, apoiando o principe que governasse o Congo de acordo com seus interesses, sobretudo nas riquezas minerais e no tráfico de escravos. Os Portugueses não tiveram muito sucesso, os novos governantes do Congo aumentaram a tributação no comercio e queriam criar um sistema próprio de transportes para traficar direto com a Europa e o Novo Mundo. Portugal rejeita vender embarcações, o que faz com que o Reino do Congo comesse uma politica de isolamento e rompimento com as alianças comerciais lusas. Esse tipo de atitude fez com que Portugal procurasse novas regiões e novos parceiros¹⁰⁶. Em 1567 o Reino do Congo é invadido por um grupo de guerreiros denominados Jagas¹⁰⁷, de 1571 a 1573, os Portugueses socorrem o Reino, reatando com isso algumas alianças, mais o Congo perderia sua exclusividade comercial com acriação da colônia de Angola em 1575.

A partir de 1560, Paulo Dias de Novaes, neto de Bartolomeu Dias, tem a missão de embaixador aos reinos no sul do rio Zaire, levando com ele jesuítas com intuito de converter o monarca e sua gente no Reino de Ndongo. Chegando a corte foi feito prisioneiro durante quatro anos. Por conta de um conflito de Ngola e um soba vassalo, oferece o socorro de Portugal convecendo o Ngola a permiti o seu retorno a Europa, mantendo os jesuitas como refêns. Passaram dez anos para que Novaes retornasse a Ndongo, convenceu a corte portuguesa da conquista dos territorios a frente da ilha de Luanda, dando como justificativa as jazidas de prata, cobre e sal, alegando ainda conectar os dois oceanos por terra, do Ndongo as minas do Monomotapa, e ainda o aumento significativo de escravos para produção açúcareira no Brasil que já estava em longa escala. Tendo como exemplo o seu fracasso inicial, conveceu a corte de que não tinha como converter os africanos ao cristianismo sem antes os dominar militarmente¹⁰⁸.

D. Sebastião cria em 1571 a capitania de Angola, além de não ter nenhum custo para Portugal, pois os moldes da capitania era de acordo com o modelo dos exclusivismo

¹⁰⁴ Palavra que os portugueses modificam para Angola, dando nome a região da colônia lusa na África Central.

¹⁰⁵ Ibid., p. 658-659.

¹⁰⁶ Ibid., p. 660.

¹⁰⁷ Foi o nome que os Portugueses deram, no final do século XVI e durante o século XVII, a grupos de nativos africanos, predominantemente nômades, e que eram muito temidos por terem uma grande força militar, eram muito requisitados na caça de escravos.

¹⁰⁸ Ibid., p. 662.

privado das primeiras capitanias no Brasil, D. Sebastião deu consessão de terras que não pertenciam a Coroa portuguesa, e sim aos reis africanos. A capitania foi estabelecida do Rio Dande ao Rio Cuanza, e se estendia trinta e cinco leguas da costa¹⁰⁹.

Chegando em Luanda em 1575 com um grande numero de soldados, marinheiros, artífices, além de alguns jesuitas, Dias Novaes tenta estabelecer a colonização portuguesa na África. De início ele teve dois problemas, o primeiro é que já havia comunidades afro-portuguesas, advindas de São Tomé em Luanda, grupos de comerciantes que não gostaram da idéia do donatário ser o senhor econômico de terras que já eram deles. Esses grupos se espalharam pela África Central, muitos deles indo para a corte de Ndongo, onde vão vender informações valiosas sobre os portugueses recém chegados. O segundo foi justamente o reino de Ndongo e seus vassalos que não permitiram essa tomada territorial facilmente. Em 1579, Dias Novaes e o rei de Ndongo entram em conflito, alguns dos vassalos do Ngola se aliaram aos Portugueses como Muxima, Cambanbe, Quincunguela e Massangano¹¹⁰.

Dias Novaes assim que saiu da Ilha de Luanda e foi para o continente, investiu na construção de igrejas, casas, e fortificações, evidenciando que tinha vindo para ficar e não apenas adquirir escravos, como acontecia na região desde 1526. Na política expansionista Dias Novaes usou de grande violência, espalhando pânico entre as populações, decapitava os chefes tribais que capturava, saquiava as vilas e às queimava. O Rei do Ndongo possuía um grande exercito, e mesmo com o caos estabelecido por Novaes, o conflito tem perdas e ganhos para os dois lados, durante um bom tempo. Com a União Iberica em 1580, Felipe I de Portugal, retira o privilégio de Dias Novaes extinguindo a capitania hereditária, a qual Dias Novaes deixa de ser um donatario e passa a ser um funcionario real, ou seja, o Governador, isso faz com que as ações de Novais sejam submetidas a autorização de Felipe I¹¹¹, mesmo assim Novaes não desiste da expansão até a sua morte em 1589, Sendo substituído por Luis Serrão. No período filipino a colonia de Angola obteve um modelo administrativo semelhante ao da América, era administrado por um governador substituído a cada três anos, centrado na cidade de São Paulo de Luanda¹¹², havia o conselho municipal, a câmara, e capitães militares que administravam as fortalezas e suas redondezas, houve uma relação de vassalagem entre os sobas¹¹³ e os governadores, e o tributo dessa relação era pago com escravos. O interesse filipino em manter a colonia vinha de boatos sobre grandes minas de ouro na África Central,

¹⁰⁹ Idem.

¹¹⁰ Idem.

¹¹¹ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. História de Portugal. volume III. Lisboa: Editorial Verbo, 1996, p 144-145.

¹¹² Fundada em 25 de janeiro de 1576, sua nomenclatura faz alusão ao escambo que se fazia nas trocas pelas conchas “nzimbus”, ricas na ilha.

¹¹³ Chefes tribais na África central.

depois de muitas investidas a Coroa Ibérica certificou-se da falsidade das informações, freando a expansão e se preocupando em investir no tráfico de escravos¹¹⁴.

No início do século XVII, a capitania de Angola vai passar por uma série de administradores interessados especificamente no tráfico de escravos, os chamados governadores asientistas¹¹⁵, em uma situação muito complicada como nos mostra Alberto da Costa e Silva :

A galeria de retratos desses administradores é de provocar repulsa e tristeza. Aspiravam todas as riquezas de Goa, mas eram mandados, quase sem meios e com vencimentos insuficientes, para um porto calorento, sujo, insalubre cheio de poeira e mosquitos, onde se contavam as casas de telha e nada havia que alegrasse os olhos, exceto o mar. Desde a chegada, tinham que conviver com intrigas e perfídias. Uma politicalia vil enodoava tudo, condusida por colonos veiacos, que escondiam passado criminais ou vergonhosos, por padres traficantes ou polígamos, por pés-rapados enriquecidos no roubo, por fidalgotes amargurados, resentidos, frustados, neuroticos e transtornados pela solidão ou pelas ilusões perdidas. Os governadores enroupavam com pretensões de grandesas o desencanto humilhante, não era aquilo que lhe haviam prometido ou com que tinham sonhado. Não demorava muito, se revelavam agressivos, mesquinhos, mandões, sorrebos, iraiscíveis, vingativos e tiranos. Tratavam a colônia como se fosse coisa deles, porém mais atento ao ganho de comercio de escravos, a que quase todos se dedicaram, do que ao bem comum¹¹⁶.

Houve uma grande mudança no trato negreiro a partir da colonia de Angola, anterior a expansão de Paulo Dias Novaes, os reis e nobres africanos forneciam cativos aos navios, agentes, feitorias e lançados¹¹⁷, ou até mesmo os brancos foram adquirir escravos nos mercados. Com a guerra de expansão iniciada com Novaes, os negros começaram a ser caçados, cada campanha militar vitoriosa trazia consigo um grande número de escravizados, e se atacava qualquer aldeia suspeita de ter simpatia com o inimigo. Esse tipo de trato negreiro eliminava os intermediários, mas além de ser um investimento de alto risco, pois morria muitas pessoas, também tinha um alto custo. Por tanto os governadores do início do século XVII, vão tentar pela força e pela catequese, submeter os reinos dentro de uma relação de vassalagem, se aproveitando da “cultura amo”¹¹⁸. Adquirindo escravos através de tributos e relações comerciais. O grande problema da colonia de Angola foi que as alianças com os

¹¹⁴ Ibid., p. 145.

¹¹⁵ Asiento foram licenças ou concessões vendidas pela Espanha a negociantes de escravos na África Central, na sua maioria de famílias portuguesas.

¹¹⁶ COSTA E SILVA, Alberto. Op. Cit., p. 419.

¹¹⁷ Agentes na sua maioria formados por mestiços. Os lançados ou pumbeiros trabalhavam negociando com os chefes tribais ou reis africanos. Durante um tempo, internavam-se no interior da África-central, trocavam os escravos por tecidos, vinho e objetos de quinquilharias, voltando com uma centena de escravos para serem negociados com os agentes no litoral africano.

¹¹⁸ Amo era uma espécie de tutor, a qual se devia respeito e obediência. Alguém que passaria conhecimentos. Foi muito utilizado pelos primeiros portugueses de São Tomé na África Central, e também pelos Jesuítas.

reinos vizinhos não foram duradouras, pois os africanos também tinham seus interesses que se chocavam com os dos europeus, principalmente pela questão da soberania da terra¹¹⁹.

Em 1611, o governador de Angola, Bento Banha Cardoso, através de um alto investimento da Coroa Ibérica, consegue estabelecer uma série de conquistas, submetendo 78 sobas, entre eles Anbundos e Inbangalas, alianças que vez por outra mudava de lado, pois o reino de Ndongo continuava com a resistência¹²⁰.

Um grande desafio teve o governador Luiz Mendes de Vasconcelos em 1617, estabelecer e manter a paz na região, combater o tráfico ilegal e a corrupção na própria administração regia. O mesmo chega com pretensões de ser o vice-rei da África, mas acaba se utilizando das práticas dos antecessores, complementando o seu ordendo com práticas comerciais ilícitas. Consegue estabelecer a paz através de tratados comerciais com Rei de Ndongo, Ngola Mbande¹²¹. Essa paz não dura muito tempo, pois Mbande queria controlar o comercio favorecendo-se com os tipos de produtos e tributos negociados com os lusos. Esse desentendimento retoma a guerra, Mbande possuía um grande exercito, mas Vasconcelos consegue estabelecer uma série de alianças militares e consegue chegar em Cabaça, o centro do reino. O rei Mbande foge, e o seu palácio é incendiado, por conta das chuvas e doenças que assolaram as tropas, Vasconcelos é obrigado a retornar para Luanda, e retomar as negociações de paz, mas uma vez fracassadas, retornando a guerra em 1620. A guerra gerou uma grande crise no tráfico de escravos, sendo um desafio para o próximo governador¹²².

Em 1621, o governador João Correia de Souza, tenta estabelecer a paz com Mbande, que manda sua irmã Nzinga¹²³ como embaixadora nas negociações. Desde o início Nzinga propôs tratamento de igual para igual, sem relação de vassalagem, estabelecendo uma certa paz entre Ndongo e a colônia de Angola. O governador enfrentou outros problemas como o tráfico ilegal, e também as várias resistências dos outros reinos nas regiões próximas, a onde saqueavam colonos nas regiões fronterissas. Nzinga em 1624 executa um golpe de estado e assume o reinado de Ndongo. Acusada de invenenar Mbande, e de eliminar os outros pretendentes, se alia aos Jagas e assume a política antilusitana. Através de sua rede de comunicação, incentiva os negros em Luanda e as várias tribos vizinhas a se rebelarem contra os portugueses e se aliarem a ela. Neste mesmo ano o governador Fernão de Souza declara guerra contra Jinga que dura todo o seu mandato. A guerra se estabelece entre perdas e

¹¹⁹ COSTA E SILVA, Alberto. Op. Cit., p. 416.

¹²⁰ Ibid., p. 420.

¹²¹ Chega ao poder eliminando os outros pretendentes a Coroa, sobretudo um filho de sua irmã Nzinga.

¹²² Ibid., p. 425-426.

¹²³ Ginga, Njinga ou Jinga, é convertida ao catolicismo, sendo batizada e ganhando o nome cristão de Ana de Souza. A mesma só faz uso desse nome quando lhe for conveniente.

ganhos, alianças e rompimentos, até 1629, onde as tropas lusas encurralam Nzinga, onde ela é vencida mas não capturada. Nesse momento assume em Ndongo Ngola Ari, batizado de Felipe, declarado rei do Ndongo, onde vai governar de acordo com os interesses lusos. No início de 1630 Nzinga se aproveita de uma crise dinástica no reino de Matamba e com seu exército invade o reino e se proclama soberana, tornando o reino de Matamba um estado poderoso e antilusitano. Esse estado se torna um grande incômodo na colônia de Angola, sendo um concorrente no tráfico de escravos, e influenciando os outros reinos contra Portugal. Com a restauração portuguesa em 1640, a ordem de Portugal era de negociar, por tanto D. João VI em 1641, ordena a devolução do reino Ndongo a Nzinga. Mas já era tarde, pois os holandeses invadem Angola no mesmo ano¹²⁴.

Os conflitos entre a colônia de Angola com o reino do Ndongo e seus vizinhos, como também com Nzinga, permitem que o reino do Congo se reestruture, se tornando um concorrente dos portugueses no tráfico de escravos, negociando no Porto de Pinda com franceses, ingleses e sobretudo holandeses. Essa concorrência e a influência dos outros estados europeus, faz com que a política do Congo seja de monopolizar o tráfico de escravos na África Central, fazendo com que a colônia de Angola seja um inimigo a ser eliminado. Em 1641 assume no Congo o rei Garcia II, que investe no enfraquecimento da influência de Portugal na região. Com a chegada dos holandeses na África central todos os problemas dos portugueses serão potencializados¹²⁵.

2.3 Conflitos luso-holandeses

Um dos grandes conflitos do século XVII foi a luta entre portugueses e holandeses pelos domínios globais, ou seja, a tomada das colônias lusas pelos batavos e a retomada de parte dos territórios pelos lusitanos. Esse conflito tomou uma grande proporção ao se estender pelo ultramar, atingindo a América, a África e a Ásia. Dessa forma temos um conflito intercontinental, ou como expõe o historiador inglês Charles Boxer:

¹²⁴ Ibid., p. 427-432.

¹²⁵ VANSINA, J. Op. Cit., p. 663.

Quando os holandeses passaram à ofensiva em sua Guerra dos Oitenta Anos pela independência contra a Espanha, no final do século XVI, foi nas possessões portuguesas mais do que nas espanholas que se concentraram seus ataques mais pesados e persistentes. Uma vez que as colônias espanholas estavam espalhadas pelo mundo todo, a luta subsequente foi travada em quatro continentes e nos sete mares; e essa conflagração seiscentista merece muito mais ser chamada de Primeira Guerra Mundial do que a carnificina de 1914-8, a que geralmente se atribui essa honra duvidosa¹²⁶.

Esse conflito transformou o império português da segunda metade do século XVII, a perda das colônias asiáticas fez com que Portugal priorizasse a América e sua produção açucareira, abastecida pela mão de obra escrava africana. Causando um impacto maior na colonização e exploração no Brasil e na África Central, interligando ainda mais o Atlântico Sul.

Em 1578, o rei de Portugal, D. Sebastião, morreu na batalha de Alcácer-Quibir, no atual Marrocos, em luta contra os mouros. Com a morte do rei, que não tinha descendentes, o trono de Portugal foi ocupado pelo seu tio-avô, o velho Cardeal D. Henrique, que, no entanto, faleceu em 1580. Com sua morte, extinguiu-se a dinastia de Avis, que se encontrava no trono desde 1385, com a ascensão de D. João I. Vários pretendentes se candidataram então ao trono vago: D. Catarina, duquesa de Bragança, D. Antônio, Prior do Crato e, também, Felipe II, rei da Espanha, que descendia, pelo lado materno, em linha direta, do rei D. Manuel I, o Venturoso. De acordo com Boxer:

Ao assumir a Coroa portuguesa em 1580, Filipe II não encontrou mais do que uma resistência simbólica, a não ser na ilha Terceira (nos Açores), onde os espanhóis tiveram que organizar uma grande invasão. A maioria da nobreza portuguesa e do alto clero era a favor da união. O povo e muitos dos membros do baixo clero opunham-se tacitamente a ela, mas estavam desorganizados, desanimados e sem líder depois do desastre de Alcácer-Quibir, que mais tarde desorganizou a economia do país devido à necessidade de pagar os resgates de milhares de cativos capturados pelos mouros¹²⁷.

Em 1580, Felipe II, I de Portugal, tornou-se rei das duas coroas. No entanto, os portugueses procuraram resguardar certas prerrogativas em relação às suas colônias, apresentando uma lista de exigências ao novo rei, o que deu origem, em 1581, ao Juramento de Tomar. Por meio deste documento, Felipe II assumia uma série de compromissos com o povo português, entre os quais a manutenção da exclusividade de navios portugueses no comércio colonial, a permanência de funcionários portugueses no plano administrativo; o respeito às leis e aos costumes, bem como o compromisso da preservação da língua portuguesa. Além disso, a principal cláusula de compromisso reportava-se à colônia, vetando

¹²⁶ BOXER, Charles. **O império marítimo português 1415-1825**. São Paulo: Companhia das letras, 2002, p 120.

¹²⁷ Ibid., p. 122.

aos espanhóis a possibilidade de intromissão nos negócios portugueses nas suas possessões de além-mar.

Antes da União Ibérica, Portugal havia adotado uma política internacional muito prudente, evitando, tanto quanto possível atritos, realizando um investimento em alianças político-econômicas, principalmente com a Holanda, grande parceiro comercial. Essa situação foi modificada com a anexação lusa pela Espanha, já que Portugal herdou todos os numerosos inimigos dos espanhóis, sobretudo os holandeses. Essa situação pode ter acelerado um conflito que mais cedo ou mais tarde poderia surgir, pois como explica Boxer:

Os portugueses queixaram-se, posteriormente, de que a união de sua Coroa com a de Castela era a única razão pelo qual seus domínios ultramarinos foram atacados pelos holandeses e, em menor escala, pelos ingleses, no século XVI. Essas reclamações, embora bastantes naturais, não eram exatamente justas. Já em meados do século XVI, os ingleses contestavam a pretensão portuguesa ao monopólio do comércio da Guiné, e não há dúvida de que as duas nações marítimas protestantes teriam, de qualquer maneira, entrando em conflito com Portugal por causa da ambição deste de ser o único senhor dos mares a leste do cabo da Boa Esperança¹²⁸.

Essa afirmação de Boxer poderia realmente acontecer, pois mesmo com a restauração portuguesa de 1640, com a separação e início de uma guerra luso-espanhola, a Holanda continua sua luta pelas possessões portuguesas no ultramar. Inclusive a sua paz com a Espanha, em 1648, é realizada primeiro do que o tratado de paz definitivo com os portugueses em 1663.

Uma das medidas adotadas por Filipe II de Espanha, em represália a emancipação dos Países Baixos, foi a proibição do comércio Ibérico com os seus portos, o que afetava diretamente o comércio do açúcar na América portuguesa, a onde os neerlandeses eram tradicionais investidores na produção açucareira, possuindo pesadas inversões de capital. Diante dessa restrição, os holandeses voltaram-se para o comércio das especiarias no oceano Índico, vindo a constituir a Companhia das Índias Orientais, em 1602, que passava a ter o monopólio do comércio oriental, o que garantia a lucratividade da empresa. O êxito dessa experiência levou os batavos à fundação da Companhia das Índias Ocidentais, em 1621, a quem os Estados Gerais, seu órgão político supremo, concedeu o monopólio da produção açucareira na América, e do tráfico e comércio de escravos na África.

Sob o poder de Filipe III de Portugal, havia tornado-se insuportável a União Ibérica para os portugueses, acontecimentos como: nomeação de nobres espanhóis para lugares de chefia militar em Portugal; convocação de portugueses para a guerra da Catalunha; lançamento de novos impostos sem a autorização das Cortes. Um grande desrespeito ao

¹²⁸ Ibid., p. 123.

juramento de Tomar. Isto enquanto a população empobrecia, os burgueses estavam afetados nos seus interesses comerciais, e o Império Português era ameaçado por ingleses e holandeses.

No dia 1 de Dezembro de 1640, eclodiu em Lisboa a revolta, imediatamente apoiada por muitas comunidades urbanas e concelhos rurais de todo o país, levando à instauração no trono de Portugal da Casa de Bragança, dando o poder reinante a D. João IV. O esforço nacional foi mantido durante vinte e oito anos, com o qual foi possível sustentar as sucessivas tentativas de invasão dos exércitos espanhóis e assinando o tratado de paz definitivo em 1668. Mais o grande desafio de D. João IV foi recuperar suas possessões no ultramar.

As invasões holandesas na África tiveram início em 1598 contra a ilha de São Tomé, tiveram alguns fracassos como as duas tentativas mal sucedidas de tomar os postos da ilha de Moçambique, em 1607 e 1608. E apesar de terem se fixado na Costa do Ouro, em Mouri, já em 1612, tiveram uma grande derrota na tentativa de tomar São Jorge da Mina em 1625, como explica Luis Felipe de Alencastro “Neste mesmo ano de 1625, nas praias de São Jorge da Mina, atarantados pelo calor, 450 soldados da WIC foram degolados por cinquenta portugueses e novecentos akã. O revés diminuirá o ímpeto holandês na África”¹²⁹.

Na América portuguesa, houve a tentativa fracassada dos holandeses em se estabelecerem em Salvador, em 1624, onde foram expulsos em 1625. A nova ofensiva flamenga em 1630, desta vez em Pernambuco, teve um melhor resultado. A resistência, liderada por Matias de Albuquerque, concentrou-se no Arraial do Bom Jesus, nos arredores do Recife. Através de táticas indígenas de combate, campanha de guerrilhas, confinou o invasor às fortificações no perímetro urbano de Olinda e seu porto, Recife. Com a queda da Paraíba, em 1634, do Arraial do Bom Jesus e do cabo de Santo Agostinho, em 1635, as forças de resistência entraram em colapso e se viram forçadas a recuar na direção do rio São Francisco. Com a chegada do Conde Mauricio de Nassau¹³⁰ para a administração do “Brasil-holandês”¹³¹, em 1637, a situação de Portugal ficou mais complicada, pois o Conde soube lidar bem com a situação, realizando uma política de reconciliação com os colonos portugueses. No período da restauração portuguesa de 1640 e o tratado de Haia, em 1641, que

¹²⁹ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Op. Cit., p. 209.

¹³⁰ Nassau destacou-se em várias campanhas militares na Europa, entre as quais a Guerra dos Trinta Anos, o sítio de Den Bosch, e a reconquista de Schenckenshaus, tornando-se conhecido e respeitado rapidamente, e sendo contratado pela Companhia das Índias Ocidentais para administrar o Brasil-holandês, em 1637.

¹³¹ Sobre a administração e acontecimentos no período de ocupação holandesa no Brasil ver: GONSALVES DE MELLO, José Antônio. **Tempo dos flamengos**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007. Ver também: BARLÉU, Gaspar. **História dos fatos recentemente praticados durante oito anos no Brasil**. São Paulo: Editora universitária da USP, 1974. E: MELLO, Evaldo Cabral de.(org). **O Brasil holandês**. Rio de Janeiro: Companhia das letras, 2010.

relatava uma trégua de dez anos entre Portugal e Holanda, Nassau se mostrou muito sagaz realizando invasões a outras regiões das possessões portuguesas como mostra Evaldo Cabral de Mello:

Com a trégua, Nassau ficara com as mãos livres para terminar a obra de conquista das possessões portuguesas no Nordeste e em Angola, antecipando-se à entrada em vigor do acordo luso-neerlandês que se finalizava em Haia, mas cuja comunicação oficial só alcançará o Brasil holandês em julho de 1642. Antes mesmo de receber as correspondentes instruções da W.I.C. que lhe recomendavam, aliás, atacar a Bahia, ele fez ocupar Sergipe, praticamente despovoado em decorrência dos anos de guerra. Nos últimos dias de maio de 1641, levantara âncora no Recife a armada que ocupará, entre agosto e fevereiro do ano seguinte, São Paulo de Luanda, Benguela, as ilhas de São Tomé e Ano Bom e Axim, na costa de Guiné. Finalmente, São Luiz do Maranhão foi anexada aos domínios brasileiros da companhia¹³².

No dia 22 de Agosto de 1641, o Governador, Pedro César de Menezes recebe o recado de que haviam aparecido 22 naus flamengas na baía de Luanda. A esquadra do holandês Pedro Houtbeen contava com dois mil homens de peleja e novecentos marinheiros. E Luanda, a essa época, não dispunha de forças que pudessem oferecer resistência a tal exército. Ainda tentaram resistir no forte do Penedo, mas sem sucesso. Não houve outra solução senão abandonar a cidade, pelas duas horas da manhã, do dia 25 de Agosto, fugindo o Governador, a tropa e a população, pela única porta que os holandeses ainda não tinham ocupado, a do convento de S. José da ordem terceira¹³³. Como nos diz Antonio de Oliveira de Cadornega¹³⁴:

Em extensas filas, as mulheres e as moças donzelas — os pés gretados pela longa caminhada, as vestes emboitadas pelas poeiras das veredas e as fimbrias das saias esgarçadas pelos espinheiros, carregadas com os trastes ou aconchegando nos chalés as crianças ainda pequenas, para as resguardarem do frio orvalho daquela noite de cacimbo — rezavam, melancolicamente, a ladainha da Virgem, implorando-Lhe, assustadas e confusas, a Sua protecção. A seu lado, pálidos e ajoitados, nas mãos um pique, um chuço ou um arcabuz, caminhavam os homens, os olhos prescrutando a escuridão dos caminhos, receosos pelas vidas dos seus familiares. No triste cortejo seguiam com Governador, a Infantaria, a pouca, gente de a cavalo, e alguns raros carros carregados com o que de mais precioso tinham os mercadores e homens de negócio¹³⁵.

¹³² MELLO, Evaldo Cabral de. **Negócio de Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003, p 49-50.

¹³³ CADORNEGA, Antonio de Oliveira de. **História geral das guerras angolanas, Tomo I**. Lisboa: Agência geral do ultramar, 1972, p 228.

¹³⁴ A obra de Cadornega, História geral das guerras angolanas, é uma das mais importantes fontes para a história da presença portuguesa em Angola. Descrevendo com detalhes muitos hábitos e feitos da colonização angolana, Cadornega é sem dúvida uma referência essencial para os estudos africanistas.

¹³⁵ CADORNEGA, Antonio de Oliveira de. Op. Cit., p. 232.

A política implantada pelos holandeses em Angola foi de caráter indireto, estabelecendo acordos que visavam à cooperação, evitando ao máximo as guerras, vistas como reveses ao bom andamento dos negócios negreiros na região. Muitos Sobas de territórios adjacentes aos territórios de Luanda consideravam a presença holandesa como uma alternativa em contraponto com a presença portuguesa. Nesse mesmo momento o então rei do Congo, Garcia II, escreveu para Maurício de Nassau disponibilizando fortalezas e outras facilidades comerciais, ao mesmo tempo em que anexava aos seus domínios vários territórios ao Sul do Congo. Afirmava que estava desiludido com os perversos e ambiciosos portugueses. Apesar das críticas aos portugueses, Garcia deixava claro que permaneceria católico e que não aceitaria missionários, embaixadores ou colonos em seu reino. A força do catolicismo congolês superava as alterações políticas nos territórios da África-Centro-Occidental, sobretudo para manter o prestígio e o apoio do bispado de Madrid e de Roma. Outro ponto desfavorável para os lusitanos nesse contexto, mas que não chega a ser surpreendente, foi a aliança entre os holandeses e a rainha Nzinga, que via nessa conquista a possibilidade de obter vantagens comerciais e principalmente para enfraquecer o rei do Ndongo, Ngola Ari, vassalo dos portugueses¹³⁶.

Nesse momento temos as várias negociações portuguesas para a retomada dos territórios que foram perdidos para os Países Baixos. Paralelamente, os colonos da América portuguesa vão agir, pois o Sul do Brasil, sobretudo o Rio de Janeiro, ficou sem abastecimento de mão de obra escrava vinda da África-central, a qual o tráfico era monopolizado pelos batavos.

Por volta de 1646 o foco de resistência estava concentrado nos arredores de Massangano, que ganhou uma sobrevida com a chegada de Francisco de Souto Maior em 1645¹³⁷. Pressionados tanto pelo rei do Congo, Garcia II, quanto pela rainha de Matamba, Nzinga, os holandeses evitaram ao máximo o conflito aberto com os lusos, justamente pelo tratado de paz de dez anos assinado em 1641. Esse receio flamengo causou frustrações com os reinos locais que queriam expulsar de uma vez por todas os lusos da África. Quando Nzinga e Garcia II conseguiram planejar um ataque de grandes proporções a Massangano, a situação dos portugueses em Angola foi revertida com a reconquista de Luanda por Salvador Correia de Sá em 1648.

¹³⁶ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Op. Cit., p. 210-212.

¹³⁷ Em uma das lutas de resistência Souto Maior faz prisioneira a irmã da rainha Nzinga, D. Barbara, que já tinha sido prisioneira anteriormente.

Em Pernambuco, o conde Maurício de Nassau, apesar das vitórias que havia alcançado, tinha certas dificuldades no Recife, as quais lhe eram causadas principalmente pelos desejos de lucros imediatos dos empresários da Companhia das Índias. Nassau, desde muito, solicitava tropas de reforço e navios para a ronda da costa, e o Conselho dos Dezenove¹³⁸ sem atender a tais reclamações, insistia sempre em recomendar a conquista da Bahia. A política “liberal” de Nassau¹³⁹ descontentava a todos os especuladores, e logo as intrigas começaram a se criar na Holanda, lançando suspeitas contra os verdadeiros intuitos do príncipe. O Conselho dos Dezenove mostrava-se cada vez mais autoritário, mais exigente e mais prevenido contra o vasto prestígio que Nassau firmava na América. Em 1644, depois de haver passado o governo para uma Junta, Nassau retorna para a Europa, pela própria insatisfação da Companhia. A retirada de Nassau marca a fase de decadência do domínio holandês. Devido a política autoritária de Schkoppe¹⁴⁰, o movimento de restauração começa a ganhar força, os colonos em Pernambucano não levaram em consideração o tratado de paz e declararam guerra aos flamengos em 1645¹⁴¹.

Tendo como líderes da insurreição os mestres-de-campo André Vidal de Negreiros¹⁴², João Fernandes Vieira¹⁴³, Martins Soares Moreno¹⁴⁴ e Antônio Dias Cardoso¹⁴⁵, a qual tiveram várias conquistas no decorrer dos anos, o que deixaram os holandeses reduzidos agora aos postos do Recife, Paraíba, Natal, Itamaracá e Fernando de Noronha, isto apesar dos sólidos e contínuos reforços que vinham recebendo da metrópole. Em 1648 assume

¹³⁸ O conselho de administração da Companhia das Índias Ocidentais consistia de 19 membros e era conhecido como o "Heeren XIX".

¹³⁹ Um exemplo disso foi a criação da Câmara dos Escabinos, uma espécie de assembléia legislativa que garantia assento para portugueses, holandeses, judeus e até mesmo índios, era o fórum político que decidia os rumos da província.

¹⁴⁰ Em agosto de 1646, Sigismundo Von Schkoppe chega no Recife para reforçar e reorganizar militarmente as tropas holandesas contra os restauradores que tinham começado as investidas em 1645. O mesmo já tinha estado em Pernambuco no início da ocupação holandesa até o período nassaviano, liderando várias conquistas militares pela Companhia.

¹⁴¹ Sobre a restauração pernambucana ver: MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda restaurada**. Op. Cit.. Ver também: MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana**. São Paulo: Alameda, 2008.

¹⁴² André Vidal de Negreiros, nasceu no Engenho São João, na província de Filipéia de Nossa Senhora das Neves, atual cidade de João Pessoa, Paraíba, no início do século XVII. Sobre André Vidal de Negreiros ver: PESSOA, Ângelo Emílio da Silva. **Vidal de Negreiros: um homem do Atlântico no século XVII**. IN: OLIVEIRA, Carla Mary da Silva. MENEZES, Mozart Vergetti de. GONÇALVES, Regina Célia. (orgs). Ensaio sobre a América portuguesa. João Pessoa: Editora universitária/UFPB, 2009.

¹⁴³ O articulador político do movimento. Sobre Vieira ver capítulo terceiro dessa dissertação.

¹⁴⁴ Considerado o fundador do Estado do Ceará, Martim Soares Moreno nasceu em Santiago do Cacem, em Portugal, no ano de 1585. A partir de 1613, Martim Soares Moreno participou ativamente do combate aos invasores franceses no Maranhão. De retorno a Portugal, em 1619 foi nomeado o primeiro Capitão-Mor do Ceará. Destacou-se também nas lutas contra os holandeses em Pernambuco, alcançando o título de Mestre-de-Campo. Destacou-se sempre, como combatente e intérprete junto aos índios.

¹⁴⁵ Foi um dos principais líderes da Insurreição Pernambucana. Conhecedor das técnicas de combate dos indígenas, foi apelidado de "mestre das emboscadas". Grande responsável pelas estratégias militares que levaram os lusos a vitória.

o comando da restauração o general Francisco Barreto de Menezes¹⁴⁶, incumbido de reconciliar alguns dos insurretos que andavam em divergência.

Em 19 de abril de 1648, nas imediações dos montes Guararapes, trava-se com os insurgentes uma batalha campal. Os brasileiros infligem ao inimigo uma grande derrota. Schkoppe, ferido, retira-se para Recife e ali recompõe as forças flamengas, todavia, a segunda batalha dos Guararapes, ocorrida em 19 de fevereiro de 1649, dá ensejo a nova vitória dos restauradores. Por outro lado Portugal seguia o exemplo de outros países e estava organizando uma Companhia de Comércio que entre outras atribuições deveria proteger as colônias e o comércio marítimo do reino. Em 1653 chegou no Recife, Pedro Jacques de Magalhães com uma esquadra de sessenta navios, a qual imediatamente bloqueou Recife, enquanto os pernambucanos, por terra, apertavam o sítio. Schkoppe sendo desalojado dos fortes que ainda ocupava e, por fim, concentrou na cidade os seus últimos elementos de resistência, protegido pela fortaleza de Cinco Pontas¹⁴⁷. O assalto ao forte em 26 de janeiro de 1654, traz a vitória aos lusos e em seguida os holandeses se retiram do Brasil.

Apesar de batalhas como as de Guararapes terem sido decisivas para expulsar os holandeses do Brasil, Portugal teve que negociar muito com a Holanda para obter a garantia de que o Nordeste brasileiro seria respeitado como colônia portuguesa. Em *O Negócio do Brasil*, o historiador Evaldo Cabral de Mello revela que, para que o Nordeste não fosse alvo novamente da Companhia das Índias Ocidentais, a Coroa lusa teve que desembolsar 4 milhões de cruzados para os cofres holandeses, o equivalente, na época, a 63 toneladas de ouro. Segundo o autor o Nordeste foi praticamente comprado de volta por Portugal¹⁴⁸.

Assim, enquanto Portugal negociava, os colonos agiam e confrontavam os batavos, oferecendo mais subsídios para as negociações. E mesmo que o desfecho das negociações tenha envolvido uma aliança com a Inglaterra, e Portugal tenha assumido uma grande dívida para ter suas colônias de volta, podemos dizer que as atitudes dos colonos tanto na África como em Pernambuco foram de fundamental importância para a devolução de parte dos territórios perdidos pelos holandeses no ultramar. E em 1663, com o tratado de paz, podemos dizer que o resultado da guerra mudou a atuação dos portugueses no ultramar

¹⁴⁶ Nasceu no Peru, onde seus pais viviam. Seu pai era comandante da Praça de Callao, no período de união dos dois países ibéricos. Veio para Pernambuco designado pelo governo português, para comandar as tropas que se opunham ao domínio holandês. O primeiro governador e capitão-general de Pernambuco depois da restauração, 1654 a 1657. Na Bahia assumiu o Governo Geral do Brasil de 1657 a 1663.

¹⁴⁷ Construído pelos holandeses em 1630, com cinco baluartes de defesa em paliçada, passou por várias reformas, sobretudo em 1637 com Maurício de Nassau. Foi destruído em 1654 e reconstruído pelos portugueses em 1684 no formato atual, com quatro baluartes em pedra e cal.

¹⁴⁸ MELLO, Evaldo Cabral de. **O negócio do Brasil**. Op. Cit.

priorizando o açúcar na América e o tráfico de escravos na África, ou como diz Boxer: “Podemos dizer que o resultado final foi equilibrado: uma vitória para os holandeses na Ásia, um empate na África Ocidental e uma vitória para os portugueses no Brasil”¹⁴⁹. Na África, onde ocorreu o “empate” os holandeses ficaram com a posse das primeiras possessões portuguesas na Costa do Ouro, e Portugal ficou com o controle das regiões de Angola, Benguela e São Tomé.

2.4 A reconquista de Angola

A colônia portuguesa na América era a maior beneficiária do comércio de escravos, essencial para manter em funcionamento os engenhos de açúcar no litoral. Com o monopólio comercial holandês no tráfico de escravos na África Central para o Novo Mundo¹⁵⁰, a partir de 1641, outras regiões do Brasil que não estavam integradas a ocupação holandesa ficara prejudicadas, sobretudo a Bahia e o Rio de Janeiro, a primeira pela produção açucareira e a segunda pelo comércio de escravos para as minas de Prata na América espanhola, através do porto de Buenos Aires. A fim de contrariar esta adversidade e com o objetivo de reconquistar Angola e expulsar os holandeses, foi preparada uma expedição. Para comandá-la foi nomeado Salvador Correia de Sá e Benevides¹⁵¹, que se tornaria governador de Angola, de 1648 a 1651.

A empresa de reconquista era dificultada não apenas pela peculiar situação diplomática em que se achava Portugal ante os Países Baixos, em guerra no Nordeste do Brasil, como pelas dificuldades econômicas em que o Reino se encontrava, na iminência da Guerra da Restauração, e pela logística envolvida.

Nesse contexto, um dos principais interessados, se não mesmo o principal, foi Salvador Correia de Sá, que tinha vários agentes comerciais envolvidos com o tráfico de escravos entre a África, o Rio de Janeiro e Buenos Aires. Estava disposto a romper com o comércio bipolar holandês entre Luanda e Recife. Por essa razão foi incumbido de reconquistar Angola sem dar a entender que Portugal tomara a ofensiva, o que comprometeria a paz com os Países Baixos.

¹⁴⁹ BOXER, Charles Ralph. Op. Cit., p. 124.

¹⁵⁰ Sobre a escravidão e o tráfico de escravos no Brasil holandês ver: PUNTONI, Pedro. **A mísera sorte: a escravidão africana no Brasil holandês e as guerras do tráfico no atlântico sul, 1621-1648**. São Paulo: Hucitec, 1999.

¹⁵¹ Antes de restauração de Angola Salvador de Sá foi Governador da Capitania do Rio de Janeiro de 1637 a 1642. Para saber mais ver: BOXER, Charles Ralph. **Salvador de Sá: e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686**. São Paulo: Companhia editora Nacional, 1973.

Em 1644, Correia de Sá regressou de Lisboa para o Brasil. Deveria ir primeiro a Salvador, na Bahia, capital do Estado do Brasil, defendê-la em caso de necessidade e seguir para o Rio de Janeiro, para preparar a expedição a Angola, que seria chefiada por Francisco Souto Maior, governador interino da capitania. Correia de Sá retornou ao reino como General da Frota do Brasil, no comando de 22 navios, entre eles seis galeões construídos no Rio de Janeiro. Tendo aportado a Lisboa em 1645, teve que comprovar ao Conselho Ultramarino o seu bom proceder, uma vez que se afirmara, à época, que ele, ao passar por Salvador, recusara apoio ao governador-geral António Teles da Silva num plano para atacar o Recife holandês. Em Lisboa, Correia de Sá trabalhou nos planos para a reconquista do Nordeste do Brasil e de Angola, na qualidade de Conselheiro do Conselho Ultramarino.

Apesar de entender que se devia levar a guerra aos holandeses em Angola, optou-se por celebrar um acordo diplomático para a restituição dos lugares ocupados. Anos antes, Salvador defendera que um acordo desse tipo seria a solução, tendo a ação do Padre António Vieira¹⁵² e do embaixador Francisco de Sousa Coutinho nos Países Baixos. Diante do pouco progresso obtido pela diplomacia, uma intervenção militar afigurou-se então como melhor opção tanto no Brasil como em Angola.

Correia de Sá partiu de Lisboa, a 24 de Outubro de 1647, com uma pequena esquadra de seis navios e a patente de governador das Capitanias do Sul. Não seriam proclamados os verdadeiros poderes que lhe foram atribuídos nem se declarava que partia para reconquistar Angola. Oficialmente continuava-se a pregar as vantagens de um acordo diplomático. Chegou ao Rio de Janeiro em Janeiro do ano seguinte, 1648, passando a ocupar-se da armada que partiria para Angola, preparando mantimentos e completando as guarnições dos navios. Duarte Correia Vasqueanes, parente de Correia de Sá, governara a capitania entre 1645 e 1648. Ao chegar ao Rio, Correia de Sá assumiu o governo da capitania entre Janeiro e Maio de 1648 e, neste período, ainda remeteu para o governador-geral, na Bahia, uma embarcação de mantimentos, e despachou três navios com sal para a ilha de Santa Ana, onde

¹⁵² Entrou para a Companhia de Jesus. Em 1626, se destacou nos estudos sendo indicado para redigir as atividades dos Jesuítas, em carta anual, remetida para os superiores em Lisboa. Fez curso de lógica, física, economia e matemática. Em 1627 começou a dar aulas de retórica em Olinda. Em 1633 começou suas pregações, visitando as aldeias indígenas, próximas da cidade. No ano seguinte se ordena sacerdote e em 1638, passou a dar aulas de teologia. Como pregador em cima de um púlpito, sua fama se espalhou, defende a colônia, se rebela contra a escravidão e clama pela expulsão dos holandeses em Pernambuco. Em fevereiro de 1641, António Vieira parte para Lisboa. Em 1642 seus sermões já haviam conquistado o rei e a rainha D. Luísa. Torna-se o guardião da Coroa e tutor do primogênito de D. João IV, D. Teodósio III que faleceu em 1653. Em seus sermões procura apoio para o rei diante de uma reunião com os representantes do povo, a nobreza e o clero, onde se votariam os tributos para a continuação da guerra com a Espanha. Nomeado embaixador para negociar a paz com a Holanda, que recusava todas as propostas para retirar-se de Pernambuco. SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **História de Portugal**. Volume V. Lisboa: Editorial Verbo, 1996, p. 35-36

deveriam ser preparadas as carnes para a viagem. Incumbiu-se pessoalmente dos preparativos da expedição.

Em 9 de Maio de 1648, Correia de Sá reuniu em sua residência na cidade do Rio de Janeiro os capitães de mar e guerra e os pilotos práticos dos galeões e navios da Armada. Após a reunião, Correia de Sá escreveu para o soberano português relatando as providências tomadas: a armada, seria composta por 15 embarcações, quatro adquiridas às suas próprias expensas, com 1400 homens, dos quais 900 de desembarque. Levavam mantimentos para seis meses. Para fazer face à despesa, Correia de Sá apelou, na capitania, ao patriotismo e aos interesses dos homens mais abastados, aos quais a perda de Angola prejudicava diretamente. Para o financiamento, o povo do Rio de Janeiro contribuiu com 60000 mil cruzados. Para a despesa contribuíram ainda as ordens religiosas, sobretudo a Ordem de São Bento. A esquadra partiria a 12 de Maio, chegando a Luanda em Agosto. A praça do Rio de Janeiro ficava pouco guarnecida de soldados, munições de guerra, peças de artilharia e de mantimentos. Por essa razão, em sua carta ao soberano, solicitava que se enviassem do Reino munições, pólvora e infantes para as fortalezas que defendiam a cidade, que ficava muito exposta às invasões dos holandeses, já em situação difícil em Pernambuco¹⁵³.

Enquanto isso, na Europa, em Junho de 1648 celebrou-se a paz entre os Estados Gerais e a Espanha, e poucos dias depois chegavam notícias da vitória luso-brasileira sobre os holandeses nas batalhas dos Guararapes, na capitania de Pernambuco. Em Portugal, o padre António Vieira continuava a pregar um acordo diplomático.

A armada de Correia de Sá saiu do Rio de Janeiro em fins de Maio de 1648, comboiando e protegendo, até certa altura da viagem, a frota de açúcar que ia para Portugal. A frota chegou a Quicombo a 12 de Julho de 1648. Dias depois, uma tempestade tirou a vida de 300 homens entre eles o almirante, Baltasar da Costa de Abreu. Comentam autores portugueses que nunca empresa tão importante fora intentada com tão pequenas forças. A construção de um fortim na enseada de Quicombo, o Fortim do Kikombo, permitiu estabelecer comunicações com os portugueses na região que desde a perda de Angola serviu de refugio aos lusos, o Forte de Massângano¹⁵⁴.

Usando como pretexto as hostilidades que os holandeses moviam aos remanescentes da antiga guarnição portuguesa, Correia de Sá declarou que aquilo era uma flagrante quebra da paz, o que o autorizava a pedir-lhes uma satisfação. Seguiu por mar até São Paulo de Luanda, onde aportou em Agosto. Propôs aos holandeses que abandonassem a

¹⁵³ BOXER, Charles R. **Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola**. Op. Cit., p. 258.

¹⁵⁴ Ibid., p. 261-263.

cidade, ocupada havia sete anos. Participou-lhes os motivos da sua vinda, as suas razões de queixa, declarando-lhes que como eles não respeitavam a paz, também ele se não julgava obrigado a deixar de a infringir, e portanto que exigia que se entregassem. Surpreendidos com esta audácia, os holandeses avaliaram em maior do que era o poder dos assaltantes, e pediram oito dias para tomarem uma decisão. Na realidade desejavam tempo para que retornassem à cidade 300 soldados, ausentes no interior em busca de suprimentos. Salvador concedeu apenas três dias, e a 14 de Agosto fez desembarcar, a meia légua da cidade, 650 soldados e 250 marinheiros, deixando 180 nos navios¹⁵⁵.

Os holandeses, repelidos de todos os pontos exteriores, refugiaram-se na Fortaleza de São Miguel de Luanda e no Forte de Nossa Senhora da Guia, tendo abandonado com tanta pressa o Fortim de Santo António, que não tiveram tempo de encavar mais do que duas peças de artilharia das oito que o fortim possuía. Aproveitou-as Correia de Sá, e juntando-as a quatro meios canhões que mandou desembarcar, formou uma bateria que principiou a bombardear a fortaleza, causando pouco dano, mas produzindo grande terror à guarnição holandesa, assombrados da rapidez com que a bateria se assentara. Viu, porém, Correia de Sá que seria demorado o êxito da bateria e premido pela necessidade de impedir que o inimigo se reforçasse, ordenou, no dia seguinte, 15 de Agosto, o assalto às duas fortalezas ocupadas pelo inimigo. Embora temerário, dado que as fortalezas se encontravam guarnecidas por 1.200 soldados europeus e outros tantos africanos, o assalto foi vitorioso. Após uma escalada inicial em que os assaltantes foram repelidos, Correia de Sá ordenou reagrupar as forças, contando 163 mortos e 160 feridos, cerca de um terço do seu efetivo. Preparava-se para ordenar um segundo assalto quando, com surpresa, viu surgir um negociador holandês que vinha propor uma capitulação. Correia de Sá, de imediato, aceitou-a, concedendo todas as honras militares, facilitando ao inimigo a anistia que pediram para os seus partidários. Assinada a capitulação, no dia seguinte, 16 de Agosto, saíram das duas fortalezas, onde as muralhas se encontravam quase intactas, 1.100 homens que passaram diante de menos de 600, número a que estava reduzido o exército sitiador¹⁵⁶.

A guarnição de Benguela rendeu-se a dois navios portugueses sem disparar um tiro, e a da ilha de São Tomé, apenas sabendo que Luanda se rendera, partiram, desamparando a ilha e deixando atrás de si a artilharia e munições, de modo que os navios que Correia de Sá enviou para a conquista, já encontraram a bandeira portuguesa arvorada nos fortes. Do mesmo modo desampararam os holandeses também as suas feitorias de Benguela-a-Velha, de Luango

¹⁵⁵ Ibid., p. 279.

¹⁵⁶ Ibid., p. 281-283.

e da Pinda, de forma que, em apenas dois meses, Angola e São Tomé retornaram ao domínio português¹⁵⁷.

A reconquista de Angola resultou na rearticulação do abastecimento de escravos para a Bahia, e principalmente o Rio de Janeiro, servindo como conexão para Buenos Aires e as minas de prata em Potosí. Salvador deu impulso a diversas medidas administrativas, favorecendo o desenvolvimento de Luanda. A expulsão dos holandeses na África Central inaugura uma nova fase na administração de Angola, marcada pela governança de homens extremamente vinculados aos seus interesses particulares enraizados principalmente na América portuguesa.

Conquistada a vitória perante os holandeses, o desafio agora era retomar o tráfico de escravos, para tal, Portugal teria que recuperar o seu prestígio e as alianças com os reinos da África central, principalmente o reino de Matamba da Rainha Nzinga, e o reino do Congo com o rei Garcia II, e mais os sobas de várias tribos que foram submetidos pela força ou por alianças políticas com relação de vassalagem. O período de quase oito anos de ocupação holandesa em Angola favoreceu a política antilusitana, a qual os reinos dessas regiões se aliaram aos holandeses, e tinham como intenção expulsar os portugueses da África Central com intuito principal de serem os senhores no fornecimento de escravos diretamente com o Novo Mundo. Esse foi o desafio enfrentado pelos lusos nessa nova fase de ocupação em Angola, implantar uma superioridade política para eliminar os concorrentes no negócio negreiro.

Salvador de Sá tenta reverter os danos que os holandeses trouxeram para o Rio de Janeiro, logo tenta criar uma carreira de fornecimento de escravos Luanda-Rio-Buenos Aires, Salvador de Sá queria expandir o território para que através da guerra adquirisse o respeito e as alianças necessárias para recuperar o tráfico. Depois de expulsar os holandeses, as tropas de Salvador de Sá se voltam para o continente, para retomar o trato terrestre, combate e degola vários sobas, o que facilita a entrada para o interior. Com o reino do Congo, Salvador consegue um tratado em que Garcia II teria que se retirar de alguns territórios, que eram dos portugueses antes da ocupação holandeses, com o passar do tempo esse tratado foi desrespeitado, o que trouxe vários problemas para os sucessores de Salvador de Sá em Angola. Nos primeiros meses de Salvador de Sá como governador de Angola, ele enfrenta a força militar de Nzinga, derrotada a mesma é obrigada a assinar uma trégua, a qual repassa vários escravos em troca da sua irmã Cambo, que tem como nome cristão D. Barbara.

¹⁵⁷ Ibid., p. 295-296

Salvador de Sá não entrega a irmã de Nzinga como também mantém as hostilidades ao reino de Matamba. A Coroa Portuguesa não autorizou essa empreitada pelo fato que tinha o custo muito alto, além de que poderia desproteger a costa onde havia varias ameaças do retorno de holandeses e invasões de outros estados marítimos europeus, esse propósito também é apoiado pelos colonos remanescentes de Massângano que batiam de frente com os interesses dos grupos vindo do Brasil. No último ano de seu governo, Salvador de Sá se alinha as ordens régias e tenta estabelecer uma diplomacia de não agressão, negociando as questões comerciais, sobretudo no fornecimento de escravos¹⁵⁸.

Apesar de ser Jesuíta e de ter feito uso da Companhia de Jesus na reconquista de Angola, trazendo vários jesuítas do Brasil, principalmente do Rio de Janeiro, Salvador de Sá recebe capuchinhos italianos. Vindos do reino do Congo tinham missões no interior da África Central, passaram um tempo em Luanda, a qual o governador conseguiu carisma e respeito com a Ordem¹⁵⁹, que foi fundamental na consolidação lusa, apesar dos conflitos que serão tratados no próximo capítulo.

Salvador de Sá deixa o governo de Angola em 1651, mas o seu sucessor, Rodrigo de Miranda Henriques, a qual era muito próximo, tem o mesmo interesse na governança de Angola, o seja, continuar a operações da reabertura da carreira Luanda-Rio-Buenos Aires, o governador conhecia bem as rotas da prata peruana, e as negociações comerciais do Atlântico Sul, pois o mesmo já tinha sido governador da capitania do Rio de Janeiro de 1633 a 1637, segundo Luis Felipe de Alencastro “esse movimento desemboca no avanço pelo litoral sul e na fundação da colônia de Sacramento”¹⁶⁰. Miranda Henriques apesar de enviar alguns militares para castigar sobas inimigos nas regiões mais próximas de Luanda, mantém suas forças concentradas na costa de Angola. Repara fortes danificados em Luanda, e manda uma esquadra à Pinda e à Loango, para combater um corsário holandês, melhorando as relações comerciais na região. Morre aos dois anos de governo sendo substituído por Bartolomeu de Vasconcelos da Cunha que mantém a mesma política anterior¹⁶¹.

Em 1655 assumiu o governo de Angola Luiz Martins de Souza Chichorro, o mesmo que como capitão-mor de Malaca foi conquistado pelos holandeses da Companhia das Índias Orientais em 1641¹⁶². Inteirou-se do negócio negreiro em quanto estava na sede do governo geral do Brasil, em Salvador. No seu governo retoma os conflitos com o reino do

¹⁵⁸ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Op. Cit., p. 262-264. E: CADORNEGA, Antonio de Oliveira de. **História geral das guerras angolanas, Tomo II**. Lisboa: Agência geral das colônias, 1940, p 34-36.

¹⁵⁹ Ibid., p. 38.

¹⁶⁰ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Op. Cit., p. 271.

¹⁶¹ CADORNEGA, Antonio de Oliveira de. **História geral das guerras angolanas, Tomo II**. Op. Cit., p. 72, 77.

¹⁶² ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Op. Cit., p. 272.

Congo, pois o Garcia II não mantém os tratados da época de Salvador de Sá, cria grupamentos militares para ir combater os sobas aliados do Congo, mas recebe ordem da Coroa para interromper a empreitada e continuar com as negociações fazendo uso de embaixadores para reafirmar o tratado de paz com o Garcia II. É nesse momento que começa as divergências com relação ao reino do Congo, entre a Coroa e os governadores de Angola. Outra ação militar de Chichorro foi combater os piratas holandeses na costa da África Central, diminuindo suas ações¹⁶³.

O acontecimento de grande relevância e que trouxe consequências positivas para consolidação portuguesa na região, foi a nova conversão ao catolicismo da rainha Nzinga em 1656, pelos capuchinos italianos, sobretudo o Frei Gaeta¹⁶⁴. Essa nova conversão possibilita aliança entre Nzinga e Portugal, aonde no tratado de paz e cooperação, Nzinga tem a sua Irmã, que era prisioneira dos portugueses, D. Barbara devolvida. Essa aliança foi fundamental para as ações militares dos portugueses na região, sobretudo contra o reino do Congo. Na sua saída no governo de Angola em 1658, Chichorro é atacado por piratas holandeses na costa da Paraíba e acaba falecendo¹⁶⁵.

2.5 Problemas em Pernambuco

Com a restauração de 1654, Pernambuco retoma os seus domínios, mas estavam longe de resolver os seus problemas. A primeira disputa foi entre os grupos que deveriam controlar a Capitania, os lusitanos reinóis, e os mascates que vinham de Portugal para Pernambuco após 1654, tendo em vista preencher os espaços deixados na classe comercial com a retirada dos holandeses, e ainda os naturais da terra, descendentes de europeus que já estavam aqui, e mestiços que haviam ascendido socialmente pela origem paterna ou por ações praticadas durante a guerra holandesa. Com a reconquista, muitos dos que tinham migrado para a Bahia voltam a Pernambuco e procuram reaver os seus engenhos e seus negócios comerciais¹⁶⁶. As famílias ligadas a nobreza da terra voltaram-se para as atividades agrícolas,

¹⁶³ CADORNEGA, Antonio de Oliveira de. **História geral das guerras angolanas, Tomo II**. Op. Cit., p. 113-114.

¹⁶⁴ O capuchinho italiano João António Cavazzi de Montecúccolo esteve em Angola, no Ndongo e em Matamba de 1654 a 1667, com a morte de Gaeta, foi confidente da rainha Nzinga, sua obra “**Descrição história dos três reinos do Congo, Matamba e Angola**” é considerado um testemunho vivo da época, apesar do profundo etnocentrismo do autor, para Cavazzi o reinado de Nzinga antes da nova conversão era um “verdadeiro” inferno, com transexualismo, haréns de rapazes, infanticídio, antropofagia, feitiçaria e luxúria.

¹⁶⁵ CADORNEGA, Antonio de Oliveira de. **História geral das guerras angolanas, Tomo II**. Op. Cit., p. 137.

¹⁶⁶ O que Evaldo Cabral de Mello chama de “a quarela dos engenhos”, os engenhos confiscados pelos holandeses foram comprados por gente como João Fernandes Vieira que depois deram o calote na Companhia das Índias Ocidentais, com o fim da guerra os antigos proprietários pedem reintegração de posse, criando um grande

e trataram de reconstruir Olinda, enquanto que os judeus e lusitanos comerciantes reconstroem o Recife. Essa situação vai gerar um conflito que vai explodir em 1710 com a Guerra dos Mascates¹⁶⁷.

O poder real vai ser reforçado nas colônias, os governadores vão ser nomeados diretamente por Portugal, o que causou conflitos de interesses. Um exemplo dessa situação foi André Vidal de Negreiros e Francisco Barreto de Menezes, que tiveram vários conflitos de jurisdição, que para o período é o mesmo que poder político. O primeiro foi quando Menezes governava Pernambuco pós-restauração, Negreiros lutou para que as exigências dos que lutaram na expulsão holandesa fossem atendidas e Menezes defendia os interesses do Reino, causando um grande mal estar na sua administração. O segundo é que quando Menezes se torna governador geral do Brasil, tentou intervir na administração de Negreiros no seu governo em Pernambuco, foi um grande conflito de jurisdição que Negreiros vai usar de todo o seu prestígio perante a Coroa a seu favor¹⁶⁸. A mudança da sede do governo para Olinda, os soldos atrasados para os que lutaram contra os holandeses, dificuldades em manter os provimentos militares, conflitos com a Relação da Bahia e com as capitanias vizinhas¹⁶⁹, todos esses problemas mostram que Pernambuco pós-restauração queria autonomia e privilégios perante a Coroa, sobretudo aqueles que lutaram e “expulsaram” os holandeses. Mais uma vez a metrópole vai ter que usar de flexibilidade para evitar movimentos emancipatórios e ao mesmo tempo não perder a sua soberania. É nesse momento que se fortalece ainda mais a cultura política das mercês.

Um problema agravante que se encontrou nesse momento foi justamente a questão econômica. A produção açucareira passou a sofrer a concorrência, no mercado internacional, do açúcar produzido pelos holandeses na Guiana, nas Antilhas e na Insulíndia, e ainda pelos ingleses nas Antilhas, fazendo com que para se manter com um preço competitivo no mercado, tinha-se que diminuir os custos de produção, sobretudo nos gastos com a mão de obra escrava africana, que tinha aumentado consideravelmente com as guerras atlânticas. Para tanto, em 1654, o negocio negreiro em Angola abastecia o comercio carioca, e era de fundamental importância para a produção açucareira em Pernambuco resgatar o comercio

conflito em que a Coroa não toma partido. Para saber mais ver: MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda restaurada**. Op. Cit., p. 317-373.

¹⁶⁷ Sobre a guerra dos mascates ver: MELLO, Evaldo Cabral de. **A fronda dos mazombos: nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715**. São Paulo: Ed 34, 2003.

¹⁶⁸ ACIOLI, Vera Lucia Costa. Op. Cit., p. 81-92.

¹⁶⁹ Todos esses conflitos podem ser observados no capítulo 3, os conflitos de jurisdição, do livro de Vera Lúcia Costa Acioli “jurisdição e conflitos”.

bipolar entre Luanda-Recife, como também utilizar de ações que proporcionassem um aumento nos números e baixa nos preços no mercado escravista.

Desde 1646 houve uma preocupação em Pernambuco com relação ao que acontecia em Angola, Martin Soares Moreno, Vidal de Negreiros e João Fernandes Vieira enviam à Corte relatórios sobre os acontecimentos do Congo e de Angola, informações de luandenses no Recife que tinham vindo como prisioneiros, nesses relatórios João Fernandes Vieira alerta a Coroa sobre as manobras de Salvador de Sá, em que seu interesse em Angola estava restrito aos negócios peruleiros da prata, segundo Vieira isso poderia provocar uma investida Espanhola contra Luanda, já que por conta dos conflitos atlânticos havia uma grande crise internacional no mercado de escravos¹⁷⁰.

Em 1654, o almirante Brito Freyre, que viria a ser governador de Pernambuco de 1661 a 1664, tentou convencer a Coroa lusa do projeto de reconquista de São Jorge da Mina, e propôs o ataque logo depois da rendição holandesa, tendo como o Recife a base da saída da expedição¹⁷¹. Apesar da Coroa não aprovar o projeto, por questões de custo benefício, fica evidente a preocupação de Pernambuco com os acontecimentos na África central e a necessidade de estarem no controle do negocio negreiro.

Dois líderes do movimento de libertação, que tinham prestígios perante a Coroa pelas ações militares na expulsão dos holandeses, João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros, arquitetaram a resolução desse problema comercial, vão usar a política de favorecimentos em favor do comercio Recife-Luanda, pois eram os maiores senhores de engenho de Pernambuco e Paraíba, e nada melhor para reverter o trato negreiro em seus benefícios do que sendo governadores de Angola, como nos mostra Luis Felipe de Alencastro:

Cinco meses após a rendição holandesa no Recife (janeiro de 1654), João Fernandes obtém a sucessão de Chichorro na governadoria de Angola. Meses mais tarde, André Vidal de Negreiros, que tinha ido a Corte levar a notícia da retirada holandesa, recebe patente para suceder João Fernandes na governadoria de Angola(1661). No dia seguinte, além de honrarias e rendas concedidas a si e a sua parentela, Negreiros é nomeado para o governo de Pernambuco(1657-60)¹⁷².

¹⁷⁰ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Op. Cit., p. 259.

¹⁷¹ Ibid., p. 270-271.

¹⁷² Ibid., p. 272.

Foi muito conveniente que enquanto João Fernandes Vieira governasse Angola, André Vidal de Negreiros governasse Pernambuco¹⁷³, as duas costas atlânticas com o mesmo objetivo, aumentar a produção açucareira através de uma bem sucedida forma de governar Angola baseado no trato negreiro.

¹⁷³ Inicialmente seu mandato seria de 1657 a 1660, mas em 1660, Negreiros requer a Coroa que lhe mantenha no cargo até o fim do mandato do governador de Angola, João Fernandes Vieira, em 1661 . AHU-ACL-CU-015, Cx. 7, D. 620.

CAPÍTULO 3: JOÃO FERNANDES VIEIRA: GOVERNADOR GERAL DE ANGOLA

“João Fernandes Vieira foi o homem certo no lugar certo.”

Ralph Delgado

3.1 Algumas biografias

João Fernandes Vieira não confiou no juízo futuro da história, ele próprio mandou que lhe narrassem as suas ações, por tanto podemos analisar três principais cronistas contemporâneos a Vieira, Diogo Lopes Santiago, Frei Manuel Calado e Frei Rafael de Jesus.

A obra “História da guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do mestre de campo João Fernandes Vieira herói digno de eterna memória, primeiro aclamador da guerra” é um testemunho pessoal de Diogo Lopes Santiago, que residia em Pernambuco à época da invasão holandesa e ao início da Insurreição Pernambucana. A obra é uma narrativa em detalhes dos acontecimentos que levaram a “expulsar” os holandeses de Pernambuco, sobretudo as ações militares de Vieira, a qual na visão do autor foi o grande líder do movimento. O relato de Diogo Lopes Santiago serviu como base para outras biografias “heroicas” sobre o mestre de campo.

Vieira encomendou a frei Rafael de Jesus, beneditino português, um livro para contar sua vida, exaltando seus feitos, dedicando ao Rei D. Pedro II, a exemplo do que Gaspar Barléu havia escrito sobre o conde Maurício de Nassau, surgindo assim o “Castrioto lusitano”, no qual o autor o compara ao príncipe guerreiro albanês Jorge Scanderberg Castrioto, que lutou intensamente contra os turcos na Sérvia pela recuperação da Albânia, que havia sido anexada à Turquia. Outra obra relevante é “O Valeroso Lucideno”, escrito pelo frei português Manuel Calado do Salvador, é uma obra que serviu, dentre outras coisas, à defesa da atuação de João Fernandes Vieira, bem como à obtenção de ajuda material da Coroa aos insurretos de Pernambuco.

Ao longo do século XVII, muitos escritos da época refletem sobre a nação e o império. A partir da restauração de 1640, o atlântico é o principal cenário da literatura portuguesa, ficando para trás o oriente, sobretudo a Índia. A recuperação de Pernambuco aos holandeses foi um dos acontecimentos mais relevantes do período, como também a conquista africana. Diogo Ramada Curto levanta a questão de que há uma relação muito grande entre a cultura escrita e as práticas de identidade em diferentes quadros políticos e sociais, ou seja,

para compreender a obra, tem que levar em consideração alguns pontos importantes: articulações entre o olhar etnográfico e a propaganda destinada ao afirmar as virtudes de quem escreve; a importância de obras de autores estrangeiros, integrando diferentes nações, várias ordens religiosas, contextualizando e relativizando o lugar das obras portuguesas; circulação europeia das obras portuguesas; quadro de lutas que os portugueses se viram ao longo do século XVII¹⁷⁴. Para as crônicas luso-brasileiras existiam duas leituras alternativas na historiografia ocidental que se completam. Uma era a leitura providencialista e a outra era uma leitura político-militar. Para os autores a Providência Divina interferia na realidade, determinando os fatos históricos de acordo com a conduta social. As descrições fazem-se pelo interesse pessoal de autopromoção perante o reino. É justamente o que aconteceu com Vieira, por conta da falta de credibilidade na sua ascendência, e pela sua cor mulata¹⁷⁵, investe na propaganda pessoal para manter seu lugar de prestígio na sociedade.

Atualmente a obra mais completa sobre a vida de João Fernandes Vieira foi escrita pelo historiador pernambucano, José Antônio Gonsalves de Mello, intitulada “João Fernandes Vieira: mestre-de-campo do terço de infantaria de Pernambuco” publicada em 1956, e com uma nova edição em 2000. A obra faz uma conexão entre a documentação da época e os cronistas, analisando as possibilidades dos acontecimentos da vida de Vieira.

3.2 De caixeiro a governador

No período anterior ao da invasão holandesa em Pernambuco, no ano de 1630, temos informações bastante confusas e duvidosas sobre a vida de João Fernandes Vieira, desde o seu nascimento, a sua ascendência e sua vinda para a capitania de Pernambuco. O que podemos afirmar é que ele nasceu na ilha da Madeira, próximo ao ano de 1610, cujo pai seria Francisco de Ornelas Muniz, e sua mãe uma negra ou mulata de condição humilde. Francisco de Ornelas, o filho, adotou o nome João Fernandes Vieira na vinda para a capitania de Pernambuco aos 10 ou 11 anos de idade, aproximadamente em 1620. E que suas principais

¹⁷⁴ CURTO, Diogo Ramada. **Cultura imperial e projetos coloniais (séculos XV ao XVIII)**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009, p 146.

¹⁷⁵ O que na época era cabível de muito pré-conceito, e que sofria muita resistência da sociedade ao ocupar cargos de poder. RUSSELL-WOOD, A. J. R. Op. Cit., p. 14.

funções na chegada estariam ligadas ao ofício de “caixeiro”¹⁷⁶ no comércio do Recife e Olinda.¹⁷⁷

Participou como voluntário, ao lado das forças de Matias de Albuquerque, na resistência às invasões holandesas na capitania de Pernambuco, em 1630. A partir da queda do Arraial do Bom Jesus e do Cabo de Santo Agostinho, em 1635, ele, como muitos outros portugueses do período, tentaram tirar proveito da situação e prestar serviços de informação das questões do Brasil para os flamengos. Ganhando confiança de alguns holandeses, começa a trabalhar para um comerciante e senhor de engenho judeu neerlandês, Jacob Stachhouwer, pessoa ligada à Companhia das Índias Ocidentais. Em 1638, Stachhouwer regressa a Holanda e deixa Vieira como seu procurador para a administração dos seus três engenhos¹⁷⁸ e negócios diversos. No convívio e no trato com os invasores, adquiriu mais confiança e pôde oferecer seus serviços a outros batavos de grande poder, e paralelamente começou a fazer seus próprios negócios, acumulando propriedades, no convívio e no trato com os invasores¹⁷⁹. Conhecendo bem Maurício de Nassau, em 1639, Vieira já era uma pessoa importante na sociedade pernambucana, tendo sido indicado para o cargo de escabino¹⁸⁰, membro da Câmara Municipal de Olinda. Posteriormente, foi escabino da cidade Maurícia de julho de 1641 a junho de 1642, sendo reconduzido, no exercício de 1642 a 1643. Em 1643, casou-se com Maria César, filha do madeirense Francisco Berenguer de Andrada e de Joana de Albuquerque, descendente de Jerônimo de Albuquerque. Com o casamento, João Fernandes Vieira ingressou definitivamente na aristocracia rural pernambucana. Em 1642, aumentou os seus bens, e viu-se feito capitão de um Corpo de Ordenanças, continuando a se beneficiar de empréstimos da Companhia para manter seus negócios¹⁸¹.

Apesar de prestar serviços aos holandeses, Vieira manteve um vínculo com a Coroa portuguesa, principalmente pela fé católica, sobretudo pós a restauração de 1640, como explica José Antonio Gonçalves de Mello:

¹⁷⁶ O que aferi os livros de comércio, vende, recebe e paga. O que faz caixas. BLUTEAU, Pe. Raphael. Op. Cit., p. 251.

¹⁷⁷ GONSALVES DE MELLO, José Antônio. **João Fernandes Vieira**: Mestre-de-campo do Terço de Infantaria de Pernambuco. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000, p 11-31.

¹⁷⁸ Os três engenhos de Stachhouwer foram o Engenho da Várzea do Capibaribe, ou Engenho do Meio, Engenho Ilhetas, em Uma, e o Engenho Sant’Ana, em Jaboatão. Os mesmo foram adquiridos por Vieira em 1638 e 1642. Ibid., p. 360-361.

¹⁷⁹ Segundo Michel de Certeau, “As práticas cotidianas estão na dependência de um grande conjunto, difícil de delimitar e que, a título provisório, pode ser designado como o dos procedimentos. São esquemas de operações e manipulações técnicas.” CERTEAU, Michel de. Op. Cit., p. 109.

¹⁸⁰ Semelhante a vereador.

¹⁸¹ GONSALVES DE MELLO, José Antônio. Op. Cit., p. 35-64.

Pessoa de confiança do governo holandês e seu colaborador e conselheiro em assuntos brasileiros, nem por isso Vieira se descuidou de dispor a seu favor a maioria dos conterrâneos, através do seu prestígio econômico que, com exceção do lisboeta Jorge Homem Pinto, na Paraíba, ninguém dispunha igual no Nordeste, através da sua liberalidade para com igrejas, confrarias, padres, frades e patrícios necessitados, através da sua participação constante na vida social da comunidade luso-brasileira e, também, para os mais ciosos da nobiliarquia, do seu ingresso pelo casamento, na nobreza da terra¹⁸².

Um dos motivos de Vieira ter aderido a restauração portuguesa em Pernambuco foi a questão religiosa, principalmente com a saída de Nassau do governo, a tolerância batava calvinista com relação ao catolicismo foi rompida. Mas o que realmente o fez ser um dos líderes do movimento, foi a crise das dívidas perante a companhia, W.I.C.¹⁸³, pois com a saída de Nassau, a Companhia começou a cobrar as dívidas de uma forma mais violenta e sem negociações, causando um grande mal estar entre a aristocracia rural. A política holandesa estava voltada para a classe burguesa urbana, e apesar de ter negócios no comércio do Recife, Vieira tinha feito um grande investimento no negócio açucareiro, por tanto o retorno da administração portuguesa lhe era mais vantajosa, pelo fato de não precisar pagar as dívidas da W.I.C. e ainda manter os engenhos adquiridos¹⁸⁴.

Feitas as articulações entre os senhores de engenho portugueses e o governo geral na Bahia, tem início o conflito em 1645. Inicialmente Vieira assumiu patentes não oficiais como o de “governador da Guerra da Liberdade Divina¹⁸⁵”, como também o de “Capitão-mor”, passando a ter a patente de “Mestre de Campo” oficialmente em outubro de 1645, formando um triunvirato com Martins Soares Moreno e André Vidal de Negreiros absorvendo o poder civil e militar, posteriormente passando a liderança do movimento para o general Francisco Barreto de Menezes. Nesse momento o grande estrategista militar foi Dias Cardoso, responsável pelas vitórias militares. Vieira apesar de ter lutado em batalha, foi o grande articulador político do movimento, e por conta da sua autopropaganda pessoal, ficou conhecido na história moderna como líder militar.

Como os documentos e cronistas da época relatam, Vieira foi aclamado, ou se fez aclamar, como “Primeiro aclamador da liberdade e sugeição flamenga no Brasil”¹⁸⁶, participou e venceu junto com sua tropa a Batalha das Tabocas, realizada em Vitória de Santo Antão, no dia 3 de agosto de 1645 e a Batalha de Casa Forte, junto com André Vidal de Negreiros, Henrique Dias e Felipe Camarão, no dia 17 de agosto do mesmo ano. Após a

¹⁸² Ibid., p. 71.

¹⁸³ Em holandês, West-Indische Compagnie, ou em português, Companhia das Índias Ocidentais.

¹⁸⁴ Ibid., p. 114.

¹⁸⁵ Guerra da liberdade divina foi o termo utilizado pelo Padre Antonio Vieira.

¹⁸⁶ CADORNEGA, Antonio de Oliveira de. **História geral das guerras angolanas, Tomo II**. Op. Cit., p. 139.

tomada do engenho Casa Forte, Vieira voltou com seus homens ao seu engenho São João, na Várzea, e de lá iniciou um sistema de estâncias militares, espécie de fortificações onde pudessem estar seguros e guardar pólvora e munições de guerra. Participou, também de forma eficaz, das duas Batalhas dos Guararapes, sob o comando do general Barreto de Meneses, nos dias 19 de abril de 1648 e 19 de fevereiro de 1649, respectivamente, colaborando para a vitória final e definitiva. A "guerra da liberdade divina", nas palavras do padre Antônio Vieira, durou nove anos. Em 1654 João Fernandes Vieira tomou os fortes de Salinas e Altenar, enquanto o inimigo abandonava os de São Jorge e da Barreta. Enfim, os holandeses retiraram-se definitivamente do Brasil. E a 27 de janeiro desse mesmo ano assinaram a capitulação da Campina do Taborda, pela qual deveriam entregar o Recife e todas as fortalezas que ainda lhes restavam¹⁸⁷.

Os colonos que lutaram na restauração pernambucana sentiram-se no direito de ter privilégios. E Portugal ofereceu, dentro das suas possibilidades, honrarias aos restauradores, pois a Coroa tinha a desconfiança de que o não comprimento das suas exigências poderia causar um descontentamento, e conseqüentemente, a emancipação de regiões coloniais, visto a popularidade dos líderes da restauração. Então, D. João IV, manifestou sua gratidão através de concessões de comendas, terras, foros, títulos de nobreza, patentes militares e pensões para aqueles que tiveram destaque na recuperação da Capitania¹⁸⁸.

O sentimento de orgulho foi muito grande entre os restauradores pernambucanos, e os critérios de recompensa Real não foram bem aceitos, principalmente entre os líderes do movimento, pois além dos títulos e honrarias, eles queriam cargos de poder. Várias cartas são enviadas ao conselho ultramarino, replicando e insistindo em mercês mais honrosas. Com muita astúcia a Coroa portuguesa concedeu mais privilégios aos que lhe pareciam mais leais, causando certa inveja entre os restauradores. Em troca de recompensas mais generosas João Fernandes Vieira tornara-se leal vassalo, e os favorecimentos da Coroa lhe dera uma visão maior por conquistas e poderes políticos e militares, mesmo tornando-se o mais rico dos colonos de sua época, chegando a possuir 16 engenhos nas capitanias de Pernambuco e Paraíba, e cerca de 2.000 escravos, além de várias outras propriedades¹⁸⁹. Um grande exemplo disso são os seus pedidos para cargos de governos no ultramar lusitano, como explica a historiadora Vera Lúcia Costa Acioli:

¹⁸⁷ Para uma melhor análise da participação de Vieira no conflito ver: SANTIAGO, Diogo Lopes. **História da guerra de Pernambuco**. Recife, FUNDARPE, 1984. Ver também: CALADO, Frei Manuel. **O Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade**. 2 vols., São Paulo: Edições Cultura, 1945. E: JESUS, Frei Rafael de. **Castrioto Lusitano**, parte I, Empresa e restauração de Pernambuco. Lisboa, 1679, 2ªed., Paris, 1844.

¹⁸⁸ ACIOLI, Vera Lúcia Costa. Op. Cit., p. 51.

¹⁸⁹ Ibid., p. 55.

Pretendiam os restauradores muito mais. João Fernandes Vieira, por exemplo, nos seus papéis de serviço pedia um dos governos do ultramar, a saber, o de Pernambuco, vitaliciamente, ou do Maranhão por 9 anos, ou de Angola por 6; e ainda, o título de conde e o posto de almirante do estado do Brasil. Os títulos lhe foram negados pela Coroa, provavelmente receosa de que por se constituir líder de seu grupo, representasse séria ameaça à dominação portuguesa. Dos cargos requeridos foi-lhe concedida a última opção, o governo de Angola por 3 anos. No Brasil, enquanto esperava a vacância deste cargo, ofereceu-lhe D. João IV o governo da Paraíba¹⁹⁰.

Talvez o fato de que Vieira tenha sido eleito governador de Pernambuco¹⁹¹, em eleição feita pelo povo, nobreza e clero, e gente da guerra de Pernambuco, tenha se tornado uma usurpação ao poder real, ocasionando em uma desconfiança por parte da Coroa portuguesa, fazendo com que ela ocupasse os postos-chaves por pessoas de extrema confiança, ou pelo menos as que oferecessem menos perigo à estabilidade da Coroa.

O governo da Paraíba era de baixa honraria, mas Vieira soube tirar proveito, pois tinha negócios nessa região. De grosso modo a governança de Vieira na Paraíba estava voltada para os preparativos e estratégias do seu governo em Angola, onde a importância era maior, principalmente para os colonos da América portuguesa, como explica a historiadora Mafalda Soares da Cunha:

Tem mesmo chegado a dizer-se que o Brasil sem Angola não sobreviveria. Será isso que explica o sobressalto dos colonos do Brasil e a sua decisão de sair em defesa do território angolano, mas também a posterior escolha por parte da Monarquia de governantes já experimentados nas guerras contra os holandeses no Nordeste brasileiro¹⁹².

3.3 Primeiras medidas para o governo de Angola

Desde que o Rei de Portugal, D. João IV, lhe concedeu o governo de Angola em carta patente datada de 8 de julho de 1654, a principal preocupação de Vieira foi o fortalecimento militar, pois como ainda se encontravam na ativa as guerras luso-holandesa e luso-espanhola, os riscos de novas invasões nos territórios do Brasil e de Angola eram altos, além da insegurança marítima, onde era passível de acontecer a pirataria, sobretudo de navios

¹⁹⁰ Ibid., p. 56.

¹⁹¹ Nas crônicas de Cardonega (1940: p. 140) e de Elias Corrêa (1937: p. 275), se tem a informação de que Vieira foi governador de Pernambuco, o que não aconteceu oficialmente. Talvez os cronistas estejam se referindo a essa eleição feita no final do conflito com os holandeses, ou então ao fato de ele se declarar governador da guerra de liberdade divina no início do conflito em 1645.

¹⁹² MAFALDA, Soares da Cunha. **Governo e governantes do Império português do Atlântico (século XVII)**. In: BICALHO, Maria Fernanda. FERLINI, Vera Lúcia Amaral. (org). *Modos de governar: Idéias e práticas políticas no Império português séculos XVI-XIX*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 79.

ingleses e holandeses¹⁹³. Como o seu maior biógrafo afirma, José Antonio Gonsalves de Mello, Vieira governou a Paraíba planejando seu governo em Angola, e logo fez solicitações a Coroa portuguesa a respeito de reforçar as defesas angolanas, principalmente com militares que tinham acumulado experiências nas lutas contra os holandeses no Brasil. Uma consulta do Conselho Ultramarino a Rainha regente D. Luísa de Gusmão, datada em 22 de novembro de 1656, dois anos antes de Vieira assumir o governo angolano, nos mostra que Vieira solicitou a licença para transferir duzentos soldados da Capitania de Pernambuco para Angola¹⁹⁴. Além de soldados Vieira solicitou armamentos, munições e gente preparada para servir ao arsenal militar, como nos mostra José Antonio Gonsalves de Mello:

Pediu também permissão para conduzir de Pernambuco 3 mil mosquetes e arcabuzes com os seus aviamentos, por lhe constar haver lá falta deles e para que do Reino se lhe enviassem 100 quintais de pólvora com a munição necessária e dois oficiais de serralheiros ou armeiros para concerto das armas [...] Solicitou ainda autorização para levar de Pernambuco 6 peças de artilharia, por lhe parecer, à vista da planta da cidade de Luanda, que seria necessário fazer-se de novo uma fortaleza na ponta da ilha do mesmo nome ou reedificar-se o Forte do Penedo e guarnecê-lo com artilharia que não havia ali [...] Pediu ainda que se mandasse conduzir a Angola 400 infantes, por haver ali grande falta de infantaria, que era a principal força que consistia sua defesa, por não haver outra nem por mar nem por terra [...]¹⁹⁵

Em Consulta do Conselho Ultramarino datada de 23 de novembro de 1656, Vieira com a justificativa de que precisava de força militar para conquistar os sertões de Angola também solicita um número de Cavalos que possam formar duas companhias, o mesmo oferece seus cavalos, mais solicita oficiais para as companhias¹⁹⁶. Os cavalos foram de fundamental importância nas guerras angolanas, inicialmente levados para Angola de regiões como Cabo Verde, Espanha, Argentina, Itália e Brasil, no tráfico de escravos os navios que levassem cavalos para Angola tinham a preferência na liberação do porto. Os cavalos eram um terror para os africanos, pois os mesmos achavam que os animais eram demônios, e isso afetava o psicológico dos soldados nas batalhas, vinte cavaleiros na frente de batalha causavam um temor maior do que uma infantaria inteira. O cavalo também trazia mobilidade às forças governamentais: comunicação, patrulhamento e reconhecimento¹⁹⁷.

¹⁹³ Um dos documentos que comprovam essa afirmação é a Consulta do Conselho Ultramarino ao Rei D. João IV, de 12 de setembro de 1654, onde se tem informações de que holandeses e ingleses estavam armando esquadras contra o Brasil e Angola. AHU-ACL-CU-015, Cx. 6, D. 497.

¹⁹⁴ Baseado no AHU, Angola, caixa 6, nº 83, 84, 86, 141, Luis Felipe de Alencastro afirma que Vieira solicita 400 soldados, o que aumenta ainda mais as pretensões de Vieira. ALENCASTRO, Luiz Felipe. Op. Cit., p. 274-275. Ver nota na página 452. A informação que trás o número da solicitação de 200 soldados está em AHU-ACL-CU-015, Cx. 7, D. 576.

¹⁹⁵ GONSALVES DE MELLO, José Antônio. Op. Cit., p. 331-332.

¹⁹⁶ Ibid., p. 332-333.

¹⁹⁷ FERREIRA, Roquinaldo. **O Brasil e a arte da guerra em Angola**. Estudos históricos, Rio de Janeiro, nº39, janeiro-junho de 2007, p 10.

A Coroa portuguesa foi aconselhada de que partes das solicitações de Vieira eram desnecessárias, quem deu o parecer sobre a solicitação “exagerada” de Vieira foi Salvador Correia de Sá em consulta ao conselho ultramarino datada em 23 de novembro de 1656¹⁹⁸, essa atitude de Salvador de Sá pode estar ligada a disputa pelo comércio de Angola, entre Recife e Rio de Janeiro, ou então pelo fato de Salvador de Sá não se achar responsável por ter deixado Angola desprotegida. A Coroa entra em acordo com o parecer de Salvador de Sá, tanto que da Capitania de Pernambuco, dos duzentos soldados solicitados só foram liberados cem¹⁹⁹, dos três mil mosquetes apenas mil armas sortidas, dos cem quintais de pólvora o Reino mandaria o possível, dos oficiais serralheiros ou armeiros apenas os degredados, das seis peças de artilharia apenas quatro que não fossem de bronze, dos quatrocentos infantes apenas alguma infantaria, as demais solicitações foram atendidas²⁰⁰. Essa situação nos faz analisar os motivos pelo qual Vieira queria reforçar tanto militarmente a Praça de Angola e quais os motivos da Coroa nas cautelas em atender as solicitações.

Vieira sempre se mostrou ser um homem ambicioso, isso ficou claro nas suas ações perante a dominação holandesa no Brasil, e o governo de Angola era uma oportunidade que Vieira tinha em enriquecer ainda mais, não pelos serviços prestados a Coroa, mas sim pelo tráfico de escravos. Desde o fim da dominação flamenga no Brasil, em 1654, as relações entre Pernambuco e Angola ainda não tinham se reestabelecido, principalmente pela influência dos agentes do tráfico do Rio de Janeiro, Capitania que organizou a reconquista de Angola aos holandeses, em 1648. Nota-se que são seis anos de privilégios dos fluminenses no tráfico de escravos com Angola, e mesmo depois de 1654, o governo angolano ainda estava atendendo os interesses das Capitânicas do Rio de Janeiro e da Bahia. Logo uma das principais medidas de Vieira foi atender os interesses da aristocracia do açúcar nas Capitânicas do Norte, sobretudo Pernambuco, onde ele era possuidor de vários engenhos de açúcar.

Vieira, em 1656, já tinha em mãos documentos e mapas com informações de Angola, uma planta de Luanda com suas fortificações e Barra, o fez perceber que a mesma era desprotegida, e já alerta a Coroa da necessidade de construir uma fortaleza na ponta da ilha e reedificar o forte de Penedo, como também necessitava de artilharia de bom calibre que faltava na região, chega a propor levar esse arsenal de Pernambuco²⁰¹. Dois anos antes de

¹⁹⁸ MMA-S1-V12-P83.

¹⁹⁹ De acordo com a consulta do conselho ultramarino de 22 de novembro de 1656 (AHU, códice 46, fls.16) só foi permitido levar 100 homens, mas o relato do cronista Antonio de Oliveira de Cadornega foi que na chegada de Vieira em Angola em 18 de março de 1658, o mesmo desembarca com 200 soldados vindos do Brasil. CADORNEGA, Antonio de Oliveira de. **História geral das guerras angolanas, Tomo II**. Op. Cit., p. 139.

²⁰⁰ Ibid., p. 331-333.

²⁰¹ MMA-S1-V12-P83.

tomar posse do governo de Angola tinha averiguado que o trato de escravos, que era feito de forma indireta na África Central, não era mais cabível na situação do momento, onde nessa região que teve um domínio de sete anos dos holandeses, 1641 a 1648, houve a criação de um movimento antilusitano entre os Reinos africanos, principalmente o Reino do Congo que criou relações de vassalagem com vários reinos que mantinham negócios com os portugueses. A opção que Vieira acionou é a de reorganizar o trato de escravos de uma forma direta, através da guerra e saques, subjulgando os reinos, ou chefes tribais pela força, por isso a insistência de Vieira em reforçar militarmente sua administração, pois a intenção era expandir o território português nos sertões e aumentar cada vez mais os números do tráfico de escravos, privilegiando desta vez Pernambuco.

Usando como justificativa a insegurança marítima, Vieira solicita a autorização da Coroa para que navios ingleses o escoltassem em segurança do Brasil para Angola, foi contratado o navio inglês “Brazil Frigate”, sob o comando do capitão Thomas Heath, além de mais quatro navios fazerem parte da frota, um deles construído na Bahia e levava 40 peças de artilharia, outro se chamava “São João”, comandado pelo mestre Jácome Maria Bullero, que retorna para o Brasil com produtos comerciáveis. Vieira chega em Angola em segurança, mas se desentende com um dos capitães ingleses e confisca a Nau “Hopewell” para suas empreitadas em Angola, o que causa uma insatisfação do embaixador inglês em Lisboa. A Nau “Brazil Frigate” retorna de Angola em direção a Pernambuco com o ex-governador de Angola, Luís Martins de Sousa Chichorro e alguns lusos ricos com seus pertences, e principalmente com 1.200 escravos e 22000 libras de marfim, o que possibilita que Vieira já havia colocado gente sua no tráfico com Angola, antes mesmo de tomar posse, a Nau foi aprisionada na costa da Paraíba, na baía da Traição, por um corsário holandês, em que sua mercadoria foi saqueada e muitos morreram na luta, um deles o ex-governador Luís Martins de Sousa²⁰².

3.4 Primeiras ações como governador e capitão-general

Para realizar seus interesses, Vieira teve que criar uma rede de influências com pessoas de confiança na sua administração, por isso ele conseguiu uma transferência de gente sua de Pernambuco para Angola, em diversas áreas, como no corpo militar, administrativo e religioso, ocupando os cargos de confiança no governo angolano. O interesse de Vieira era de

²⁰² Sobre esse acontecimento ver: GONSALVES DE MELLO, José Antônio. Op. Cit., p. 330-331. E ver também: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Op. Cit., p. 275.

expandir o território português no interior da África central, recuperar as alianças e submeter à maior ameaça para a Coroa, o Reino do Congo, além de tentar eliminar os intermediários no trato negreiro, pois na sua perspectiva não se negociava com nativos e sim os conquistava. Para tanto, os militares pernambucanos foram muito úteis, pois já tinham experiências em batalhas no ultramar.

Além dos soldados vindos de Pernambuco, Vieira trás gente para os postos de comando, Francisco Ferreira de Vasconcelos e Antônio Jorge de Góes, veteranos das duas batalhas dos Guararapes, ocupam o cargo de Sargento-mor, homens com grande experiência em combate para um possível retorno dos holandeses, o próprio Antônio Góes ocupa o cargo de Capitão-mor de Benguela, de 1661 a 1664. Para Capitão de infantaria, ocupam Francisco César ou Agostinho César de Andrade, seu cunhado e protegido²⁰³, Manoel Berenguer de Andrade²⁰⁴, sobrinho²⁰⁵ da sua esposa e filho de seu procurador em Lisboa Gaspar Berenguer de Andrade, e Sebastião Muniz da Câmara também seu parente. Vieira também trás para o seu lado Capitães expedicionários de 1648 que ainda estavam em Angola, como o caso de Álvaro de Aguilar Osório e Francisco Vaz Aranha, e como secretário de Governo Vieira nomeou Antônio de Buíça, que já tinha ocupado esse posto antes e tinha boas relações com os militares veteranos. Vieira também trás o antigo Capelão-mor do seu terço de infantaria em Pernambuco, o beneditino Frei João da Ressurreição, chamado de Frei Poeira, que ocupa o cargo de capelão-mor da tropa em Luanda. Houve protesto dos moradores de Angola contra a ocupação dos cargos por gente vinda do Brasil, a justificativa de Vieira foi de que seus homens estavam adaptados as guerras tropicais e seriam de grande importância para a expansão e combate com os sobas inimigos²⁰⁶.

O desembarque e a posse de Vieira em Angola no dia 18 de abril de 1658 foi muito festejada pelos moradores, Vieira chega com muito prestígio pela expulsão holandesa em Pernambuco, e o mesmo fez questão de expor seus títulos como Cavaleiro da Ordem de Cristo, Membro do Conselho de Guerra, comendas de São Pedro de Torrados, e de Santa Eugênia da Ala, e Alcayde-mor da vila de Pinhel, e sobretudo primeiro aclamador da

²⁰³ Cadornega informa que seu cunhado se chama Francisco César (1940: p. 139), mas Luis Felipe de Alencastro (2000: p. 275-276) e José Antonio Gonsalves de Mello (2000: p. 333) informam a nomenclatura de Agostinho César de Andrade como seu cunhado. Não a relato de Vieira ter levado consigo dois cunhados.

²⁰⁴ Será assassinado em Luanda pelo Capitão Álvaro de Aguilar Osório, segundo Elias Correia, o crime acontece pelo motivo de que Berenguer invade a casa de Álvaro Osório. CORRÊA, Elias Alexandre da Silva. **História de Angola. Volume 1**. Lisboa, 1937, p. 277.

²⁰⁵ José Antonio Gonsalves de Mello afirma que Manoel Berenguer foi primo da esposa de Vieira (2000: p. 333).

²⁰⁶ Sobre os trazidos de Pernambuco por Vieira ver: (ALENCASTRO, 2000: p. 275-276) e : (GONSALVES DE MELLO, 2000: p. 333) e: (CADORNEGA, 1940: p. 139).

liberdade divina no Brasil²⁰⁷. Vieira é visitado por vários embaixadores de sobas africanos, com seus presentes. Recebe a visita do embaixador da Rainha Nzinga de Matamba, agora aliada dos lusos pela conversão definitiva ao cristianismo em 1656. E recebe também a visita do embaixador do Reino do Congo, a qual sua autoridade será posta em prova pelo fato de que o embaixador ao anunciar quem estava a representar, o Rei do Congo, e que tinha como um dos títulos²⁰⁸ “rei de Angola”. Vieira ordenou que o embaixador riscasse o título e que o senhor do Congo não utilizaria mais ele, o embaixador obedece e quando ao seu retorno a São Salvador, o Rei do Congo Garcia II, não se conforma e mandar degolar o embaixador que obedeceu a Vieira²⁰⁹.

Nas suas primeiras medidas Vieira procura se estruturar militarmente, ocupa os cargos de milícias vagos e das fortalezas nomeando gente de sua influência. Completou a fortaleza de Santo Amaro com um custo baixo, reedificou a fortaleza de Benguela que estava quase destruída, ampliou o forte de Penedo, e construiu o cais do desembarcadouro em Luanda, que foi de grande utilidade para o comércio²¹⁰. Essas ações de Vieira proporcionaram uma melhor defesa da costa de Angola, que ao longo do seu governo combateu várias embarcações de piratas holandeses e ingleses que saqueavam outras embarcações e negociavam com sobas inimigos de Portugal, contrabandeando escravos e outros produtos²¹¹. Já em 1658 Vieira captura e leva para Luanda um navio inglês que contrabandeava escravos e marfim na costa da África central. Em 1660 dois corsários holandeses são combatidos, um deles é capturado. Em 1661 um navio vindo de Lisboa é atacado por uma Nau holandesa a vista do porto de Luanda, o socorro de Luanda é imediato e os holandeses fogem sem saquear a embarcação, no mesmo ano outro navio holandês é capturado no norte de Angola acusado de pirataria²¹².

Essa movimentação de outras nações marítimas na costa de Angola fez com que Vieira tivesse a justificativa para solicitar mais homens e munições para a defesa angolana, mas que também seria utilizado por ele nas guerras no sertão. Em carta de Vieira ao rei D. Afonso VI, na verdade para a rainha mãe regente D. Luisa de Gusmão, Vieira solicita pólvora

²⁰⁷ CADORNEGA, Antonio de Oliveira de. **História geral das guerras angolanas, Tomo II**. Op. Cit., p. 140.

²⁰⁸ Mani Congo por graça de Deus Rei do Congo, de Angola, Macambá, Ocanga, Cumba, Lula, Zuza, senhor do ducado de Buta, Suda, Bamba, de Ambuíla e suas províncias, senhor do condado do Sonho, Angola e Caconge e da monarquia dos Ambondaras e do grande e maravilhoso Rio Zaire. BARLEUS, Gaspar. Op. Cit., p. 256.

²⁰⁹ GONSALVES DE MELLO, José Antonio. Op. Cit., p. 334-335.

²¹⁰ MMA-S1-V12-P 239. Informações contidas também em CORRÊA, Elias Alexandre da Silva. Op. Cit., p. 277.

²¹¹ CADORNEGA, Antonio de Oliveira de. **História geral das guerras angolanas, Tomo II**. Op. Cit., p. 163, 173-174.

²¹² CORRÊA, Elias Alexandre da Silva. Op. Cit., p. 276.

para a defesa da praça, mais 300 homens para suprir os falecidos, relatando sobre os navios inimigos justificando a solicitação²¹³, pois se a Coroa não apoiava as investidas no interior foi pelo fato de não deixar a Costa desprotegida.

3.5 A guerra preta na África Central

No século XVII as tropas regulares portuguesas na África Central tinham em torno de mil soldados. Luanda e Benguela eram os centros da administração e do corpo militar, com algumas fortalezas no interior como Muxima, Ambaca, Massangano, Cambambi, Mpungu e Ndongo. Em tempo de guerra o grosso do exercito era de soldados locais, através de alianças com os sobas. Os europeus que faziam parte do exercito eram na maioria degredados, de crimes civis ou religiosos, e ainda assim sofriam na adaptação como as questões climáticas e epidemiológicas, a qual muitos padeciam sem mesmo ter ido ao combate. Por estas questões em que havia uma alta mortalidade dos europeus, e a crise nas alianças com os sobas e os poucos recrutas africanos, sobretudo no período de Vieira como governador, surgiu a necessidade de vir soldados do Brasil, principalmente da Bahia e de Pernambuco. Todo navio vindo de Pernambuco trazia em média dez recrutas para as guerras angolanas. Ao tempo em que Vieira resgata as alianças e os territórios, o grosso do exercito volta a ser de africanos, mas mesmo assim ao longo do século XVII, muitos soldados do Brasil continuaram indo para Angola, e o que encontramos nas documentações são os vários pedidos de socorro de Angola ao Brasil. “Guerra Preta” foi o termo utilizado pelos portugueses aonde africanos eram recrutados pelos europeus para lutar contra os próprios africanos, e os soldados vindo do Brasil eram complementares nesse corpo militar²¹⁴. Os conflitos entre os grupos africanos, e o uso deles como soldados para lutar pelos portugueses, se enquadram nos vários interesses entre os grupos locais, cada grupo pretendia tirar vantagem da situação da melhor forma possível.

Vieira sai de Pernambuco em direção a Angola com a decisão de fazer guerra ao rei do Congo por conta da dificuldade que o mesmo empunha no trato negreiro. Os Problemas de Portugal e o Reino do Congo eram de longa data, mas a situação se agrava em 1641, quando Garcia II, Kimpaco, destrona seu irmão e assume a coroa do Congo, no mesmo ano que o holandeses chegam em Luanda, Garcia II presta auxilio aos flamengos com tropas negras para combater os lusos, que se refugiam em Massangano. Esse mesmo rei em maio de

²¹³ MMA-S1-V12-P 237,239.

²¹⁴ FERREIRA, Roquinaldo. Op. Cit., p. 4-8.

1643 envia embaixadores seus para negociar o trato negreiro diretamente com Mauricio de Nassau, no Recife. Durante toda ocupação holandesa em Angola, Garcia II junto com Nzinga, influenciam os reinos e sobas, que até então alguns deles eram submissos aos lusos, a se levantar contra eles, além do que, o Congo recupera terras que os portugueses tinham tomado com a colonização em Angola, absorvendo grande número de escravos. Outro problema era que Garcia II admitia em suas terras, frades capuchinhos italianos e espanhóis. Até o momento os jesuítas portugueses eram quem dominavam as missões na África Central, a política externa do reino do Congo era de romper com os intermediários no que se refere as questões econômicas, políticas, e religiosas, diminuindo ainda mais as influências portuguesas na região²¹⁵.

Com a reconquista de Angola em 1648, Salvador de Sá envia tropas sob o comando de Bartolomeu de Vasconcelos da Cunha, em direção ao Congo, degolando os sobas inimigos no caminho, com essa ameaça Garcia II enviou embaixadores para um tratado de paz em Luanda, e que nas obrigações estavam devolver terras anexadas no período dos holandeses e restituir todos os escravos fugidos e capturados. Este tratado não foi cumprido e Garcia II enganou os governadores anteriores a Vieira com a promessa de fazer cumprir os tratados, e ainda atrapalhava os negócios negreiros dos lusos nos sertões. A grande questão era que Garcia II não estava isolado, tinha aliados no clero mestiço do Congo que intervinha diretamente com Roma e ainda com Madri²¹⁶, além dos outros estados marítimos europeus, com quem tinha negócios através do porto de Pinda, o que fez com que uma guerra direta contra ele teria que ter uma boa justificativa repassada pelos portugueses²¹⁷.

Quando de sua chegada em Angola Vieira trata de justificar a guerra contra o Congo, tenta criar uma rede de influências para ter uma base aliada que lhe daria mais credibilidade perante a Coroa. Nas cartas enviadas a Coroa portuguesa, Vieira fazia questão de mostrar que sempre consultava o conselho de Luanda nas decisões, e que sempre teve unanimidade nos votos. Talvez fosse um interesse em comum a guerra contra o Congo, pois no governo de Luís Martins de Sousa Chichorro a câmara de Luanda tem a mesma atitude de apoiar a guerra²¹⁸, já Luis Felipe de Alencastro discorda e tem a ideia de que:

²¹⁵ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Op. Cit., p. 284-285.

²¹⁶ Em 6 de outubro de 1660, o secretário da Propaganda Fide envia uma carta ao Cardeal Vírginio Orsini, solicitando que se peça ao governador de Angola que compreenda mais o rei do Congo. MMA-S1-V12-P 309.

²¹⁷ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Op. Cit., p. 286.

²¹⁸ Auto sobre a declaração de guerra a D. Garcia II, Rei do Congo, datada de 9 de junho de 1657. MMA-S1-V12-P 124-125.

Manipulada por João Fernandes, a Câmara de Luanda se aparta de sua política tradicional, favorável ao trato indireto mediante o comércio sertanejo, e apoia a guerra do Congo. Num documento cuja fanfarronice mostra que seus autores molharam a pena no tinteiro de João Fernandes²¹⁹.

O documento que Alencastro se refere é a carta da câmara de Luanda ao Rei D. Afonso VI, datada de 29 de abril de 1659²²⁰, a qual a câmara justifica a guerra pelo fato de que muitos moradores estavam empobrecidos por conta da dificuldade de comercializar escravos, pois muitos fugiam e eram acobertados nas terras do Congo, havia um sentimento de insegurança da posse dos escravos, os mesmos reclamam da administração de Salvador Correia de Sá, que havia fugido da guerra contra o Congo e Quissama, e que Vieira seria a pessoa certa para fazer guerra ao Congo pelo seu prestígio militar e temor que já impunha na África central, e que por conta do não cumprimento do acordo com Salvador de Sá, a câmara de Luanda já tinha proposto a guerra ao Congo desde 1655, e que esse conflito não poderia passar do triênio de Vieira como governador. O conteúdo do documento ainda revela que havia agentes do tráfico mal intencionados em Luanda, e que a Coroa tivesse o cuidado de só fazer contratos com gente de confiança do governo de Angola. Apesar do interesse em comum, Fica evidente o alinhamento da câmara com os objetivos de Vieira, a troca de favores na sua rede de influencias vão desde reclamações com o seu desafeto, Salvador de Sá, como também indicar pessoas de Vieira para o trato negroiro.

A carta da câmara de Luanda retrata parte das justificativas que Vieira coloca em outras correspondências ao Rei, na declaração de Vieira ao conselho e junta de guerra datada de 9 de setembro de 1658²²¹, ele enfatiza que os portugueses estavam sem reputação de armas, pelas várias derrotas no período de ocupação holandesa, ele dá um exemplo da carta de um oficial de guerra do sertão que diz que vários sobas só obedecem ao Rei do Congo e a Rainha Nzinga de Matamba, e que alguns sobas aliados eram vítimas dos rebeldes²²², como o jaga Calandula que foi degolado por se manter fiel aos lusos, e também o soba D. Simão, do Dembo, que ameaça romper a aliança se Portugal não oferecer a proteção necessária aos seus vassallos. O soba Cassange também ameaça romper com o tratado comercial por conta do perigo nas rotas do Libolo, Quissama e Congo. Vieira relata que tudo isso era um desaforo e um desrespeito, logo a Coroa deveria dar a autorização para ele combater os sobas rebeldes e reconquistar a reputação de armas, recuperando as rotas comerciais terrestres e até mesmo as missões de evangelização nas regiões. A junta de guerra deu parecer favorável a Vieira, e

²¹⁹ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Op. Cit., p. 285.

²²⁰ MMA-S1-V12-P 231-233.

²²¹ MMA-S1-V12-P 172-175.

²²² Perspectiva dos portugueses.

sobre o reino do Congo a ordem foi cobrar o cumprimento do acordo feito no período de Salvador de Sá.

Depois de ter consultado a câmara de Luanda e de ter tido o apoio necessário, Vieira cria um documento de declaração de guerra ao Reino do Congo, datado de 11 de março de 1659²²³, com várias justificativas para o conflito, Vieira inicia culpando o Congo e Garcia II como principais responsáveis pela perda de Angola aos holandeses. Lembra ainda sobre o envio de embaixadores do Congo para o Recife negociar com Mauricio de Nassau, e ainda diretamente com a Holanda. Acusa Garcia II de ter cometido várias atrocidades contra os lusos, mais do que todos os inimigos juntos, como saques a fazendas, vilas e vassalos da Coroa portuguesa. Levanta que o catolicismo praticado no Reino do Congo era só de fachada, o mesmo tinha suas práticas pagãs e o próprio Rei não utilizava seu nome cristão²²⁴. Vieira ainda tem a informação de que Garcia II tinha entrado em contato com Nzinga recentemente para uma possível aliança contra os lusos²²⁵. Vieira acusa também Garcia II de enganador, pois ainda não tinha cumprido o acordo que tinha feito com Salvador de Sá, trapaceando com falsas promessas os outros governadores até então, e queria fazer o mesmo com Vieira. No documento Vieira relata que no início do seu governo tinha dado um ultimato ao Rei do Congo, o mesmo tinha oito meses para cumprir o acordo de Salvador de Sá, senão haveria a guerra. Próximo do prazo chegar ao fim, o rei do Congo envia, talvez para ganhar tempo ou até mesmo enganar, 200 escravos formados de velhos e crianças, o que para Vieira foi um grande desaforo. Fica claro nesse documento que o maior problema para Vieira foi o número de escravos lusos nas terras do Congo, que tinham sido capturados, e na maior parte de fugidos, o que na opinião de Vieira o Congo funcionava como um grande quilombo, como acontecia em Pernambuco com o Quilombo dos Palmares²²⁶. Três dias depois da declaração, Vieira tem o apoio unânime dos conselheiros de Luanda, e os mesmos afirmam que o exército e os aliados estavam prontos para a guerra.

²²³ MMA-S1-V12-P 224-229. Em 20 de dezembro de 1661, André Vidal de Negreiros utiliza esse documento para aumentar seus argumentos na guerra com o Congo.

²²⁴ Informações que Vieira adquire através de padres capuchinhos que tinham vindo de São Salvador, capital do Congo. Essa vai ser uma das principais justificativas de André Vidal de Negreiros para a guerra. Esse caráter pagão do cristianismo do reino do Congo é um assunto que preocupa Roma. O Papa Alexandre VII, envia uma carta a Garcia II, datada de 5 de outubro de 1660, que incita o rei de exterminar as práticas pagãs viciosas da população. MMA-S1-V12-P 301-302.

²²⁵ Desde 1656 Nzinga tinha sido neutralizada como ameaça aos portugueses por conta da sua conversão ao cristianismo e o acordo diplomático com o governado Luis de Sousa.

²²⁶ Sobre o Quilombo dos Palmares ver: GOMES, Flávio. **Palmares: escravidão e resistência no Atlântico**. São Paulo: Contexto, 2011.

Ainda sem a autorização para a guerra, Vieira escreve ao Rei D. Afonso VI, em 7 de maio de 1659²²⁷, solicitando a autorização com novas justificativas, Vieira relata que não tinha mais como negociar uma paz, pois já tinha oferecido amizade ao rei do Congo em troca do cumprimento do acordo de Salvador de Sá, e que ao contrário Garcia II continuava acoitando escravos fugidos em suas terras. E que a única alternativa para recuperar o prestígio e se consolidar de vez na África central era fazer guerra ao Congo, o mesmo enfatiza de que se o Congo cair os outros sobas rebeldes também o vão, e que o melhor mês para a guerra seria no próximo mês de junho²²⁸. Nessa carta Vieira tem o apoio de uma junta religiosa, formada por franciscanos, capuchinhos e jesuítas, apoiando a guerra e relatando o caráter pagão do cristianismo no Congo.

Três dias depois Vieira envia outra carta ao Rei de Portugal²²⁹, a qual enfatiza seus feitos como governador e capitão-general, relata sobre a captura de embarcações holandesas e inglesas na Costa de Angola, como também o sucesso na guerra dos sertões com os sobas rebeldes de Ambaca, Libolo, Benguela e Quissama. Relata também sobre suas obras de fortalecimento de Luanda com custos baixos para a Coroa. Talvez uma forma de justificar ainda mais a guerra contra o Congo, mostrando a sua competência como gestor e militar para levar mais credibilidade perante a Coroa. Quatro meses depois, Vieira escreve outra carta ao Rei D. Afonso VI, datada de 24 de setembro de 1659²³⁰, a qual relata a vontade do povo de Luanda em fazer guerra ao reino do Congo, desde o tempo de Luis de Sousa Chichorro, e que continuam aguardando a autorização da Coroa.

Na documentação fica evidente a determinação de Vieira em combater o reino do Congo, o que só acontece em 1665 com o seu sucessor André Vidal de Negreiros, o receio da Coroa portuguesa em atender as reivindicações de fazer a guerra pode ser explicado pelo contexto europeu, pois Portugal ainda estava em conflito e negociações com a Espanha e a Holanda, e uma guerra aberta ao Congo poderia ter um custo muito alto, além de possibilidade da derrota e colocar em risco os territórios já conquistados. Mas a insistência de Vieira diminuiu pelo fato de que, ou no fim de 1659 ou no início de 1660, o rei do Congo cumpre parte do acordo de Salvador de Sá, entregando parte dos escravos fugidos que estavam em suas terras, Vieira manda entregar os escravos aos seus devidos donos²³¹. Vieira

²²⁷ MMA-S1-V12-P 234-236.

²²⁸ Talvez pelo fato das chuvas favorecerem as tropas vindas do Brasil.

²²⁹ MMA-S1-V12-P 237-239.

²³⁰ MMA-S1-V2-P 271.

²³¹ CADORNEGA, Antonio de Oliveira de. **História geral das guerras angolanas, Tomo II**. Op. Cit., p 181.

não consegue a guerra contra o Congo, mas parte do acordo cumprido por Garcia II foi algo que nenhum dos seus antecessores tinha conquistado.

Com a autorização de combater os sobas rebeldes na junta de 9 de setembro de 1658, e enquanto esperava a posição do Congo com relação ao ultimato, Vieira organiza um exército de 400 homens, entre soldados pagos, moradores e sertanejos, para combater nos sertões, sob o comando do capitão-mor Bartolomeu de Vasconcelos da Cunha, marcham para Ambaca, terras do soba Angolomem Acayta, que foi aliado de Nzinga no período dos holandeses, matando muitos portugueses nas campanhas militares dos Empures²³². No caminho recrutam mais homens em Massangano, e alguns quimbares²³³ aliados de D. Felipe do Ndongo e do jaga Cabucu Candongo. O conflito foi em campo aberto, e foi uma grande vitória das tropas de Bartolomeu da Cunha, e muitos derrotados se refugiaram nas cavernas. Bartolomeu cria um cerco que dura quatro meses²³⁴, em que padecem muita gente de fome, tanto nas cavernas como entre os soldados aliados lusos, a rendição dos rebeldes acontece e os seus líderes são degolados e os prisioneiros feitos de escravos, repartidos²³⁵ entre os oficiais e soldados lusos, os moradores de Massangano ficam de fora da partilha, o que gera muita insatisfação²³⁶.

Com a vitória em Ambaca, as tropas seguiram para combater os sobas Dambi Angonga e Quitexi Cambamb nas matas fechadas da terra dos Dembos, que haviam cometido insultos contra os vassalos da Coroa portuguesa, além da resistência ao cristianismo e a ocupação lusa na região. Na empreitada houve a substituição de comando, Bartolomeu da Cunha foi substituído por João de Oliveira Delgado, vindo do Reino de Portugal, o que foi um erro pelo fato do conflito exigir uma experiência de combate com a geografia dos trópicos, sobretudo as táticas de guerrilha vindas do Brasil. No conflito há muitas baixas dos dois lados, muitos dembos fogem para as terras do Congo, João Delgado sofre várias derrotas, e é acusado de tratamento desumano com os seus soldados, muitos passam fome e não são pagos, o que faz com que muitos soldados de Massangano desertem levando munições consigo. Esses acontecimentos trazem como consequência o fracasso da campanha, fazendo as tropas

²³² Negros que tinham se refugiado em cavernas próximo de Ambaca.

²³³ Capitães dos agrupamentos negros.

²³⁴ CORRÊA, Elias Alexandre da Silva. Op. Cit., p. 275.

²³⁵ 1/5 era destinado a Coroa.

²³⁶ CADORNEGA, Antonio de Oliveira de. **História geral das guerras angolanas, Tomo II**. Op. Cit., p 141-142.

retornarem para Ambaca, e o capitão-mor João Delgado é preso e mandado de volta a Portugal por Vieira²³⁷.

Os sobas da região de Libolo tinham se rebelado contra os vassallos lusos, brancos e negros, impediam a passagem do comércio de marfim. Vieira consulta o conselho e tem a aprovação da guerra na região, consegue 130 homens de Angola somados aos soldados negros comandados por Carirei de São Tomé. Atravessaram o rio Cuanza, lutaram e venceram, criando novas rotas comerciais e novos aliados, principalmente por conta das missões dos capuchinhos. Um deles, o soba Gumza Ambambe da província do Aco, se torna um grande aliado avassalando outros sobas da região, como o Quilembe Lembi da província dos Sumbis, próximo aos rios Nica e Cubo²³⁸.

Na região de Benguela, apesar de ter sido recuperada no período do governo de Salvador de Sá, havia ladrões do soba Caconda que estavam atrapalhando o comércio terrestre. O que fez Vieira nomear Manoel de Tovar Fróis como capitão-mor de Benguela, o mesmo restaura a paz na região através de negociações e de conflitos armados, criando um percurso terrestre seguro entre Benguela e Luanda, além de recuperar o trato das salinas no sul²³⁹.

Essas conquistas militares geraram um novo ciclo de vassalagem entre os sobas e a Coroa portuguesa representada em Angola pelo governador geral, além de recuperar a reputação de armas que os lusos tinham perdido com o período holandês, o que serviu para pressionar ainda mais o reino do Congo em cumprir o acordo feito com Salvador de Sá. Mesmo com esse aspecto positivo para Portugal nas ações de Vieira, o mesmo vai ser acusado de criar guerras no sertão apenas para gerar escravos e transportá-los para Pernambuco. Alguns moradores de Angola através do provedor escreveram ao rei, em 1660, acusando os governadores nessa jogada de interesses²⁴⁰, como explica Luiz Felipe de Alencastro:

²³⁷ Ibid., p. 150-155. José Antonio Gonsalves de Mello (2000: p. 342) afirma que Vieira acusa João Delgado de traição, e que o mesmo queria dar um golpe assumindo o posto de governador, e ainda amotinando alguns moradores e soldados da povoação de Massangano. Ver também carta de Vieira ao Rei de Portugal, datada de 6 de outubro de 1660. MMA-S1-V12-P 305-306.

²³⁸ CADORNEGA, Antonio de Oliveira de. **História geral das guerras angolanas, Tomo II**. Op. Cit., p. 157-162.

²³⁹ CUNHA MATOS, Brigadeiro R. J. da. **Compêndio histórico das possessões de Portugal na África**. Rio de Janeiro: Arquivo nacional. 1963, p. 280. Ver também: MMA- S1-V12-P 306-307.

²⁴⁰ Em carta de 22 de outubro de 1660, o rei proíbe o uso de moradores de Angola nas guerras dos sertões, salvo os casos de ações defensivas. **Arquivos de Angola**. Série 1, volume 2, número 9. Luanda: Conselho Superior de Estatística, 1936, p 133-134.

O provedor de Angola expusera de maneira arrasadora a pilhagem brasileira em Angola. Segundo ele, os governadores atacavam os sobas aliados, escravizando nativos e mandando-os para o Brasil. João Fernandes cativava um sobado inteiro da região do Libolo, despachando esses vassalos de S.M. para o Brasil, onde toda essa gente está em um engenho do dito João Fernandes Vieira²⁴¹.

Vieira vai usar a sua rede de influencias estabelecidas em Angola com o seu prestígio adquirido para se defender dessas acusações. O mesmo em outras situações preferiu não fazer guerra, ou pelo menos não foi autorizado, para resolver dois problemas entre sobas do sertão. O primeiro foi na região de Quissama, o soba Mulumba Acambolo procura Vieira para pedir proteção e construção de uma fortaleza para marcar território contra seu inimigo, o soba Cafuxi. Vieira consulta a câmara de Massangano que informa que já existe uma fortaleza na região próxima de Muxima, e o acordo é que Vieira iria mandar um embaixador para Quissama, a qual negociou a paz entre os sobas, estabelecendo boas relações comerciais, sobretudo recuperando o trato salino no rio Cuanza²⁴². A outra situação foi que o rei do Ndongo, D. Felipe, invade e saqueia terras da província do Aco, o soba Amgolomen Acacombe solicita intervenção de Vieira, e o mesmo ordena que D. Felipe devolva as terras e os produtos dos saques, D. Felipe como um bom vassalo obedece ao governador²⁴³.

Com relação a rainha Nzinga, que tinha se aliado aos lusos no governo de Chichorro, se tem o relato que em 1658 Nzinga combate uma invasão do rei de Quissica em suas terras, conquistando uma grande vitória, a partir daí ela se dedica ao cristianismo até a sua morte em 1663²⁴⁴. Em julho de 1660, chega a Angola, vindo do reino de Matamba, o frei capuchinho Antonio Romano, ele leva de Massangano gente e material para construir uma grande igreja em Matamba, tudo pago pela rainha Nzinga através de escravos²⁴⁵. Nesse momento surge notícias de que escravos estavam fugindo da Angola para Matamba. Em carta de 15 de junho de 1660²⁴⁶, enviada a Cadornega, Nzinga se insenta da culpa e se coloca a disposição na ajuda de recuperar os negros fugidos.

²⁴¹ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Op. Cit., p. 289.

²⁴² CADORNEGA, Antonio de Oliveira de. **História geral das guerras angolanas, Tomo II.** Op. Cit., p. 165-166.

²⁴³ Ibid., p. 175-176.

²⁴⁴ CUNHA MATOS, Brigadeiro R. J. da. Op. Cit., p. 281.

²⁴⁵ CADORNEGA, Antonio de Oliveira de. **História geral das guerras angolanas, Tomo II.** Op. Cit., p. 167, 172.

²⁴⁶ MMA-S1-V12-P 289.

3.6 Os conflitos com Massangano

Como Vieira tinha colocado gente sua vinda do Brasil para ocupar cargos de maior importância no governo de Angola, e tinha que conseguir o apoio da gente da terra na sua rede de influências, o mesmo tenta compensar essa diferença de tratamento entre os chegados e os colonos da terra de alguma forma, principalmente com os moradores de Massangano, que tinha sido o lugar de resistência aos sete anos de conflitos no período holandês. Portanto Vieira solicita e tem a autorização de passar a fortaleza de Massangano aos termos de Vila, com uma câmara própria. Em carta datada de 18 de julho de 1658²⁴⁷, Vieira enaltece a importância da região e dos seus moradores, e da necessidade de fazer a câmara. Para ocupar os cargos de Juiz, vereadores, procurador do conselho e tesoureiro, Vieira solicita que sejam homens nobres, casados e que sejam moradores da vila. A uma grande possibilidade da influencia de Vieira na escolha dos membros da câmara, pois em carta de 20 de setembro de 1658²⁴⁸ a vila manda uma carta ao governador confirmando a nomeação dos vereadores, e ainda manda dois deles para Luanda organizar o exercido que foi para as guerras nos sertões. E em outra carta de Vieira para a câmara de Massangano, datada de 8 de novembro de 1658²⁴⁹, o governador solicita ajuda da vila de Massangano ao exercito que marcha em direção a Ambaca.

Essa possível relação amistosa foi abalada, quando na partilha dos escravos conquistados na luta em Ambaca com o soba Angolomem Acayta, os moradores de Massangano não foram agraciados, o que levou a uma insatisfação geral entre os da região, até mesmo porque foram quatro meses de cerco. Essa insatisfação foi utilizada pelo novo Capitão-mor do reino João Delgado para criar um motim. Muitos moradores de Massangano fugiram levando consigo grande parte da artilharia, o que levou ao fracasso da expedição na região dos Dembos. Em carta de Vieira ao rei D. Afonso VI, datada de 24 de setembro de 1659²⁵⁰, o mesmo explica a situação dos soldados de Massangano que deserdaram com a munição, os acusando de faltar com as obrigações de vassalos da Coroa. No documento Vieira ainda cita os nomes dos principais lideres do movimento, o capitão Marques e os soldados Lopo do Carvalhal Fogaça, Antonio Ferreira Alfaya, e Antonio Soveral da Fonseca, os acusando de infiéis a Coroa e exigindo punições. No mesmo documento Vieira expõe que teve noticias de que os moradores de Massangano de forma geral não estavam dispostos a

²⁴⁷ MMA-S1-V12-P 169-171.

²⁴⁸ Idem.

²⁴⁹ Idem.

²⁵⁰ MMA-S1-V12-P 272.

obedecer ao governador, principalmente em combater os sobas inimigos. Vieira relata que teria que impor a obediência, até mesmo porque a câmara de Massangano obtinha as provisões reais.

A situação fica ainda mais complicada quando os moradores de Massangano criam uma Casa de misericórdia sem autorização da Coroa e nem do governador. Em carta de 9 de março de 1661²⁵¹, Vieira explica a situação de que havia uma grande reclamação da Casa de Misericórdia de Luanda, pois as misericórdias eram sustentadas por esmolas, e com a criação de outra Casa, as esmolas teriam que ser divididas. Vieira relata ao Rei que não havia necessidade da criação da Casa de misericórdia de Massangano, pois a vila só possuía 40 soldados, e se fosse necessários eles poderiam ir a Casa de Luanda. Portanto Vieira cobra na carta que a Casa de Massangano seja destruída ficando apenas a fortaleza. Vieira ainda acusa os moradores da região de homens de pouca consideração, que não conhecem a lei de Deus e nem temem pela lei do Rei de Portugal. Outra carta ao Rei, desta vez da própria Casa de misericórdia de Luanda²⁵², um dia depois da carta de Vieira, o padre André Pimenta Raposo relata a necessidade que vive a Misericórdia de Luanda, com poucos recursos para acudir tantos enfermos de infantaria, e que a dificuldade seria maior de dividisse as esmolas com a Misericórdia de Massangano. Na carta o padre ainda confirma a desobediência dos moradores da região, já citado por Vieira.

3.7 Vieira e as Ordens Religiosas

Em 1622, o Papa Gregório XV, cria a Propaganda Fide, um órgão que defendia uma política missionária que contrariava o exclusivismo do Padroado português, que era comandado pela Companhia de Jesus²⁵³. A partir da década de 1640, tanto pela perda de Angola aos holandeses, como também o rompimento do reino do Congo com Portugal, chegam na África Central os missionários Capuchinhos²⁵⁴, de nacionalidade italiana e

²⁵¹ MMA-S1-V12-P 320-321.

²⁵² MMA-S1-V12-P 323.

²⁵³ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Op. Cit., p. 277.

²⁵⁴ A Ordem dos Frades Menores Capuchinhos é um movimento franciscano reformista, iniciado em abril ou maio de 1525. Os pioneiros, frei Mateus de Bascio e os irmãos Tenaglia, frei Ludovico e frei Rafael de Fossombrone, foram considerados apóstatas pelo documento papal de 8 de março de 1526. Porém, contaram com a acolhida dos camaldulenses e o apoio de Catarina Cybo, duquesa de Camerino e sobrinha do Papa Clemente VII. Assim, no dia 18 de maio de 1526, os três frades receberam autorização papal para viverem de forma eremítica nos arredores de Camerino, Itália. Estes pobres frades causavam admiração, encanto e benevolência por viverem na pobreza e austeridade, na solidão contemplativa e presença solidária nas necessidades sociais, por sua pregação feita com simplicidade e entusiasmo na linguagem popular, por seu hábito

espanhola. Para Portugal, que ainda estava em guerra com a Espanha, ter missionários espanhóis em suas possessões no ultramar era um grande perigo, pois poderia ser espiões da Coroa espanhola, ou então uma forma dos castelhanos se fazerem presentes para uma possível ocupação. Com o início das missões capuchinhas tanto no Congo como nos sertões de Angola, ficou evidenciado a falta de compromisso dos Jesuítas na propagação da fé, os mesmos tinham se engajado nos negócios da África central, sobretudo o tráfico de escravos. Em carta ao rei de Portugal, datada de 24 de agosto de 1648, o Padre Nuno da Cunha aponta as dificuldades que os portugueses tinham em manter as suas conquistas, pela falta de missionários, e os que se encontravam na região não exerciam mais a pregação da fé²⁵⁵. Em carta de 1655, desta vez do Capuchinho Serafim de Cortona, que foi prefeito da missão de Matamba, é denunciado que o interesse dos Jesuítas no Congo, foi pelo fato de possuírem muitos escravos na região, em torno de 2.000, e que isso exigia transações comerciais continuas, esse seria o fato da Companhia de Jesus não querer outras ordens religiosas que só tratavam de ter escravos para o céu²⁵⁶. Em outra carta do Frei Serafim de Cortona, em 31 de janeiro de 1660, encaminhada a Propaganda Fide²⁵⁷, o frei queixa-se contra os problemas de jurisdição envolvendo os jesuítas. Outra denuncia no envolvimento dos Jesuítas no tráfico de escravos para o Brasil é uma carta do Padre José Maria de Busseto aos Cardeais da Propaganda Fide, datada de 8 de março de 1687²⁵⁸.

Portugal encontrava-se em uma situação bastante complicada, pois precisa dos missionários para recuperar as alianças no interior, nesse caso os capuchinhos tiveram um grande destaque, principalmente na conversão da rainha Nzinga, e na do Jaga Cassange²⁵⁹, a onde os lusos recuperaram um grande mercado de escravos no sertão. Apesar da conveniência, a Coroa teve várias restrições a entrada dos capuchinhos nas suas possessões na África Central, a prioridade eram dos missionários portugueses, as quais a Coroa teria que agir com muita cautela, pois a cultura política lusa favorecia os Jesuítas pelo fato deles terem dado apoio aos lusos na restauração de 1640.

simples e estilo bem traçado, pelo afastamento do mundo e vida eremítica. Em torno de 1580, os Capuchinhos, somente na Itália, eram 3500 frades, vivendo em 300 conventos e divididos em 18 províncias.

²⁵⁵ MMA-S1-V10-P 212.

²⁵⁶ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Op. Cit., p. 278.

²⁵⁷ MMA-S1-V12-P 280.

²⁵⁸ MMA-S1-V14-P 47-48.

²⁵⁹ São várias as correspondências de Nzinga solicitando mais missionários capuchinhos para batismo e conversão do seu povo e sobas vassalos. MONTECÚCCOLO, Pe. João António Cavazzi de. **Descrição histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola. Volume 2.** Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1965, p. 339, 343-344. O Frei Serafim de Cortona relata as mesmas solicitações de Nzinga e também do soba Cassange (MMA-S1-V12-P 202-203).

É nesse contexto de intrigas entre as Ordens religiosas que João Fernandes Vieira foi governar Angola. Diante dos interesses que Vieira tinha com relação ao tráfico de escravos, a possibilidade do mesmo estar ciente da situação das Ordens em Angola é grande, ainda mais pelos acontecimentos que se seguem no seu governo. Talvez como forma de neutralizar ou diminuir a concorrência da Companhia de Jesus nos negócios em Angola, Vieira já poderia ter feito alianças com a Ordem dos Capuchinhos antes mesmo da sua chegada à África, pois assim que toma posse do governo de Angola, já tem início os atritos entre o governador e os Jesuítas.

Três dias após a sua posse²⁶⁰, Vieira se depara com uma situação que vai se estender por um bom tempo. Assim que chega em Luanda, Vieira observa que existia um número grande de animais nas ruas, e que isso trazia maus cheiros e poderia trazer doenças, um caso de abalo a saúde pública. Vieira é informado que os oficiais da câmara de Luanda tinham proibido que esses animais “sevados”²⁶¹, ficassem soltos nas ruas, justamente para evitar imundices e enfermidades contagiosas. Como a proibição não tinha causado o efeito desejado, Vieira ordena aos soldados que matem os animais que se encontrassem nessa situação. No dia 21 de abril de 1658, três soldados vindos de Pernambuco estavam em patrulha e viram 2 ou 3 sevados na rua, e logo foram a captura para matar os animais. Vendo o cenário, negros armados de arco-e-flechas foram evitar a captura dos animais e entraram em conflito com os soldados, deixando-os feridos e um em estado muito grave. Sabendo do acontecido, Vieira manda prender os negros, e se houvesse resistência que os soldados poderiam mata-los. Três negros foram presos, e vários outros ficaram a ofender os soldados. Vieira fica sabendo logo após a prisão dos negros, que eles pertenciam ao Colégio dos Jesuítas, como também os animais que eles estavam evitando a captura. Tendo o conhecimento do caso, Vieira manda soltar os presos, mas quando os jesuítas descobrem o acontecido, o tem como uma grande ofensa. Tendo como Reitor do Colégio dos Jesuítas o Padre Francisco Pinheiro, a qual convoca uma reunião com a Ordem em portas fechadas, executam no dia 28 do mesmo mês a excomunhão dos mandantes e dos que executaram a

²⁶⁰ José Antonio Gonsalves de Mello afirma que o acontecido foi no dia 23, cinco dias após a posse (2000: p. 345), mas em um requerimento datado de 15 de setembro de 1659, a informação é de que o acontecido foi três dias após a posse de 18 de abril de 1658 (MMA-S1-V12-P 260).

²⁶¹ Tanto José Antonio Gonsalves de Mello (2000: p. 344), quanto Luiz Felipe de Alencastro (2000: p. 277) afirmam que os animais seriam porcos, mas em nenhum documento analisado se tem essa informação, o que a documentação informa é que foram animais sevados, e de acordo com o dicionário do início do século XVIII, sevados tanto pode significar animais gordos, como porcos ou aves, como também pode significar animais encarniçados, ou doentes. BLUTEAU, Pe. Raphael. Op. Cit., p 259.

ordem de prender os negros, e ainda fixaram nas igrejas de Luanda a excomunhão, o que foi uma grande ofensa ao governador, por o mesmo se sentir escandalizado²⁶².

Com a excomunhão, Vieira logo trata de reverter a situação a seu favor, seria uma boa oportunidade de colocar a autoridade dos jesuítas em xeque. Em carta de Vieira ao Rei, datada de 15 de setembro de 1659²⁶³, Vieira relata que consultou sobre o caso alguns juristas e vários doutores teólogos, além de outros religiosos, como o Frei Manoel de Macedo que tinha muito prestígio perante a cristandade. Os mesmos dizem que a excomunhão dos jesuítas era nula e sem efeitos, pois não houve violência nem abuso aos eclesiásticos, e a causa de Vieira era justa, e que não houve excessos de jurisdição. A possibilidade dos capuchinhos terem apoiado Vieira pode ser confirmada por uma carta que ele envia para a Propaganda Fide, datada de 5 de julho de 1658²⁶⁴, a qual relata o acontecido e queixa-se dos jesuítas de Luanda, e pede providências enérgicas contra os excessos por eles cometidos. Não era comum um governador se dirigir a Propaganda Fide para resolver assuntos relacionados aos jesuítas portugueses. Vieira também prepara um dossiê com várias informações sobre a conduta dos jesuítas em Luanda, talvez com ajuda dos capuchinhos, e envia as informações em carta ao Rei, datada de 5 de novembro de 1658²⁶⁵. No documento, Vieira explica que os 2000 cruzados de esmolas dados a Companhia de Jesus por ano não eram mais necessários, deveria ser investido na fortificação de Angola, pois essas esmolas eram concedidas para os religiosos que não possuíam bens a qual possam se sustentar, e que se dedicavam exclusivamente na propagação da fé, divulgação do evangelho e conversão das almas. Vieira explica que os jesuítas tinham deixado todas essas obrigações de lado, pois tinham se tornado grandes proprietários, com 50 fazendas nos melhores lugares de Angola, com a posse de 10 mil escravos, e ainda tinham uma receita de 1 milhão de cruzados pelos alugueis das melhores casas de Luanda²⁶⁶. Vieira os acusa também de não irem mais aos sertões para as missões evangélicas, os mesmos ficam na cidade para tratar de seus negócios, principalmente no tráfico de escravos, a qual também são acusados de não pagar pelos serviços de alguns pumbeiros. Vieira ainda afirma a participação dos jesuítas no tráfico, quando diz que são

²⁶² O relato detalhado do acontecido se encontra na carta de Vieira ao Rei, datada de 15 de setembro de 1659. MMA-S1-V12-P 261-265. Vieira tinha mandado a mesma carta no ano de 1658, mas a correspondência foi extraviada por um ataque de piratas. Não se encontrou documentos que pudessem servir como análise da versão dos jesuítas sobre o acontecido.

²⁶³ MMA-S1-V12-P 263-264.

²⁶⁴ MMA-S1-V12-P 167-168.

²⁶⁵ MMA-S1-V12-P 179-189.

²⁶⁶ Na relação, de 1760, dos bens confiscados aos jesuítas, depois da expulsão dos mesmos de Portugal e do ultramar, já na sua decadência, ainda tinham em Angola 19 fazendas e 1.080 escravos. GONSALVES DE MELLO, José Antonio. Op. Cit., p. 349.

poucos padres para uma quantidade enorme de escravos. O governador de Angola anterior a Vieira, Luis de Sousa Chichorro, já tinha informado algumas irregularidades na conduta dos jesuítas²⁶⁷, mas é no relato de Vieira que as acusações são mais contundentes.

No requerimento de 15 de setembro de 1659²⁶⁸, o dossiê enviado por Vieira é repetido, e ainda é acrescentado que os jesuítas já tinham criado problemas com outros governadores anteriormente, e os mesmos não respeitavam as devidas jurisdições, querendo governar Angola de acordo com seus interesses. No mesmo documento os jesuítas são acusados de serem mentirosos e ambiciosos. Fica claro no documento os conflitos entre o poder espiritual e temporal, a qual a solicitação é de que os jesuítas não interferissem nos assuntos de governo.

Não se pode afirmar se foi a Coroa ou o Conselho Ultramarino que demorou a tomar providências com relação ao acontecido, pois em carta ao Rei, de 20 de setembro de 1659²⁶⁹, Vieira repete o dossiê contra os jesuítas, enfatizando ainda mais a participação dos mesmos no tráfico de escravos. Essa seria a maior questão levantada por Vieira, sobretudo pela concorrência aos seus agentes no trato negreiro. Quase um ano depois da última carta de Vieira, onde ele já não era mais o governador de Angola, e já tinha retornado para Pernambuco, é que o Conselho Ultramarino dá o parecer sobre o assunto, talvez fosse uma questão de ordem dar os pareceres sobre esses tipos de conflitos após o mandado do governador. O Conselho formado pelo Conde de Soure, por Simão de Miranda Henriques, Jerônimo de Melo de Castro, Feliciano Dourado, e Francisco de Valladares Souto Maior, dão parecer favorável a Vieira, em 8 de novembro de 1661²⁷⁰, a qual relatam ao Rei os acontecidos, baseado na carta de Vieira de 15 de setembro de 1659. O Conselho informa ao rei, a gravidade da situação por se tratar de um conflito de jurisdição, acusa os padres da Companhia de Jesus de terem incentivado a ousadia dos negros contra os soldados lusos, pois no momento do conflito, testemunhas dizem que os padres mandaram os negros matarem os soldados. Os jesuítas também são acusados de darem privilégios aos negros, o que na visão do Conselho isso seria muito perigoso, pois os negros poderiam se aproveitar disso para criar um motim e até mesmo lutar pela autonomia na região. Ainda relatam que Vieira tinha agido no seu direito e tinha feito muito bem em punir os negros rebeldes para evitar qualquer mau exemplo, o Conselho também envia um parecer dos doutores teólogos que Vieira já tinha exposto anteriormente. Para concluir o caso o Conselho sugere que o novo governador de

²⁶⁷ Ibid., p. 349.

²⁶⁸ MMA-S1-V12-P 260-261.

²⁶⁹ Idem.

²⁷⁰ MMA-S1-V12-P 349-355.

Angola, André Vidal de Negreiros, puna os negros rebeldes com mais vigor. E com relação aos jesuítas o Conselho sugere retirar as suas ordenações²⁷¹, e ainda enviam uma carta ao ministro do Santo Ofício²⁷² explicando o acontecido e exigindo punições aos jesuítas, a qual o Conselho também expõe conflitos semelhantes no Brasil e em algumas possessões na Ásia. As sugestões tem a aprovação do rei D. Afonso VI, a qual tem sua assinatura no documento.

Com a saída da Rainha mãe, D. Luisa de Gusmão, da regência de Portugal, em 1662, e sob a influência do ministro Luis de Vasconcelos Souza, o Conde de Castelo Melhor, D. Afonso VI toma medidas mais enérgicas sobre o conflito entre Vieira e os jesuítas. O Rei envia duas cartas no mesmo dia, 9 de dezembro de 1662, uma para o governador de Angola, André Vidal de Negreiros, a qual exige que se faça uma devassa ao Colégio dos Jesuítas. E outra carta diretamente ao Reitor do Colégio dos Jesuítas, exigindo respeito aos governadores, enfatizando que a jurisdição eclesiástica não deve intervir no julgamento real, e os governadores seriam representantes desse poder, na mesma carta o rei se mostra desgostoso com a excomunhão de Vieira pelos padres. Essas ações podem apontar um início de mudança na forma de governar, pois Castelo Melhor assumiu como ministro, e tenta romper com práticas ainda do governo de D. João IV, que tem continuidade na regência de D. Luisa de Gusmão, sobretudo nas trocas de favores com os jesuítas que tinham apoiado a restauração de 1640.

Esse conflito entre Vieira e os Jesuítas foi um marco que representa o início da diminuição dos privilégios dessa Ordem na África central, que vai se consolidar com a expulsão da Companhia de Jesus no reino de Portugal e nas suas possessões no ultramar, em 1759, no governo de D. José, e o ministro Marques de Pombal²⁷³. Vieira não foi o único problema dos jesuítas, os mesmos tinham conflitos com outras Ordens religiosas, principalmente os capuchinhos que cada vez mais adquiriam prestígios pelas suas atuações missionárias nos sertões de Angola.

Em consulta do Conselho Ultramarino, datada de 25 de janeiro de 1659²⁷⁴, o Conselho elogia o Frei capuchinho Serafim de Cortona, prefeito da missão de Matamba, relatando a sua boa serventia e afirmando a necessidade de enviar mais missionários para o batismo e conversão dos sobas e seus vassalos no sertão de Angola, para não ocorrer o risco de quando Nzinga e Cassange morrerem a Fé de Cristo na região não chegue ao fim. O Conselho solicita que outras Ordens entrem nos sertões para as missões evangélicas, como o

²⁷¹ As esmolas anuais de 2.000 cruzeiros.

²⁷² A carta é enviada em 14 de outubro de 1662.

²⁷³ MARQUES, A. H. de Oliveira. Op. Cit., p. 571.

²⁷⁴ MMA-S1-V12-P 209-211.

fazem os capuchinhos, ameaçando retirar as esmolas ordinárias. O mesmo Conselho afirma que era melhor, naturais de Portugal atuarem nas missões do que os estrangeiros. Essa afirmação do Conselho mostra que mesmo servindo bem a Coroa, os capuchinhos estrangeiros ainda eram vistos com desconfiança. Isso fica evidente em uma carta, do regente D. Pedro II, datada de 20 de dezembro de 1667²⁷⁵, a qual ele dá licença para os capuchinhos missionarem em Angola, desde que os mesmo não sejam da Espanha, e que ainda passem em Lisboa com carta do Cardeal Protetor de Portugal na Cúria Romana. Essa desconfiança é confirmada ainda pelo fato de que em 1686, os missionários de nacionalidade não portuguesa deviam fazer um juramento de lealdade ao Rei de Portugal antes de embarcarem para os territórios lusos na África²⁷⁶. Uma das preocupações dos portugueses era por conta de que os capuchinhos se mostravam contra o tráfico de escravos²⁷⁷.

As relações entre Vieira e os capuchinhos não tiveram maiores problemas, talvez pelo fato da aliança contra os jesuítas, mas também por um outro interesse em comum, ligar por terra Angola a Moçambique, o próprio prefeito da missão de Matamba levanta a possibilidade de continuar as pregações nos sertões até a outra Costa africana, o que para Vieira seria uma grande oportunidade de ampliar a zona de influência para o tráfico de escravos²⁷⁸. O próprio Frei capuchinho Cavazzi em sua obra fez vários elogios a Vieira e suas ações como governador²⁷⁹. E em outra situação, logo no início do governo de Vieira, os capuchinhos tomam partido de um conflito entre os jesuítas e os irmãos da Confraria de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, a qual os jesuítas se apropriavam das esmolas dos irmãos do Rosário, os capuchinhos denunciam a situação a Propaganda Fide²⁸⁰.

É no governo de Vieira que chegam em Angola a Ordem dos Carmelitas Descalços²⁸¹, Talvez com o propósito de equilibrar as forças entre jesuítas e capuchinhos, ou mesmo preencher os sertões de Angola com missionários portugueses, já que os jesuítas não

²⁷⁵ MMA-S1-V13-P 66.

²⁷⁶ MMA-S1-V14-P 37-39.

²⁷⁷ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Op. Cit., p. 277.

²⁷⁸ MMA-S1-V12-P 212.

²⁷⁹ MONTECÚCCOLO, Pe. João António Cavazzi de. Op. Cit., p. 250-261.

²⁸⁰ MMA-S1-V12-P 164-165.

²⁸¹ No século XVI, Santa Teresa de Ávila iniciou um processo de reforma ao carisma carmelita. Fez um voto de que haveria de seguir sempre o caminho da perfeição, e resolveu mantê-lo o mais próximo possível daquilo que a Regra do Carmo permitia. Numa noite do mês de Setembro de 1560, Teresa de Ávila decidiu reunir um grupo de freiras na sua cela e, tomando a inspiração primitiva da Ordem do Carmo e a reforma descalça de São Pedro de Alcântara, propôs-lhes a fundação de um mosteiro de tipo eremítico. Em 1562 é, então, fundado um novo mosteiro, que foi especialmente dedicado a São José. Por seu lado, em Duruelo, São João da Cruz e António de Jesus fundaram também um novo e primeiro convento masculino destinado aos frades Carmelitas Descalços. Em 1593, o Papa Clemente VIII concedeu autonomia ao ramo dos Carmelitas Descalços, separando o seu carisma do ramo dos Carmelitas da Antiga Observância.

estavam indo mais ao interior. Em Carta regia, de 7 de janeiro de 1659²⁸², para a câmara de Luanda e ao governador, a Rainha exige que os colonos ofereçam toda a ajuda necessária aos Carmelitas Descalços, sobretudo na construção da Casa e do Hospício da dita Ordem, e se for necessário fazer uso da receita da fazenda real. Com essa mesma afirmação a rainha envia uma carta diretamente a Vieira²⁸³, para o governador ajudar no que for preciso aos Carmelitas, que tinham como missão a conversão dos gentios no reino. A grande preocupação da rainha, e o interesse de Vieira de ter mais aliados no seu jogo político, fez com que os carmelitas fossem muito bem recebidos, e Vieira fez questão de repassar isso para a Coroa. Em carta ao Rei, de 15 de novembro de 1659²⁸⁴, Vieira relata que os carmelitas já estavam bem abrigados e já tinham escolhido o lugar para a construção do hospício, e que não precisaria fazer uso da fazenda real, pois criou um novo imposto específico para a Ordem Carmelita. E o mesmo ainda resalta a necessidade dos carmelitas fazerem missão nos sertões. Provavelmente por influencia de Vieira, a câmara de Luanda envia uma carta ao rei, no mesmo dia da de Vieira, dando graças por ter recebido os Carmelitas Descalços²⁸⁵. Em outra carta datada de 3 de julho de 1660²⁸⁶, Vieira fez uma doação de terras virgens aos Carmelitas Descalços, para que os mesmo construíssem o seu convento, financiado pelo imposto criado por Vieira anteriormente. Não se sabe os favorecimentos que Vieira teve da Ordem, mas o fato do mesmo ter feito valer os pedidos da rainha, podem ter lhe dado um prestígio maior perante o reino, o que pode lhe ter favorecido nas várias acusações que lhe vão ser feitas no fim do governo e de quando já tinha retornado para Pernambuco. E com relação aos Carmelitas Descalços, os mesmos vão cada vez mais ganhar espaço, talvez pelo fato das suas missões no interior, como também pela diminuição de poder dos jesuítas, pois em 4 de abril de 1666, o Rei de Portugal declara que o cargo de pregador do bispado de Angola deveria ser ocupado por um membro da Ordem dos Carmelitas Descalços²⁸⁷.

3.8 O retorno para Pernambuco

Em 10 de maio de 1661, chega em Luanda para tomar posse do governo, André Vidal de Negreiros, parceiro comercial de Vieira, tinha governado Pernambuco durante todo o governo de Vieira em Angola, o que deve ter facilitado muito os negócios no tráfico de

²⁸² MMA-S1-V12-P 206.

²⁸³ Idem.

²⁸⁴ MMA-S1-V12-P 277-278.

²⁸⁵ MMA-S1-V12-P 276.

²⁸⁶ MMA-S1-V12-P 292.

²⁸⁷ MMA-S1-V13-P 15-16.

escravos entre Luanda e Recife. Vieira passa alguns meses com Negreiros, repassando os acontecimentos e as alianças formadas, bem como os problemas ainda a se resolver, principalmente a guerra contra o reino do Congo, e também planejando melhoras no trato negreiro a qual pudessem se aproveitar ao máximo²⁸⁸. Vieira deixa para Negreiros a casa em que residia, com todo o mobiliário, e retorna para Pernambuco na mesma nau que havia chegado em Angola. Ao chegar em Pernambuco, no dia 2 de abril de 1662²⁸⁹, Vieira trata de organizar seus negócios como senhor de engenho e grande comerciante, sempre entrando em contato com seus agentes em Angola, principalmente no governo de Negreiros que foi até 1666.

O Rei, D. Afonso VI, em 1663, determinou que se tirasse a “residência”²⁹⁰ do governo de Vieira em Angola, por conta das várias queixas que se tinham feitos contra ele no Conselho Ultramarino, e que todas as queixas fossem encaminhadas a Jorge da Silva Mascarenhas²⁹¹. A “residência” foi tirada pelo ouvidor-geral de Angola, João de Oliveira de Miranda, sucedido por Antônio de Castro de Sousa. O conselheiro ultramarino, João Falcão de Sousa dá o parecer da devassa em carta ao Rei, datada de 21 de maio de 1665²⁹², o mesmo relata que Vieira tinha cometido desserviços a Fazenda Real, adquirindo lucros injustos, o mesmo sugere que o rei mande sequestrar os bens de Vieira, bem como o prender e leva-lo ao Reino para ser castigado pelos excessos e latrocínios que cometeu, não fazendo respeito ao regimento de Angola, usando poderes absolutos contra os soldados da região, e ainda fazendo de cativos, muitos negros livres²⁹³. A carta ainda informa que Vieira fez um monopólio no fornecimento e sal na região de Benguela, a qual só poderia ser comprado dos seus agentes e por um preço muito alto²⁹⁴. João Falcão ainda sugere que Vieira seja punido para servir de exemplo aos outros governadores. Mesmo com o parecer do Conselho Ultramarino, o Rei considerou a “residência” nula, e determinou que se fizesse outra, desta vez com um ouvidor especificado por ele. José Antonio Gonsalves de Mello afirma que não encontrou documentos que façam referência a segunda devassa, mas em uma carta régia datada de 25 de abril de 1687, ao ouvidor geral da Capitania de Pernambuco, a qual o rei ordena que a viúva e os

²⁸⁸ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Op. Cit., p. 287.

²⁸⁹ GONSALVES DE MELLO, José Antonio. Op. Cit., p. 352.

²⁹⁰ Chamava-se assim à informação que se recolhia, no local do exercício do funcionário, a respeito da maneira por que tinha procedido nas coisas do seu ofício. Ibid., p. 353.

²⁹¹ MMA-S1-V12-440.

²⁹² GONSALVES DE MELLO, José Antonio. Op. Cit., p. 353-354.

²⁹³ Estas acusações também se fazem presentes na acusação ao rei de Francisco Sidrales Souto Maior, desafeto militar de Vieira e que tinha processado o governador por perdas e danos. Ibid., p. 342.

²⁹⁴ Em carta régia ao governador de Angola, André Vidal de Negreiros, o rei pergunta a Negreiros, qual a utilidade do percurso entre Luanda e Benguela que Vieira abriu com custos da Fazenda Real, e quais os benefícios dessa empreitada para a Coroa. MMA-S1-V12-P 466.

herdeiros de Vieira façam cumprir as ações e os direitos sobre a “residência” feita de quando Vieira governou Angola²⁹⁵. E em outra carta regia de 9 de março de 1686, ao provedor da fazenda de Angola, Jerônimo da Veiga Cabral, determina o sequestro e o leilão dos bens de Vieira em Angola, para pagar as dívidas com a Fazenda Real, e a sentença deveria ser entregue a Vieira ou aos seus herdeiros²⁹⁶. Em ambas as cartas, Vieira já tinha falecido, sua morte foi em 10 de janeiro de 1681, portanto não tinha como recorrer das ações reais, talvez tudo pensado pela Coroa, pois em vida Vieira recorreu sempre que pode, como aconteceu em 1669, quando recorreu ao rei a decisão de lhe cobrar vencimentos excessivos, relacionados as esmolas, de quando foi governador de Angola, Vieira escreve ao rei um dossiê sobre os seus 39 anos de serviços para a Coroa, e ainda justifica as esmolas, que foram para as Ordens e soldados que realmente precisavam²⁹⁷. O Conselho dá parecer favorável a Vieira e o rei manda revogar a cobrança da dívida.

Uma ultima relação de Vieira com Angola registrada em documentos, foi a sua ajuda a um pedido de Socorro do governador de Angola, Francisco de Távora, em 1671, para combater sobas rebeldes no Pungo Andongo, região próxima de onde ficava o reino do Jaga Cassange. A solicitação de Francisco de Távora aos governadores no Brasil, não tinha autorização régia, mas talvez pelo interesse de aumentar ainda mais a influencia no tráfico negreiro, ou renova-la, Vieira junto com o governador de Pernambuco, Fernão de Sousa Coutinho, enviou para a ajuda em Angola, 200 infantes mais alguns cavalos, de suas próprias finanças²⁹⁸.

Apesar da devassa pela “residência” como governador de Angola, Vieira teve boas relações com a Coroa portuguesa, desde a sua chegada em Pernambuco no retorno de Angola, não se pode negar os feitos de Vieira em serviços prestados a Coroa, mesmo que Vieira tenha se aproveitado ao máximo de suas realizações como homem leal ao rei. Fez grande fortuna, teve muitas posses, e em sua jornada também fez muitos inimigos. Sua relação com a realeza não acabou com o fim do governo de Angola, homem de confiança do rei, como também de impor respeito na sociedade da América portuguesa, Vieira é nomeado em 19 de outubro de 1674, superintendente das fortificações do Nordeste, cargo que até a sua morte em 1681, tenta fazer o melhor.

²⁹⁵ GONSALVES DE MELLO, José Antonio. Op. Cit., p. 354-355.

²⁹⁶ Ibid., p. 355.

²⁹⁷ Ibid., p. 355-356.

²⁹⁸ Consulta do Conselho Ultramarino, datada de 15 de junho de 1671, AHU-ACL-CU-015, Cx. 10-D. 921.

Mesmo entrando em conflito com os jesuítas enquanto governador de Angola, Vieira recebe do Papa Inocêncio XI²⁹⁹, uma breve, com o título de restaurador da Igreja americana. E também é chamado pelo rei de Portugal, D. Pedro II, como o herói da sua era³⁰⁰. Essas honras, por mais que sejam pela necessidade de se construir heróis, não podem ser desprezadas, por alguém que, apesar dos seus interesses pessoais, contribuiu para consolidar a história de Portugal no ultramar.

²⁹⁹ O Papa Inocêncio XI assumiu como sumo pontífice em 1676, até 1689.

³⁰⁰ Arquivos de **Angola**, série 1, volume 3, números 34 a 36, p 498.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com Antonio Manuel Hespanha, as relações entre o reino de Portugal e suas possessões no ultramar eram baseadas numa pluralidade dos laços políticos que iriam se estabelecer entre o poder local e a Coroa a partir das distâncias e realidades da conquista, nas quais o direito colonial moderno se ajustava e os nativos estabeleciam suas práticas legislativas próprias³⁰¹. Ao analisar as ações de Vieira em Angola, consideramos que o direito local era submetido ao direito central através de regimentos, e os mesmos foram criados baseados nas diferenças regionais, mas os governadores deveriam agir de acordo com a determinação da Coroa. A questão é que a prática social é diferente da teoria social, e por mais que Vieira relatasse a Coroa, as suas ações como fiel vassalo, o mesmo se aproveitada do seu cargo de poder para seus interesses próprios. Como explica Edward P. Thompson:

Homens e mulheres retornam como sujeitos históricos, não como indivíduos livres, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida tratam essa experiência em sua consciência e sua cultura das mais complexas maneiras, relativamente autônomas, e em seguida agem, por sua vez, sobre sua situação determinada³⁰².

Vieira foi um homem do seu tempo, e o mesmo se apropria de uma cultura política já existente, a “mercê”, práticas do Antigo Regime que mantém os laços de identidade entre a Coroa e os colonos. Vieira foi um homem livre de acordo com o conceito de liberdade do seu tempo, mas ele estava inserido dentro de um pacto com a Coroa, e por mais que grande parte das suas práticas fossem autônomas, na teoria Vieira foi um fiel vassalo, como sempre fez questão de se autodeclarar. E o pacto também estava inserido nas “práticas autônomas”, pois por mais que Vieira agisse pelos seus interesses, o mesmo foi um grande agente condutor da consolidação portuguesa na África central. De uma forma ou de outra os laços de identidade eram mantidos, e o desenvolvimento político de Portugal, aconteceu em um jogo de interesses que envolviam muitos agentes da história portuguesa no ultramar, indivíduos e grupos que foram relatados no desenvolvimento dessa dissertação.

Vieira se apropria da política de privilégios como qualquer um poderia fazer, a cultura política de Portugal era essa, sobretudo no ultramar. O diferencial de Vieira foi justamente, como agir dentro desse sistema. O fator determinante foi a “experiência humana”,

³⁰¹ HESPANHA, Antonio Manuel. **A constituição do Império português**. Op. Cit., p. 173.

³⁰² THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria ou um planetário de erros**. Op. Cit., p. 225-226.

as experiências de Vieira, principalmente em Pernambuco, foi o que influenciou na sua forma de compreender o mundo, de pensar e de agir. Suas experiências na luta contra os holandeses, principalmente no aprendizado enquanto articulador político, no trato com senhores de engenho, com grupos de comerciantes, tornou Vieira o homem que ele foi, até mesmo na sua autoconfiança, pois o mesmo chegou em Pernambuco com aproximadamente 10 anos e teve que aprender com a suas experiências para poder ascender socialmente.

Em Angola, suas práticas foram muito além do que os seus sucessores tinham conquistado. Seus interesses, que não se restringiram apenas em abastecer os engenhos de açúcar de Pernambuco com escravos vindos da África central, foi muito além, se envolvendo no próprio tráfico negreiro, e lucrando com as várias praticas econômicas da região, mesmo que para isso seus interesses se chocassem com o de outros grupos ou indivíduos, mas nunca se esquecendo de manter a postura perante a Coroa.

Foi justamente no seu governo em Angola, através de suas práticas políticas e militares, adquiridas em Pernambuco, que os números do tráfico de escravos para o Brasil aumentou consideravelmente. De 1626 a 1650, se tem uma estimativa de que chegaram no Brasil 50 mil escravos vindos da África, já de 1651 a 1675, a estimativa aumenta para 185 mil escravos, e a partir de 1675 os números só tendem a aumentar, chegando na estimativa do início do século XVIII em uma média de 16 mil escravos por ano³⁰³. E é justamente esse tráfico de humanos, em que africanos migraram forçadamente para o Brasil, que formam a circularidade cultural que se tornou a base da formação da sociedade brasileira.

Para uma melhor compreensão das relações entre Pernambuco e Angola, faz-se necessário uma pesquisa mais extensa, analisando também a continuidade dos interesses pernambucanos na África central. Com o governo de André Vidal de Negreiros, que foi de 1661 até 1666, Portugal consegue submeter o reino do Congo, com uma grande vitória na batalha de Ambuíla, o que fez com que a consolidação lusa na região fique mais evidente, e as relações entre Recife e Luanda fiquem mais amplas. No governo de Negreiros em Angola podemos confirmar algumas questões abordadas no governo de Vieira, como também inserir novas questões nesse contexto Atlântico.

Nascido em Funchal, na Ilha da Madeira, indo para Pernambuco onde aprende várias experiências de colonização, adquire o cargo de governador de Angola, retorna para Pernambuco onde morre. Interligando sua trajetória, e as histórias de onde passou, até mesmo

³⁰³ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Op. Cit., p. 69.

influenciando questões futuras, Vieira pode ser chamado, em um sentido amplo do termo, de “Homem Atlântico” no Antigo Regime português.

REFERÊNCIAS

Fontes manuscritas

AHU-ACL-CU-015, Cx. 8, D. 758.
 AHU-ACL-CU-015, Cx. 10, D. 1014.
 AHU-ACL-CU-015, Cx. 11, D. 1047.
 AHU-ACL-CU-015, Cx. 7, D. 654.
 AHU-ACL-CU-015, Cx. 17, D. 1676.
 AHU-ACL-CU-015, Cx. 7, D. 620.
 AHU-ACL-CU-015, Cx. 6, D. 497.
 AHU-ACL-CU-015, Cx. 7, D. 576.
 AHU-ACL-CU-015, Cx. 10-D. 921

Fontes impressas

Arquivos de Angola. Série 1, volume 2, número 9. Luanda: Conselho Superior de Estatística, 1936.

Arquivos de Angola, série 1, volume 3, números 34 a 36. Conselho Superior de Estatística, 1937.

BRÁSIO, Padre Antonio. **Monumenta Missionária Africana. Série 1, Volume 1.** Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1952. RODRIGUES, Miguel Jasmis (org.). Edição digital. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2011.

_____. **Monumenta Missionária Africana. Série 1, Volume 11.** Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1971. RODRIGUES, Miguel Jasmis (org.). Edição digital. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2011.

_____. **Monumenta Missionária Africana. Série 1, Volume 12.** Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1981. RODRIGUES, Miguel Jasmis (org.). Edição digital. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2011.

_____. **Monumenta Missionária Africana. Série 1, Volume 13.** Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1982. RODRIGUES, Miguel Jasmis (org.). Edição digital. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2011.

_____. **Monumenta Missionária Africana. Série 1, Volume 14.** Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1985. RODRIGUES, Miguel Jasmis (org.). Edição digital. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2011.

CADORNEGA, Antonio de Oliveira de. **História geral das guerras angolanas, Tomo I.** Lisboa: Agência geral do ultramar, 1972.

_____. **História geral das guerras angolanas, Tomo II.** Lisboa: Agência geral das colônias, 1940.

MONTECÚCCOLO, Pe. João António Cavazzi de. **Descrição histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola. Volume 2.** Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1965.

Bibliografia consultada

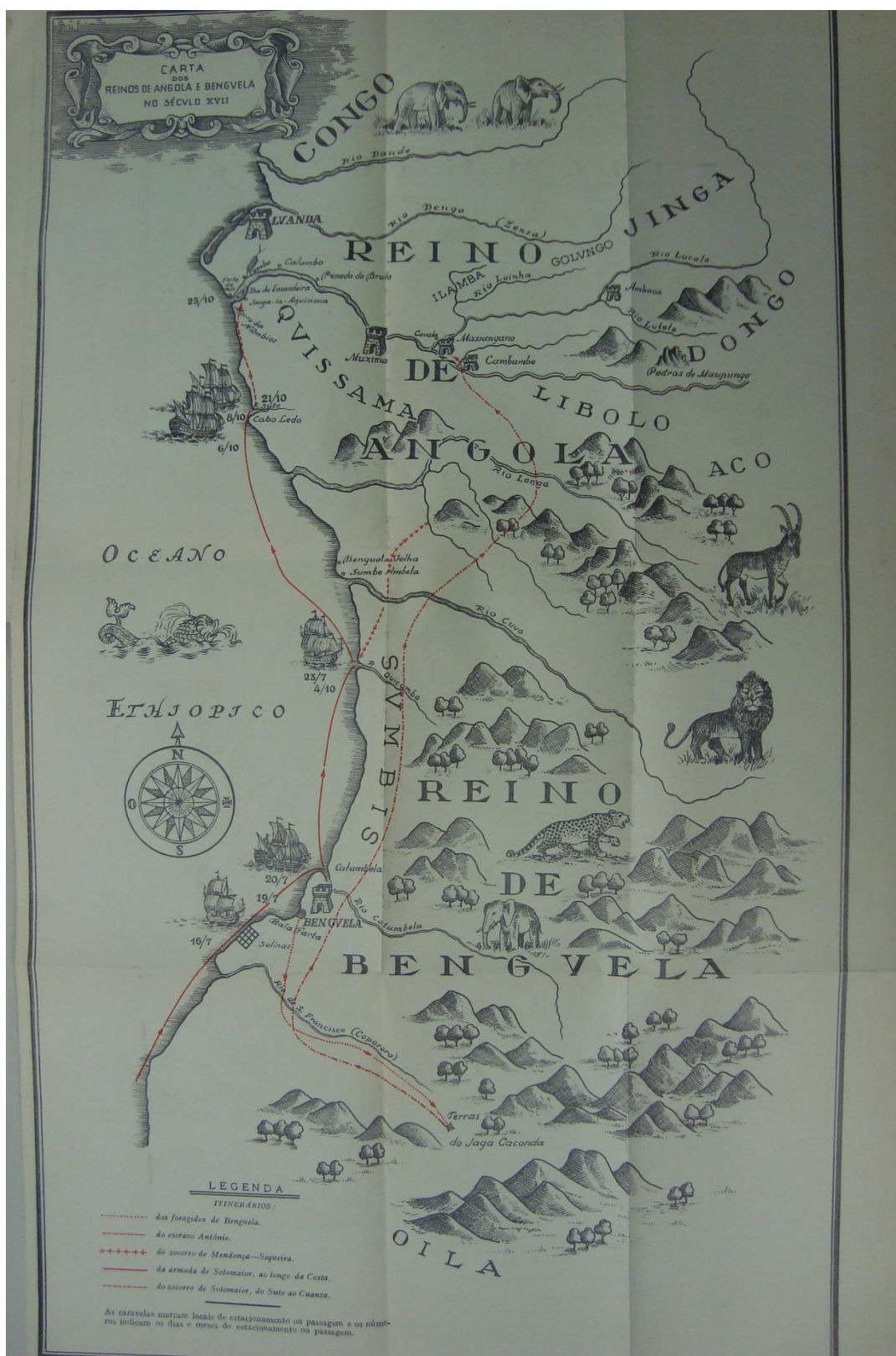
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das letras, 2000.
- ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **Jurisdição e conflitos**: Aspectos da administração colonial, Pernambuco - século XVII. Recife: Editora universitária da UFPE, 1997.
- BLUTEAU, Pe. Raphael. **Vocabulário português e latino**. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712. Edição fac-símile, CD-ROM, Rio de Janeiro: UERJ, 2000.
- BOXER, Charles. **O império marítimo português 1415-1825**. São Paulo: Companhia das letras, 2002.
- _____. **Salvador de Sá: e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686**. São Paulo: Companhia editora Nacional, 1973.
- CARDIM, Pedro. **Cortes e Cultura Política no Portugal no Antigo Regime**. Lisboa: Edições Cosmos, 1998.
- CARNEIRO, Henrique. **Guerra dos trinta anos**. In: MAGNOLI, Demetrio (org). História das guerras. 3ª Ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. 1. Artes de fazer. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- CORDEIRO, Hélio Daniel. **Gaspar da Gama: um judeu no Descobrimento do Brasil**. Revista Judaica, n. 63, abril/2003.
- CORTESÃO, Jaime. **O ultramar português depois da restauração**. Lisboa: Portugália editora. 1971.
- COSTA E SILVA, Alberto. **A manilha e o libambo: a África e a escravidão 1500 a 1700**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2011.
- COUTO, Jorge. **A gênese do Brasil**. In: MOTA, Carlos Guilherme(org). Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000). Formação: histórias. São Paulo: SENAC, 2000.
- CUNHA MATOS, Brigadeiro R. J. da. **Compêndio histórico das possessões de Portugal na África**. Rio de Janeiro: Arquivo nacional. 1963.
- CURTO, Diogo Ramada. **Cultura imperial e projetos coloniais (séculos XV ao XVIII)**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.
- FALCON, Francisco. **História e poder**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo. (orgs). Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3. ed. rev. São Paulo: Globo, 2001.
- FERLINI, Vera Lucia Amaral. **A civilização do açúcar**. São Paulo: Brasiliense. 1998.
- FERREIRA, Roquinaldo. **O Brasil e a arte da guerra em Angola**. Estudos históricos, Rio de Janeiro, nº39, janeiro-junho de 2007.
- FRANÇA, Eduardo D'Oliveira. **Portugal na época da restauração**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.
- FREITAS MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **A consolidação da dinastia de Bragança e o apogeu do Portugal barroco: centros de poder e trajetórias sociais (1668-1750)**. In: TEMGARRINHA, José. (org.). História de Portugal. São Paulo: Portugal: Instituto Camões, 2001.
- GONSALVES DE MELLO, José Antônio. **João Fernandes Vieira: Mestre-de-campo do Terço de Infantaria de Pernambuco**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.
- GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808)**. In: FRAGOSO, João. BICALHO, Maria

- Fernanda. Gouvêa Maria de Fátima. (org). O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.
- HESPANHA, António Manuel. **Às vésperas do leviathan: instituições e poder político em Portugal, século XVII**. Coimbra: Almedina, 1994.
- _____. **A constituição do Império português**. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, João. BICALHO, Maria Fernanda. Gouvêa Maria de Fátima. (org). O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.
- _____. **As Estruturas Políticas em Portugal na Época Moderna**. In: TEMGARRINHA, José. (org.). História de Portugal. São Paulo: Portugal: Instituto Camões, 2001.
- _____. **Por que é que foi “portuguesa” a expansão portuguesa? Ou O revisionismo nos trópicos**. In: SOUZA, Laura de Mello. FURTADO Júnia ferreira. BICALHO, Maria Fernanda. (org). O governo dos povos. São Paulo: Alameda, 2009.
- KI-ZERBO, Joseph. **História da África negra – I**. Lisboa: Europa-américa, 2009.
- KRAUSE, Thiago Nascimento. **Em busca da honra: a remuneração dos serviços da guerra holandesa e os hábitos das ordens militares (Bahia e Pernambuco, 1641-1683)**. São Paulo: Annablume, 2012.
- LORETO COUTO, Dom Domingos do. **Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco**. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981.
- LOVEJOY, Paul E. **A escravidão na África: uma história de suas transformações**. São Paulo: Editora civilização brasileira S/A, 2002.
- MAFALDA, Soares da Cunha. **Governo e governantes do Império português do Atlântico (século XVII)**. In: BICALHO, Maria Fernanda. FERLINI, Vera Lúcia Amaral. (org). Modos de governar: Idéias e práticas políticas no Império português séculos XVI-XIX. São Paulo: Alameda, 2005.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. **História de Portugal**. V-1. Lisboa: Palas editora, 1980.
- MEILLASOUX, Claude. **Antropologia da escravidão: o ventre de ferro e dinheiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- MELLO, Evaldo Cabral de. **Uma Nova Lusitânia**. In: MOTA, Carlos Guilherme(org). Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000). Formação: histórias. São Paulo: SENAC, 2000.
- _____. **Negócio de Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.
- _____. **Olinda restaurada: Guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654**. São Paulo: Editora 34, 2007.
- _____. **Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana**. São Paulo: Alameda, 2008.
- MILLER, Joseph C. **África Central durante a era do comércio de escravizados, de 1490 a 1850**. in: HEYWOOD, Linda. (Org.) Diáspora Negra no Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 2008.
- MONTEIRO, John. **O escravo índio, esse desconhecido**. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org). Índios no Brasil. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1994.
- PESSOA, Ângelo Emílio da Silva. **Vidal de Negreiros: um homem do Atlântico no século XVII**. IN: OLIVEIRA, Carla Mary da Silva. MENEZES, Mozart Vergetti de. GONÇALVES, Regina Célia. (orgs). Ensaio sobre a América portuguesa. João Pessoa: Editora universitária/UFPB, 2009.
- RUSSEL-WOOD, A. J. R. **Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América**. Lisboa: Difel, 1998.

- SCHWARTZ, Stuart B. **Prata, açúcar e escravos: de como o império restaurou Portugal**. Tempo vol.12 no.24, Niterói 2008.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **História de Portugal**. Volumes 2, 3 e 5. Lisboa: Editorial Verbo, 1996.
- SILVA, Kalina Vanderlei. **O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial: militarização e marginalidade na Capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII**. Recife: Fundação de Cultura Cidade de Recife, 2001.
- _____. **Os Henriques nas vilas açucareiras do estado do Brasil: tropas de homens negros em Pernambuco, séculos XVII e XVIII**. Estudos de história, Franca, v. 9, n. 2, 2002.
- SOUZA, Laura de Mello e. **Política e administração colonial: problemas e perspectivas**. In: SOUZA, Laura de Mello. FURTADO Júnia ferreira. BICALHO, Maria Fernanda. (org). O governo dos povos. São Paulo: Alameda, 2009.
- THOMPSON, E.P. **A formação da classe operaria inglesa I: a árvore da liberdade**. São Paulo: Paz e terra, 1987.
- _____. **A Miséria da Teoria ou um planetário de erros: Uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- THORNTON, John. **A África e os africanos na formação do mundo atlântico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- VANSINA, J. **O reino do Congo e seus vizinhos**. In: OGOT, Bethwell Allan (org.). História Geral da África Volume V. Brasília: UNESCO. 2010.

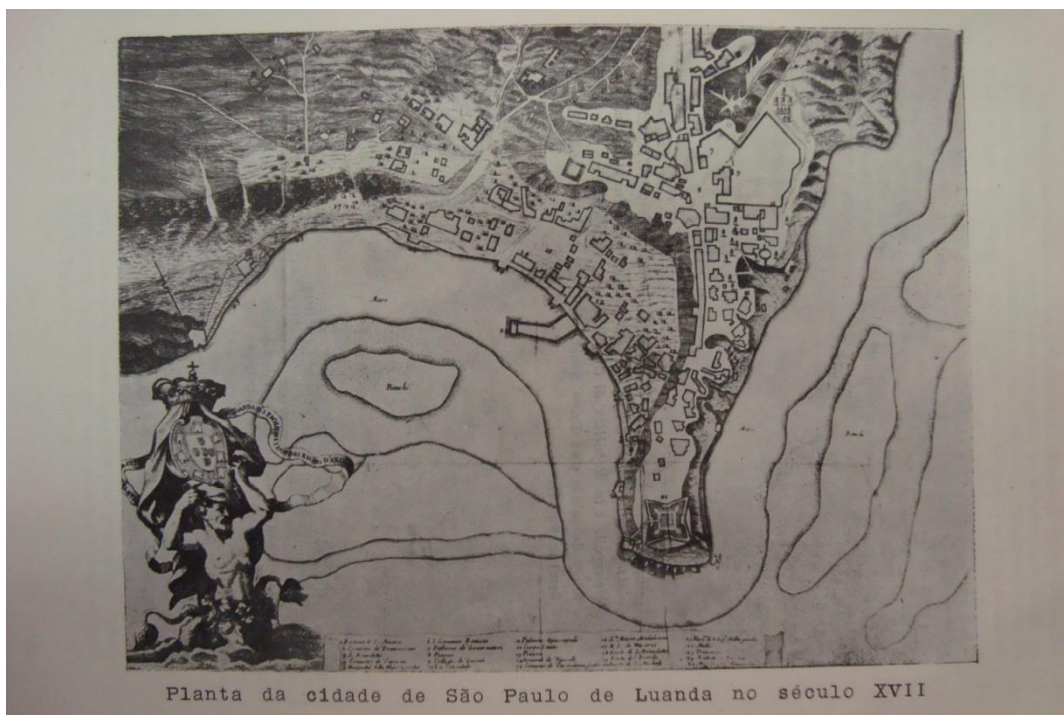
ANEXOS

ANEXO 1: CARTA DOS REINOS DE ANGOLA E BENGUELA NO SÉCULO XVII³⁰⁴.



³⁰⁴ Arquivos de Angola. Série 2, volume 1, número 3-6, p. 14. Luanda: Museu de Angola, 1943.

ANEXO 2: PLANTA DA CIDADE DE LUANDA NO SÉCULO XVII³⁰⁵.



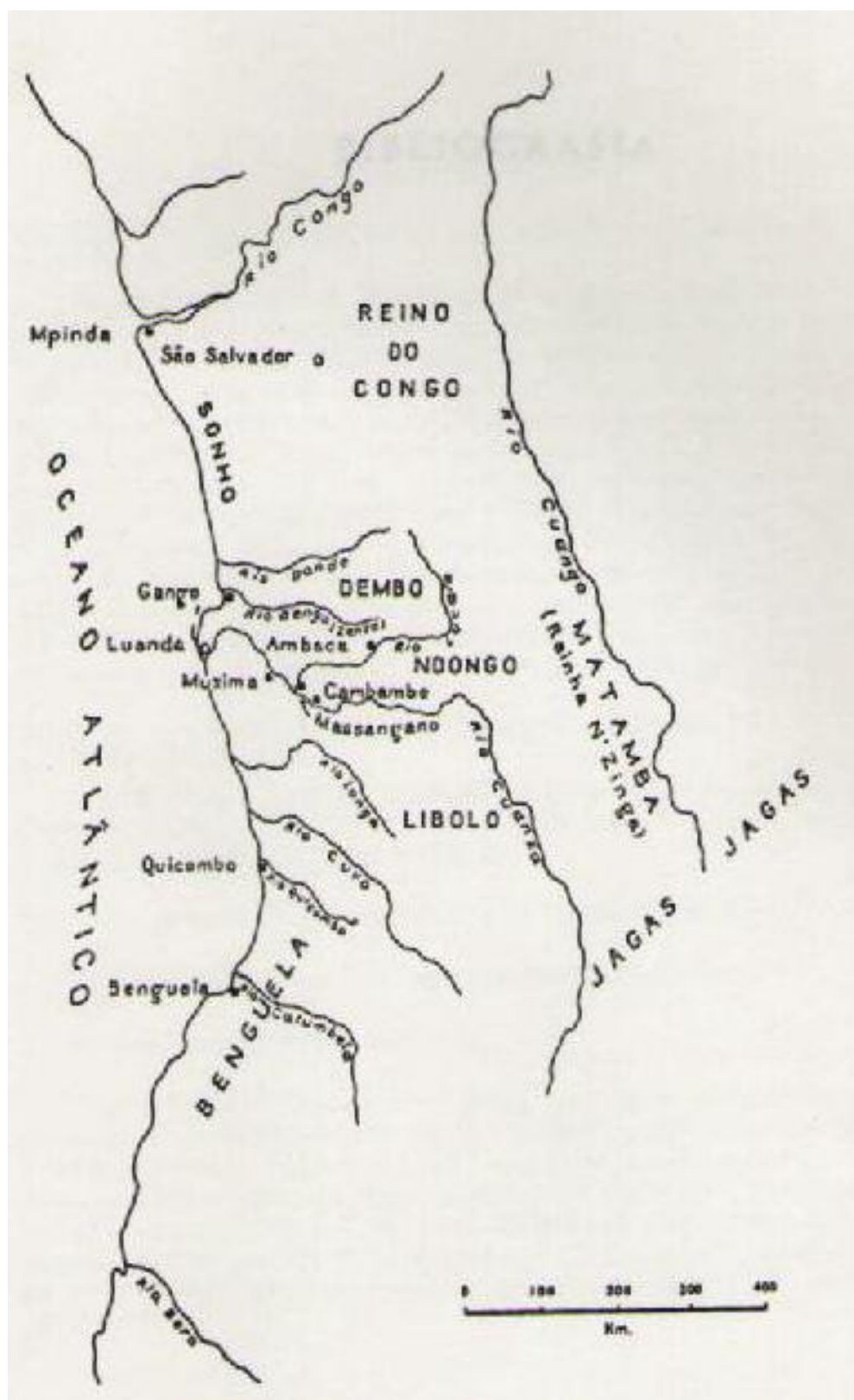
ANEXO 3: VISTA DA CIDADE DE LUANDA NO SÉCULO XVII³⁰⁶.



³⁰⁵ **Arquivos de Angola.** Série 2, volume 1, número 3-6, p. 201. Luanda: Museu de Angola, 1943.

³⁰⁶ **Arquivos de Angola.** Série 2, volume 2, número 8, p. 197. Luanda: Museu de Angola, 1944.

ANEXO 4: O REINO DE ANGOLA EM 1658-1661³⁰⁷.



³⁰⁷ GONSALVES DE MELLO, José Antonio. Op. Cit., p. 449.

ANEXO 5: JOÃO FERNANDES VIEIRA³⁰⁸.

³⁰⁸ Pintura anônima de João Fernandes Vieira, século XVII. Acervo do Museu do Estado de Pernambuco.